

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização Educação Moral e Religiosa Católica

**EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL:
DESAFIOS À EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA**

MARIA FRANCISCA SOARES DIAS

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada,

sob orientação de:

Professor Doutor Alfredo Manuel Matos Alves Rodrigues Teixeira

Professora Dr.^a Cristina Maria Ramos Cavalheiro de Sá Carvalho

Lisboa

2019

À Comunidade Educacional que nasceu na UCP: professores, colegas e alunos...

À Família que me acompanha na estrada do Senhor: Irmãs, pais e amigos...

À comunidade alargada que surgirá da responsabilidade social...

ÍNDICE

Índice das figuras	6
Índice dos gráficos	6
Índice dos quadros	6
Resumo	7
Abstract	8
Abreviaturas e siglas	9
Introdução	11
Capítulo I: Educar para a responsabilidade social	14
1. Por que educamos? Finalidade da educação	14
2. Onde educamos? Finalidade da escola.....	19
3. Quem educa na escola? Os professores.....	25
4. Quem educamos? O aluno do séc. XXI	31
5. Como educamos? Linhas orientadoras no sistema de ensino.....	34
Capítulo II: Educar para a responsabilidade social em EMRC	39
1. A Igreja Católica face às questões sociais: o magistério contemporâneo	39
1.1. O caminho da Igreja com o mundo	40
1.2. Princípios da DSI.....	49
2. A disciplina e o docente no desafio da educação para a responsabilidade social	61
2.1. A disciplina.....	62
2.2. O professor de EMRC	65
3. Responsabilidade social e estrutura curricular	72
3.1. Um percurso de 12 anos: estrutura do programa	72
3.2. Responsabilidade social no programa de EMRC	75
3.2.1. Áreas da responsabilidade social.....	75
3.2.2. Focos de desenvolvimento da responsabilidade social	89
3.2.3. Responsabilidade social na reflexão eclesial.....	93
Capítulo III: Educar para a responsabilidade social em EMRC: a PES	99
1. O contexto da PES.....	99
1.1. Caracterização da escola: Salesianos de Manique, uma instituição com carisma	99
1.2. Caracterização Demográfica da Salesianos de Manique-Escola	101
1.3. Caracterização da turma	103
2. Caminhos traçados: experiência docente	109
3. A responsabilidade social na PES	112
4. Um olhar sobre a responsabilidade social à luz da reflexão realizada	126
Conclusão	134
Bibliografia	139
1. Fontes e documentos	139
2. Estudos e ensaios.....	141
Anexos	145

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 - Responsabilidade social e princípios da DSI.....	59
Figura 2 - Responsabilidade social em EMRC: áreas de desenvolvimento	127
Figura 3 - Responsabilidade social em EMRC: focos de desenvolvimento.....	129
Figura 4 - Responsabilidade social em EMRC: reflexão eclesial da responsabilidade social	131
Figura 5 - Responsabilidade social em EMRC	132

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das metas M, N e O por ciclos de ensino	74
Gráfico 2 - Distribuição das metas M, N e O pelos anos de ensino	74
Gráfico 3 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade pessoal»	76
Gráfico 4 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade comunitário»	82
Gráfico 5 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade ecológica»	87
Gráfico 6 - Número de objetivos por nível de ensino do desenvolvimento intelectual e conceptual.....	90
Gráfico 7 - Número de objetivos por nível de ensino do desenvolvimento prático e real	92
Gráfico 8 - Distribuição da referência da Sagrada Escritura por ciclos de ensino	94
Gráfico 9 - Referências do Magistério da Igreja	96

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão física	77
Quadro 2 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão intelectual.....	77
Quadro 3 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão moral.....	78
Quadro 4 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão emocional.....	79
Quadro 5 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão social.....	80
Quadro 6 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão religiosa	81
Quadro 7 - «Responsabilidade comunitária»: nível micro.....	82
Quadro 8 - «Responsabilidade comunitária»: nível meso.....	83
Quadro 9 - «Responsabilidade comunitária»: nível macro	86
Quadro 10 - «Responsabilidade ecológica»	87
Quadro 11 - Foco de desenvolvimento intelectual e conceptual.....	91
Quadro 12 - Foco de desenvolvimento prático e real.....	93
Quadro 13 - Referências dos documentos da Sagrada Escritura.....	95
Quadro 14 - Referências dos documentos do Magistério da Igreja	96

RESUMO

Expõe-se uma reflexão sobre o desafio que a educação para a responsabilidade social constitui para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, reflexão que tem a sua origem na análise das Metas M. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano», N. «Promover o bem comum e o cuidado do outro» e O. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo» do programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Esta reflexão culmina na abordagem crítica do tema à luz da lecionação do 5.º Ano de Escolaridade, realizada no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada desenvolvida na Salesianos de Manique-Escola.

O estudo que aqui se desenvolve parte duma abordagem mais geral da educação, passa pelo contexto legislativo português, confronta-se com o âmbito do Magistério da Igreja, em especial da Doutrina Social da Igreja, e tem o seu termo na especificidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Ao longo do relatório faz-se uma tentativa de clarificação do conceito de responsabilidade social em contexto de Educação Moral e Religiosa Católica, pela análise dos objetivos e dos conteúdos expostos no programa; explana-se o tema, procurando encontrar os fios condutores e os pontos fulcrais, apresentando também uma reflexão sobre os desafios educacionais que esta categoria coloca à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Palavras-chave: Responsabilidade social; Doutrina Social da Igreja; Educação; Prática de Ensino Supervisionada; EMRC.

ABSTRACT

This work presents a reflection on the challenge that education for social responsibility poses to the discipline of Catholic Moral and Religious Education, a reflection that has its origin in the analysis of the Goals M - "Recognizing the proposal of Christian ethical action in vital situations of daily life", N - "Promoting the common good and the care for the other" and O - "Mature one's responsibility towards the person, the community and the world" of the Catholic Moral and Religious Education programme. This reflection culminates in the critical approach of the theme in light of the teaching of the 5th Schooling Year, carried out within the Supervised Teaching Practice developed in the "Salesianos de Manique-Escola".

The study developed here is part of a more general approach to education, goes through the Portuguese legislative context, confronts with the scope of the Church Magisterium, especially the Social Doctrine of the Church, and ends up in the specificity of the discipline of Catholic Moral and Religious Education.

Throughout the report, we attempt to clarify the concept of social responsibility in the context of Catholic Moral and Religious Education, by analysing the objectives and the contents exposed in the programme; the theme is explained, trying to find the leading threads and the focal points, also reflecting on the educational challenges that this category poses to the discipline of Catholic Moral and Religious Education.

Keywords: *Social responsibility; Social Doctrine of the Church; Education; Supervised Teaching Practice; EMRC.*

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS – *Acta Apostolicae Sedis*

AT – Antigo Testamento

CA – *Centesimus Annus*

CDSI – Compêndio da Doutrina Social da Igreja

Cf. – Conferir, confrontar, consultar

CIC – Catecismo da Igreja Católica

CV – *Caritas in Veritate*

CVII – Concílio Vaticano II

DCE – *Deus Caritas Est*

DGE – Direção Geral da Educação

DH – *Dignitatis Humanae*

DSI – Doutrina Social da Igreja

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EG – *Evangelium Gaudium*

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

EV – *Evangelium Vitae*

GE – *Gravissimum Educationis*

GS – *Gaudium et Spes*

LS – *Laudato Si'*

LE – *Laborem Exercens*

MM – *Mater et Magistra*

OA – *Octogesima Adveniens*

PP – *Populorum Progressio*

PT – *Pacem in Terris*

PES – Prática de Ensino Supervisionada

QA – *Quadragesimo Anno*

RN – *Rerum Novarum*

SNEC – Secretariado Nacional para a Educação Cristã

SRS – *Sollicitudo Rei Socialis*

SS – *Spe Salvi*

UL – Unidade Letiva

VS – *Veritatis Splendor*

INTRODUÇÃO

*Educar bem é transformar o mundo e conduzi-lo à verdadeira vida*¹.

A escolha do âmbito deste trabalho deve-se ao interesse que tenho pelo aprofundamento nesta área da educação para a responsabilidade social em contextos escolares bem como ao interesse pela sua compreensão a partir da fé cristã, em especial da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC).

Para darmos início a este trabalho gostaríamos de partir de um quadro conceptual ou, pelo menos, situar o conceito responsabilidade social para depois nos debruçarmos então sobre a educação e mais especificamente sobre a disciplina de EMRC.

Para tal, reportamo-nos ao conceito de responsabilidade social utilizado por Sánchez Agudelo² que nos diz que a responsabilidade social é o exercício reflexivo permanente sobre os atos e a forma como estes afetam a sociedade, o compromisso com o melhoramento da qualidade de vida numa comunidade; é sobretudo um «conceito [que] compete a todo o tipo de instituições e pessoas, ao definir-se pelo comportamento baseado em valores respeitantes às comunidades nas quais se vive»³.

Deste prisma a responsabilidade social está profundamente ligada a qualquer possibilidade de transformação da sociedade, onde os cidadãos devem ter um mínimo de responsabilidade relativamente o meio onde estão inseridos, porque isso lhes permite serem conscientes da importância dos seus atos; contudo a responsabilidade social não é uma obrigação, uma vez que não se limita ao cumprimento de requisitos atribuídos, é sobretudo uma agir ético, que pode ser entendido como uma reflexão permanente que examina os critérios

¹ Santa Paula Frassinetti, Const. 1851, 8.

² Paula Vanessa Sánchez Agudelo, «La participación, la responsabilidad social y la vida en comunidad como ejes para abordar la intimidación escolar», *Pensamiento Psicológico* 15, n.º2 (2017): 121-132.
<http://www.redalyc.org/pdf/801/80152474010.pdf>.

³ Sánchez Agudelo, «La participación, la responsabilidad social», 129.

morais e pensa o sentido do agir. Para tal é necessário a promoção do diálogo entre diferentes perspetivas, o qual prepara para a participação e a construção.

A educação, e o sistema educativo de forma especial, poderá constituir um pilar desta linha de responsabilidade social, «dado que uma parte importante da sua razão de ser tem a ver com a formação de cidadãos críticos, reflexivos e socialmente responsáveis»⁴, questão que desenvolveremos ao longo do capítulo dedicado à temática da educação.

Assim, a abordagem que desenvolveremos em torno deste trabalho prende-se com a questão da responsabilidade social, mais especificamente, com o que se entende por responsabilidade social no âmbito da disciplina de EMRC. Para o relatório tivemos como ponto de partida algumas metas que o programa apresenta, nomeadamente as metas **M.** «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano», **N.** «Promover o bem comum e o cuidado do outro» e **O.** «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo», procurando fazer uma análise ao que é apresentado como objetivos e conteúdos a desenvolver em cada ciclo, ano e unidade letiva (UL), respetivamente, numa tentativa de delinear os conceitos-base por detrás deste conceito de responsabilidade social.

No primeiro capítulo iremos debruçar-nos sobre os desafios aos quais a educação, assim como a escola, deverá responder quanto ao desenvolvimento dos alunos. No primeiro ponto abordaremos a questão das finalidades da educação, no segundo a finalidade da escola, no terceiro ponto abordaremos a missão do professor, no quarto ponto o perfil do aluno no séc. XXI e, por último, as linhas orientadoras no sistema de ensino, nomeadamente ao nível geral do sistema de ensino português, partindo dos fundamentos sociológicos e legislativos, abordando textos da Direção Geral da Educação (DGE). A reflexão realizada ao longo deste primeiro capítulo confronta-se com a reflexão local sobre a problemática contida nos documentos analisados da e sobre a Salesianos de Manique-Escola, local onde foi desenvolvida a Prática de Ensino Supervisionada (PES).

⁴ Sánchez Agudelo, «La participación, la responsabilidad social», 129.

No segundo capítulo abordaremos o específico da disciplina de EMRC, partindo, no primeiro ponto, da reflexão que a Igreja tem vindo a fazer sobre a sua posição frente às realidades sociais, para depois, no segundo ponto fazermos referência à justificação da nossa escolha do tema a abordar em contexto de EMRC. No terceiro ponto, debruçar-nos-emos sobre os desafios à disciplina no âmbito de responsabilidade social, abordando o perfil do professor de EMRC, para depois se fazer uma apresentação do programa e análise das metas seleccionadas para o estudo.

No terceiro, e último capítulo, apresentaremos o contexto mais específico da PES, desde a caracterização da escola e turma até ao cruzamento dos resultados obtidos na análise de conteúdo realizada no capítulo anterior, cruzando os resultados com a realidade observada.

Na conclusão, não de ordem definitiva, procuramos agarrar linhas, criar pontes, estabelecer pontos importantes e projetar campos abertos quanto à educação para a responsabilidade social no âmbito da disciplina de EMRC.

No tocante à apresentação metódica deste relatório, segue-se o Estilo de Chicago (16^a ed.), com algumas adaptações à língua portuguesa.

CAPÍTULO I: EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Neste capítulo iremos debruçar-nos sobre a temática da educação, partindo do geral, procurando abordar as finalidades da educação, da escola, para de seguida centrarmo-nos nos atores: professores e alunos. No final deste capítulo refletiremos sobre a importância e as linhas orientadoras do ensino na lógica da educação para a responsabilidade social.

1. Porque educamos? Finalidade da educação

O verbo latino *educare* tem a sua origem em *manducare*, alimentar, assimilar, sustentar e, também, em *ex-ducare*, *ex-dúcere*, guiar de dentro para fora, desenvolver, expandir, amadurecer o que a pessoa traz dentro de si. Neste sentido, educação é uma ação intrínseca, interior, do ser humano que, como tal, é sujeito da sua própria educação, primeiro e principal responsável pelo seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, da sociedade, da história e do mundo.

Por outro lado, educação é também uma ação extrínseca, de fora para dentro. A experiência grega do «pedagogo» vem provar isso mesmo. O escravo, guia da criança para a escola, revelou ser de alta influência na formação da personalidade da criança, sobretudo pelo contacto informal. É este meio extrínseco que é muito usado pela transmissão da cultura, das tradições e da identidade de grupo. Mas este meio informal de educação foi evoluindo para métodos mais formais, principalmente a partir do séc. XVII⁵.

Nesta linha de pensamento, podemos também considerar que educação é, de certo modo, levar a criança a ser capaz de encontrar por si mesma aquilo que de precisa, levá-la em primeiro lugar a desenvolver as suas capacidades, a descobrir as que usa com mais destreza e lhe trazem maior prazer, e, ao mesmo tempo, levar a criança ou aprendiz a identificar os seus limites ou

⁵ Cf. Israel José Nery, «Educação Religiosa de Crianças e Jovens ante os desafios de um mundo em mudança», *Revista Concilium* 297 (2002): 62-64.

dificuldades e ajudá-la a ultrapassá-los; descobrir os seus sonhos e anseios e lutar por eles, questionar-se sobre si e sobre o mundo e não se satisfazer com respostas superficiais. Já em 1948 na «Declaração Universal dos Direitos Humanos» se afirmava que «a educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais»⁶.

Este modo de encarar a educação foi e é uma constante na realidade que encontrei na PES, numa instituição que logo no seu modo de se dar a conhecer ao mundo encara a educação como direito onde o horizonte do processo é o «pleno desenvolvimento da personalidade dos alunos; a formação no respeito dos direitos e liberdade fundamentais da pessoa; [...] a formação para o respeito pela pluralidade linguística, cultural e religiosa da sociedade»⁷, num processo que leva ao compromisso pessoal na construção de sociedades mais justas e mais humanas.

Deste modo, a finalidade da educação poderá passar por levar a criança a desenvolver-se de tal forma que, quando chegue a adulto, se considere um homem ou mulher livre, responsável, integrado/a nos grupos sociais a que pertence.

Dürkheim, nos princípios do séc. XX, dizia que «a educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social»⁸; assumindo que a educação deveria ter como horizonte o «munir o educando com os conhecimentos, destrezas e atitudes que lhe permitam viver o futuro»⁹. Desta definição podemos destacar algumas características da educação:

- ela é uma acção social e não individual, não ficando reduzida a relação pai-filho ou professor-aluno, mas sim entre duas categorias sociais distintas: a geração adulta e a geração jovem, na qual a primeira transmite conhecimentos, atitudes e valores considerados ajustados aos jovens;

⁶ Organização das Nações Unidas, «Declaração Universal dos Direitos Humanos», Diário da República Electrónico, 10 dezembro de 1948, acessado a 20 janeiro de 2017, <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

⁷ Salesianos de Manique-Escola, «Proposta educativa: A Escola lugar de Educação», Salesianos de Manique-Escola, 2014, acessado a 30 de outubro de 2017, <http://www.manique.salesianos.pt/escola/proposta-educativa/a-escola-lugar-de-educacao>.

⁸ Émile Durkheim, *Educação e Sociologia* (Lisboa: Edições 70, 2009), 53.

⁹ C. Varela de Freitas, «Educação», in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura - Edição Século XXI - Volume IX*, ed. Jorge Colaço George Vicente (Lisboa: Verbo, 1999), 1227.

- ela é global, contemplando todos os aspetos da vida social e não apenas alguns, desenvolvendo a inteligência, o carácter e as aptidões.

Nesta linha procurar delinear os objetivos da educação, a nível geral, leva ao confronto com a necessidade de identificar e classificar o que se chama capacidades humanas ou comportamentos a adquirir através de todo o processo educativo, nomeadamente: habilidades intelectuais, estratégias cognoscitivas, atitudes, destrezas motoras, etc., sendo que os objetivos são um fator decisivo para a construção de processos de ensino-aprendizagem com finalidade racional¹⁰.

Olhando a realidade mais atual, Delors¹¹ refere que diante dos desafios dum mundo de hoje a educação é como algo de imprescindível para que a paz, a liberdade e a justiça social se tornem verdade e realidade. Temos consciência de que a educação não é um «remédio milagroso, [...] mas [um] entre outros caminhos e para além deles»¹², e que pelas suas características pode levar ao «desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras»¹³.

Deste modo, hoje, a educação pode apresentar-se com a missão de permitir que todos sejam capazes de fazer florescer os seus talentos e as suas potencialidades num processo de responsabilidade pessoal na construção do seu próprio projeto de vida, sempre num caminho de respeito pela diversidade do outro, do pluralismo que existe atualmente e numa busca de elevação do pensamento e da transcendência de si mesmos numa tentativa de autossuperação¹⁴.

¹⁰ Cf. M^a L. Garcia Alonso, «Educação (objectivos da)», in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura - Edição Século XXI - Volume IX*, ed. Jorge Colaço George Vicente, (Lisboa: Verbo, 1999), 1232.

¹¹ Jacques Delors, coord., *Educação: Um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (Porto: Ed. Asa, 1996).

¹² Delors, *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, 11.

¹³ Delors, *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, 11.

¹⁴ Cf. Delors, *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, 15-16.

Perante estes pontos, podemos sublinhar os quatro pilares essenciais para o desenvolvimento integral de cada pessoa, sobre os quais a educação deve estar organizada e que refletem os pilares do conhecimento:

«aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes»¹⁵.

Estes quatro pilares identificados pela UNESCO pode encontrá-los na Salesianos de Manique-Escola, instituição que considera o ato educativo, com a sua vertente cristã e católica, acima de tudo como um espaço de educação integral da pessoa, levando os alunos a descobrir e a investir as suas capacidades, quer físicas quer afetivas e intelectuais, olhando-as como limites ou potencialidades, numa dimensão social, levando-os a descobrir o sentido da vida pelo compromisso com outros e com o mundo, numa abertura ao transcendente oferecendo Jesus Cristo como modelo¹⁶.

Os pilares podem e devem refletir-se na política educativa ou reformas educativas que, segundo o Relatório da Unesco, obriga ao desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os três atores que contribuem para o sucesso educativo. Em primeiro lugar, a comunidade local, em particular os pais, os órgãos diretivos das escolas e os professores; em segundo lugar, as autoridades oficiais; em terceiro lugar, a comunidade internacional.

Na Salesianos de Manique-Escola essa participação conjunta entre todos está explícita desde logo na sua identidade, que exige a participação de todos os seus membros no processo educativo, «dando origem a uma Comunidade Educativo-Pastoral que é ao mesmo tempo sujeito e ambiente de educação e na qual o jovem pode encontrar uma outra casa»¹⁷.

¹⁵ Delors, *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, 89.

¹⁶ Cf. Salesianos de Manique-Escola, «Proposta educativa: O Processo Educativo na nossa Escola», Salesianos de Manique-Escola, 2014, acessado a 15 de novembro de 2017, <http://www.manique.salesianos.pt/escola/proposta-educativa/o-processo-educativo-na-nossa-escola>.

¹⁷ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», Salesianos de Manique-Escola, 2010-2014, acessado a 30 de outubro de 2017, http://www.manique.salesianos.pt/docs/default-source/default-document-library/pee2012_14.pdf?sfvrsn=0, 4.

Dado o conteúdo deste relatório, também nos parece importante abordar a questão da finalidade da educação de uma outra forma, refletindo-a sobre o prisma do sentido da vida, suportando-nos no que Gonçalves¹⁸ refere sobre a importância do sentido da felicidade no processo educativo, não como mera euforia mas como sentido e motor de todo o desenvolvimento, onde a alegria ultrapassa toda a barreira pessimista ou triste dos ambientes educativos. Mas este sentido de felicidade é construído na base do desejo: educar as crianças para desejarem a felicidade e o pleno sentido da vida em todo o momento e lugar, uma meta a alcançar. «Isso supõe, evidentemente, que os educadores estejam libertos dos dogmas repressivos e tristes»¹⁹.

Deste modo podemos dizer que uma das finalidades da educação é precisamente educar cada pessoa a usar a sua liberdade de forma racional; e, para que este processo decorra com profundidade, é fundamental que o projeto educativo não se distancie desta finalidade da educação, contribuindo para o aprofundamento moral do ser humano, o que lhe permite gerir de forma racional as suas opções; e só assim o projeto educativo se torna um projeto antropológico, na medida em que permite a cada pessoa desenvolver ao máximo aquilo que o torna verdadeiramente humano: ser e agir em responsabilidade e liberdade.

Nesta linha, a educação pode ser tida como um fenómeno sociocultural, onde cada ser humano entra num processo de desenvolvimento pessoal que passa necessariamente por relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade, que se condicionam de forma recíproca. Assim, a educação, entendida como um processo de socialização (como forma de adaptação individual às normas sociais vigentes), é, ao mesmo tempo, entendida como meio de transformação social, promovendo alterações da cultura vigente, contribuindo para o progresso da sociedade.

¹⁸ Daniela Gonçalves, «Da inquietude ao conhecimento», *Saber (e)Educar* 11 (Porto: ESE de Paula Frassinetti, 2006): 101-109.

¹⁹ Gonçalves, «Da inquietude ao conhecimento», 102.

Na realidade da Salesianos de Manique-Escola esta visão sobre a finalidade da educação reflete-se, desde logo, pela forma como revelam a sua missão: apresentando-se como uma instituição que oferece «uma proposta de educação diversificada, de qualidade e para a excelência [...], promovendo um processo de humanização que visa o crescimento integral dos destinatários e a construção de uma sociedade justa e solidária»²⁰, como resposta às necessidades que a atualidade apresenta de «promoção de práticas que desencadeiem situações de verdadeira aprendizagem, às quais os alunos atribuam significado, desenvolvam competências»²¹.

2. Onde educamos? Finalidade da escola

Para crescer e se desenvolver, o ser humano dispõe de imensos recursos no universo, sendo a escola um deles. No entanto, este termo ou conceito já no séc. III era considerado «não [como] sinónimo de ócio e lazer; [mas] significa, isto sim, que, deixando de parte as demais ocupações, as crianças devem dar-se aos *estudos* próprios de homens livres»²².

Contudo, ao longo dos séculos, este recurso foi adquirindo contornos diferentes: por um lado, como centro de encontro, diálogo, investigação e dinamismo produtivo das comunidades humanas, nos domínios da técnica, da ciência, da arte, da cultura, da moral e da religião, centro que foi oferecendo aos alunos uma panóplia de realizações e êxitos; por outro lado, este processo viveu e vive fracassos e ambiguidades, principalmente no acesso ou não ao sistema escolar, de forma igual para todos; facto que se percebe principalmente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre meio urbano e meio rural²³.

Pensar a escola hoje não é tarefa fácil devido à complexidade de realidade(s) e de sociedade(s) em que vivemos. Deste modo, seguindo a linha de pensamento de Juan Tedesco,

²⁰ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 5.

²¹ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 5.

²² José Ribeiro Dias, *Educação o caminho da nova humanidade: das coisas às pessoas e aos valores* (Porto: Papiro Editora, 2009), 31.

²³ Cf. Dias, *Educação o caminho da nova humanidade*, 37.

seja qual for a inserção da escola, esta deve procurar responder ao desafio de «encontrar [uma] articulação entre a racionalidade e a subjetividade no plano de *uma acção social*, quer dizer, de actores sociais, e não, meramente, de indivíduos isolados»²⁴.

Partindo desta consideração, abre-se um leque de alternativas a que se tem de responder, sendo que cada uma apresenta um modelo de escola diferentes entre si. Se num determinado tempo da história a escola, dita tradicional, tinha como principal fim a preparação dos alunos para a integração social, com vista ao desempenho de papéis sociais estáveis e ordenados hierarquicamente, hoje, dada a complexidade da sociedade e a crise que se está a atravessar no campo do emprego, esta visão considera-se ultrapassada ou desadequada face às necessidades da atual realidade social. Assim, abrem-se novos campos de resposta à função ou finalidade da escola, nomeadamente na função de «formar não só o núcleo básico do desenvolvimento cognitivo, mas também o núcleo básico da personalidade»²⁵, assumindo assim características de instituição total.

Mas esta missão da escola comporta alguns riscos, uma vez que a função de formar a personalidade era da esfera «privada», abrindo-se assim um debate entre o carácter democrático da escola, na busca por manter alguma neutralidade face às diferenças dentro da mesma, e o assumir uma posição conservadora, passando pela uniformização ou introdução dum modelo cultural dominante e/ou a legitimação das desigualdades.

Neste contexto assumir a formação da personalidade, numa perspectiva democrática, supõe a recusa tanto da negação da subjetividade, própria do racionalismo, quanto a ideia da existência de, apenas, uma personalidade, um modelo único de pessoa, onde a escola encontra barreiras para conseguir promover o vínculo entre os diferentes, promover a discussão, o diálogo e a partilha, e onde a escola assume a função de fixar pontos de referência que permitam a cada um escolher e construir a sua ou as suas múltiplas identidades.

²⁴ Juan Tedesco, «A escola total», in *O Novo Pacto Educativo – educação, competitividade e cidadania na sociedade*, ed. Juan Tedesco (Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2000), 112.

²⁵ Tedesco, «A escola total», 116.

Já numa perspetiva mais tradicional – uma vez que esta era baseada na oferta de informações e conhecimentos – refere Tedesco que as metodologias eram frontais, não existindo trabalho personalizado, nem trabalho de grupo; hoje, a função de integração social dentro da escola para o desempenho social apresenta a exigência de ter que ser definida a partir da preparação para o trabalho em equipa, para o exercício da solidariedade, para o conhecimento e respeito das diferenças.

Seja qual for a linha a assumir, o importante no futuro da(s) escola(s) é ressituar-se entre posições opostas: o estar numa postura de regresso à seleção em prol do trabalho ou estar numa postura de abertura a todos, contribuindo para o acesso garantido de forma universal, resultando «o enfraquecimento significativo da função da educação como elemento de seleção para o mercado de trabalho»²⁶.

Deste modo, a escola poderá assumir o fortalecimento do investimento da educação para a cidadania e para a personalidade como resposta às sociedades de hoje.

Reforçando a questão da finalidade da escola, Postman – partindo, sobretudo, do interior da questão das políticas educativas, como estrutura que norteia o percurso da educação e que leva à implementação na prática da educação – apresenta a ideia de que o grande problema da educação nas escolas não passa tanto pela questão metodológica ou problema técnico²⁷. A grande pergunta a que se deve responder, relativamente ao processo do ensino, é: «Qual o deus a apresentar com a educação?»²⁸.

Postman, referindo-se principalmente ao ensino público americano, refere que nos processos educativos, a escola deverá oferecer aos alunos «uma orientação moral, um sentido de continuidade, explicações do passado, clareza ao presente, esperança ao futuro, [como]

²⁶ Tedesco, «A escola total», 122.

²⁷ Cf. Neil Postman, *O Fim da Educação: Redefinindo o Valor da Escola* (Lisboa: Relógio D'Água, 2002), 17-108.

²⁸ Postman, *O Fim da Educação*, 17.

aquilo que [...] mais próximo existe de um sentido de transcendência dentro do contexto do ensino»²⁹.

Neste sentido, Postman apresenta horizontes narrativos como possibilidades de caminho, sendo estas narrativas o desejo de oferecer aos alunos o sentido de responsabilidade face ao mundo, da importância do viver com outros e da solidariedade, numa tentativa de olharem o mundo como um todo e não como acumulação de partes que competem umas com as outras, mas, pelo contrário, «uma narrativa de interdependência e de cooperação global, daquilo que constitui o cerne da nossa humanidade; uma narrativa que [...] requer uma visão do futuro e um compromisso com o presente»³⁰. Nesta linha apresenta-se como fator central no processo educativo a aprendizagem para o erro: todos os seres humanos erram e podem aprender dos erros; nesta narrativa a verdade absoluta não existe:

«sabermos que não sabemos e não podemos saber toda a verdade, poderemos aproximar-nos dela a pouco e pouco à medida que deixarmos para trás o que sabermos ser falso. E depois observar a verdade, à medida que esta se afasta cada vez mais de nós»³¹.

Por outro lado, o autor refere que o fator preponderante no ensino é a necessidade da diversidade, a capacidade de os alunos olharem para o que há para além de si mesmos, numa utilização construtiva e unificadora da diversidade, sendo que esta não é desintegração dos padrões, mas uma razão a favor do crescimento e da maleabilidade de padrões. Daí a importância dos símbolos e da linguagem para o acesso, a construção e a transformação da humanidade e do mundo. Também Leitão refere que «educar é um processo pelo qual a relação do educando com as coisas muda à medida em que as coisas adquirem um novo valor, adquirem um novo interesse, uma nova atração, que não tinham antes»³².

²⁹ Postman, *O Fim da Educação*, 81.

³⁰ Postman, *O Fim da Educação*, 85.

³¹ Postman, *O Fim da Educação*, 87.

³² Henrique Leitão, «A Inutilidade da Educação», *Revista Inútil* (2017): 41.

Então, para se atingir os grandes fins da educação, devemos sobretudo tentar responder às questões: «que motivação a escola deve oferecer aos alunos?», «que fazer para que os alunos se sintam motivados?», de tal forma que o processo educativo se torne uma realidade mais interessante e assim motivar o aluno para a aprendizagem; pode produzir o aumento da autoestima do aluno pelo facto de este encontrar sentido para a busca do conhecimento, e de se descobrir com capacidades e competências. Nesta lógica de processos educativos o aluno aprende a conhecer-se, a valorizar os sucessos e a integrar os limites e dificuldades; e por fim adquire uma autonomia porque é membro ativo e central do processo. Segundo Leitão, o «critério último da educação, portanto, são as coisas, a própria realidade»³³. E neste sentido a centralidade da educação coloca-se no aluno, e o professor é tido como facilitador da motivação, de revelação do fascínio e do interesse que a realidade pode oferecer; e como tal em todo o processo o docente deve (e espera-se dele) estar diante da realidade, também ele com interesse, com fascínio e com uma atração comovida; no fundo, seja mestre ou aprendiz, todos devem deixar-se educar pela própria realidade.

Diante destas abordagens sobre a finalidade da escola ou, ainda melhor, sobre as linhas mestras a ter em conta na construção dos percursos escolares, cabe-nos referir que – não desvalorizando a importância dos métodos, dos conteúdos, das questões mais práticas do ensino – é fundamental que se reflita sobre o caminho a oferecer aos alunos na sua formação não só como indivíduos detentores de conhecimentos, mas também como seres humanos dotados de competências, dons e capacidades que devem ser usados em benefício próprio e da sociedade de que fazem parte. Deste modo, para que o processo de ensino-aprendizagem ganhe sentido na vida dos alunos, é fulcral adaptar os métodos e os conteúdos às circunstâncias dos alunos que se tem na frente, partir dos seus desejos, necessidades, realidades, para que o ensino faça sentido para eles, sem nunca descuidar a exigência, a evolução e aqueles marcos (ou valores-conhecimentos-conteúdos) que são essenciais. Nesta lógica, o professor deve ser aquele que,

³³ Leitão, «A Inutilidade da Educação», 41.

partindo do conhecimento da turma/grupo de alunos, do programa, supervisiona, acompanha, monitoriza o processo do ensino-aprendizagem.

Se numa realidade o processo deve ser centrado no professor, que assim seja; mas, se noutra realidade este deve ser centrado no aluno, que se faça. «Nos assuntos de educação não há certos contra errados»³⁴, e mesmo «ninguém pode afirmar ser esta ou aquela a melhor maneira de saber, de sentir, de ver, de relembrar, de aplicar ou relacionar conhecimentos e que nenhum outro método servirá igualmente bem»³⁵. No processo educativo há que ter em conta a educação integral dos alunos, para que possam ser pessoas completas e sentirem-se adultos realizados e com as ferramentas necessárias para serem agentes ativos e construtores das suas próprias vidas e da vida do mundo³⁶.

Alunos que sejam ensinados a exercer um raciocínio crítico, para que em adultos sejam capazes de se distanciarem de verdades ditas convencionais e adquiram força e capacidade interior para mudar o que em consciência consideram errado³⁷: «Se a escola é uma casa de aprendizagem, uma casa de educação, ela tem de assumir a sua missão de educar referenciada a um quadro de valores»³⁸, sem, contudo, esquecer que a aprendizagem não se faz de um dia para o outro, muito menos no que se refere à aprendizagens do ser: são necessários muitos anos para que os valores e comportamentos adquiram consistência e sejam interiorizados pelos alunos³⁹. Processo que, como diz D'Hainaut⁴⁰, deve estar incluído na política educativa que por sua vez insere em si mesma a especificação dos efeitos esperados e as recidivas da educação, não só sobre os alunos, mas também sobre os sistemas e os quadros que estão em interação com o sistema educativo, sejam eles a sociedade, os professores e as famílias⁴¹.

³⁴ Leitão, «A Inutilidade da Educação», 39.

³⁵ Postman, *O Fim da Educação*, 17.

³⁶ Cf. Isabel Baptista, *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético* (Maia: Prodedições, 2005), 45-56.

³⁷ Cf. Postman, *O Fim da Educação*, 79.

³⁸ Joaquim Azevedo, *Cartas aos directores de escolas* (Porto: Edições Asa, 2003), 9.

³⁹ Cf. Postman, *O Fim da Educação*, 64.

⁴⁰ Cf. Louis D'Hainaut, *Educação - dos fins aos objetivos* (Coimbra: Livraria Almedina, 1980), 90.

⁴¹ Cf. Maria do Céu Roldão, «Tema 1: Educação Escolar e Currículo», in *Currículo: gestão diferenciada e aprendizagens de qualidade*. IV Fórum do Ensino Particular e Cooperativo, Algarve: 1999. 7-22.

A realidade da Salesianos de Manique-Escola mostrou-me, sobre a finalidade da escola, uma visão complementar a toda esta reflexão que acabamos de realizar. Para mim foi encontrar, quer ao nível da reflexão da práxis, quer ao nível de toda a documentação encontrada, uma instituição que afirma ter como pano de fundo uma visão de escola que responde ao direito que toda e qualquer pessoa tem de acesso à educação. Instituição que se diz ser resposta à Constituição Portuguesa, na medida em que respeita e promove o direito à escolha de escolas por parte das famílias; pela liberdade de, como escola de cariz salesiana com uma identidade própria, formar os seus docentes nessa mesma identidade; liberdade de exercer uma atividade participada e participativa entre todos os membros da comunidade educativa; e como escola com contrato de associação exerce o direito à gratuidade do ensino. E, assim, garantir um processo de ensino-aprendizagem em que os alunos se desenvolvem em sentido pleno e de forma integral, colocando o aluno no centro da ação educativa, procurando oferecer um ambiente onde todos se sintam em casa e motivados para a aprendizagem numa busca de ir ao encontro das necessidades e características de cada um⁴².

3. Quem educa na escola? Os professores

Neste ponto tentaremos abordar o papel do professor, como um dos elementos-chave em todo o processo de ensino-aprendizagem; para tal seguiremos a legislação em vigor em Portugal, na qual se pretende olhar para o docente como aquele que «promove aprendizagens no âmbito de um currículo, no quadro de uma relação pedagógica de qualidade, integrando, com critérios de rigor científico e metodológico, conhecimentos das áreas que o fundamentam»⁴³; na sua intervenção «utiliza, de forma integrada, saberes próprios da sua especialidade e saberes transversais e multidisciplinares adequados ao respectivo nível e ciclo de ensino»⁴⁴; sempre numa linha de diferenciação pedagógica em prol do «sucesso e realização

⁴² Cf. Salesianos de Manique-Escola, «Proposta educativa: A Escola lugar de Educação».

⁴³ Direção Geral da Educação (DGE), «Decreto-Lei n.º240/2001, Anexo III 1.2», *Diário da República n.º201/2001, Série I-A de 2001-08-30*, 30 de agosto de 2001, acedido a 15 de janeiro de 2017, <https://dre.pt/application/conteudo/631837>.

⁴⁴ DGE, «Decreto-Lei n.º240/2001, Anexo III 1.2».

de cada aluno no quadro sócio-cultural da diversidade das sociedades e da heterogeneidade dos sujeitos, mobilizando valores, saberes, experiências e outras componentes dos contextos e percursos pessoais, culturais e sociais dos alunos»⁴⁵.

Assim, a sociedade de hoje impõe que o professor seja competente do ponto de vista científico e pedagógico e, por isso, eficaz, o que, segundo Arends⁴⁶, significa que os professores sejam «academicamente competentes, que dominem as matérias que vão ensinar e que se preocupem com o bem-estar das crianças e dos jovens, [...] que sejam capazes de produzir resultados, sobretudo a nível da realização escolar e da aprendizagem social dos alunos»⁴⁷.

Na tentativa de definir o ensino eficaz, Arends atribui quatro atributos aos professores: qualidades pessoais, conhecimento, repertório e reflexão⁴⁸.

Um professor eficaz domina um conjunto de conhecimentos relativos à prática de ensino e aprendizagem, incluindo estratégias, métodos e modelos que se vão construindo ao longo do percurso. Nesta perspetiva requerem-se várias etapas para que um professor tenha sucesso ao longo da sua carreira.

Diante do exposto, podemos dizer que o professor tem duas funções importantes na escola: uma, refere-se à participação ativa na comunidade escolar, onde atua de forma integrada para alcançar os objetivos intrínsecos à filosofia da escola descritos no Projeto Educativo; outra, é a realização de atividades/momentos pedagógicos com base no Projeto Curricular comum, adaptando-o de forma a proporcionar a construção de saberes pelos alunos e a ampliar conhecimentos no processo ensino-aprendizagem.

As orientações fundamentais do papel do professor estão implícitas no Projeto Educativo da Escola, e, no caso da minha PES, aquilo que fui percecionando é que neste se encontra o ideal Salesiano vivido na Salesianos de Manique-Escola.

⁴⁵ DGE, «Decreto-Lei n.º240/2001, Anexo III 1.2».

⁴⁶ Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Madrid: Mc Graw Hill, 2008).

⁴⁷ Arends, *Aprender a ensinar*, 17.

⁴⁸ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 17-28.

Partimos da noção de que este documento tem um carácter pedagógico, envolve a comunidade educativa na sua elaboração de forma a que a identidade própria da instituição esteja presente na adequação das propostas educativas à legislação em vigor em determinada realidade. Como ponto fulcral na sua elaboração os redatores do documento procuram que este apresente «o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da ação educativa»⁴⁹. Por outro lado, o Projeto Educativo da escola é também ele um documento integrador das linhas de ação identitária do cariz salesiano «cuja missão é a promoção integral da pessoa»⁵⁰, pela aposta no desenvolvimento e amadurecimento de todas as dimensões do aluno e pelo respeito pela singularidade e identidade própria; neste documento depreende-se que o processo educativo se «caracteriza pelo espírito de família, pelo clima de alegria, pelo sentido de festa e pela participação criativa»⁵¹, valores a trabalhar e aprofundar.

Mas a escola não é, neste momento, completamente autónoma, depende de uma gestão a nível nacional; para que possa desenvolver aprendizagens significativas é fundamental partir do currículo nacional, adaptando-o à realidade local de modo a ter em conta as situações e características dos contextos onde ele se vai realizar.

Assim, as práticas educativas são o reflexo das mudanças de cada sociedade e, conseqüentemente, incluem reflexões no trabalho desenvolvido pelos professores. A interpretação que cada professor faz do Projeto Educativo depende muito da conceção que tem do currículo, existindo sobre este termo várias interpretações. Este condiciona as diferentes tomadas de decisões ao longo do processo, pelo que importa aqui perceber que o currículo necessita de ser entendido não só como um documento estabelecido com os objetivos da ação educativa, mas como um currículo de ação e um currículo real. De facto, o currículo tem de ser

⁴⁹ Jorge Adelino Costa, *Gestão Escolar* (Lisboa: Texto Editora, 1991), 10.

⁵⁰ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 3.

⁵¹ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 3.

promotor de conhecimento das diferentes áreas do saber, mas deve facilitar o desenvolvimento de competências essenciais para formar um cidadão ativo.

Na realidade do vivido na PES esta tomada de decisões e adaptação do currículo foram muito condicionadas pelos tempos e prazos em que esta prática teve o seu início e a sua finalidade. Desta forma, não foi possível, nem necessário, realizar este processo de adaptação do currículo à realidade escolar; no entanto foi fundamental ler e compreender o ideal nele descrito e as prioridades que a Salesianos de Manique-Escola segue na sua oferta educativa e pedagógica. Ao mesmo tempo, surgiu como uma forma de aprendizagem por análise e reflexão do que outros já fizeram.

Falar de competência do professor é entendê-la «como um conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e de comportamentos estruturados em função de um resultado e num dado tipo de situações determinadas»⁵².

Assim sendo, é responsabilidade aumentada do professor saber agir, de forma a desenvolver e aplicar no aluno a prática mais adequada, isto é, a estratégia que melhor se adapta à circunstância e partir da realidade de cada um.

Neste contexto, estratégia «é o seu grau de conceção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor consecução de uma determinada aprendizagem»⁵³, mais adequada numa sala de aula.

Deste modo, é importante que as estratégias sejam integradas no conjunto de capacidades de ação ou competências, em que as estratégias são tidas como propostas de atitudes e valores de forma a dinamizar uma escola responsável.

Em suma, e voltando a Arends, a competência do professor passa por qualidades pessoais, como «capacidades de relacionamento pessoal e coletivo necessárias para estabelecer relações

⁵² José Augusto e Brito Pacheco, *Planificação Didáctica: uma abordagem prática* (Porto: Porto Editora, 2003), 62.

⁵³ Maria do Céu Roldão, *Estratégias de Ensino: o saber e o agir do Professor* (Vila Nova de Gaia: LabGraf, 2009), 57.

genuínas com os alunos e colegas [...] [e também] uma paixão pelo ensino que pode ser traduzida em inspiração para os seus alunos aprenderem»⁵⁴.

Com estas competências o professor poderá estabelecer relações de grande proximidade com os alunos, procurando conhecê-los profundamente, interessar-se pelas suas vidas, sucessos e dificuldades, revelando sempre um foco de confiança e de paciência, levando os alunos a procurá-lo e a encará-lo como confidente e companheiro em todas as horas.

A este nível, a PES trouxe-me a constatação e a consciência de que as relações se constroem com tempo despendido e oferecido; assim, não posso dizer que, embora seja de fácil relação, tenha conseguido estabelecer grandes relações dentro do contexto escolar, uma vez que o nosso tempo de permanência na Salesianos de Manique-Escola foi reduzido; contudo, podendo considerar o grupo do núcleo de PES, este revelou-se um desafio à relação e principalmente ao respeito e cooperação entre todos, sabendo escutar, interagir e propor sem desejar mais do que o bem da aprendizagem de todos. Em relação aos alunos, foi um crescendo na relação, no conhecimento mútuo, sempre tendo como entrave o pouco tempo de permanência em ambiente de escola, tanto em sala de aula como no recreio que, segundo D. Bosco, é tão saudável e incentivador da relação entre professor-aluno.

Um outro elemento importante para o professor é o conhecimento, porque é este que «orienta aquilo que fazem enquanto professores, tanto dentro como fora da sala de aula [...] que lhes permite lidar com determinadas matérias, de forma esclarecida e eficaz do que a maioria das pessoas»⁵⁵.

Arends socorre-se de Schuman para identificar as sete categorias do conhecimento que o professor deve adquirir: conhecimento de conteúdos; conteúdos pedagógicos; psicologia do desenvolvimento; pedagogia em geral; contextos educacionais, curriculares e conhecimento das finalidades; objetivos e valores da educação; e as suas bases filosóficas e históricas⁵⁶.

⁵⁴ Arends, *Aprender a ensinar*, 20.

⁵⁵ Arends, *Aprender a ensinar*, 20.

⁵⁶ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 21. (Schulman, L. S. *Knowledge and teaching: Foundations of the new reform*).

Neste nível de conhecimento a grande mais-valia da PES é a possibilidade de pôr em prática aquilo que, ao longo dos anos, fui aprendendo nos diferentes contextos formativos por onde fui passando. Mas, ao mesmo tempo, é o verificar que, nos dias de hoje, é necessário estar sempre atento e à busca de informação para que no momento de lecionação a informação/conteúdo seja cada vez mais de acordo com os interesses e realidades dos alunos que se tem pela frente.

O professor deve possuir um repertório de práticas eficazes, adequando-as e selecionando-as conforme os seus objetivos, as características de um determinado grupo e os valores e expectativas da comunidade em que o professor exerce a função de liderar (através da planificação, motivação, coordenação, definição de objetivos e avaliação de todo o processo), instruir (pela escolha de modelos de ensino, planos de trabalho e fomento da aprendizagem) e organizar (agindo sobre os ambientes complexos e garantindo a eficácia) todo o processo de ensino-aprendizagem.

Ao longo da PES fui tentando diversificar as estratégias, adequando-as à turma que tinha pela frente, sem negligenciar os conteúdos e objetivos da aula, o que nem sempre foi tarefa fácil, pois controlar o tempo, discernir prioridades e adivinhar a recetibilidade dos alunos às propostas é difícil, principalmente em ambiente de avaliação e assistência constante. O tempo percorrido foi «mestre» neste jogo entre o desejo e a realidade. O auxílio e conhecimento do Professor Cooperante foi sempre fator de aprendizagem neste gerir e liderar o processo de ensino-aprendizagem.

Exercitar a reflexão e encontrar a solução de problemas é outra das capacidades que os professores eficazes devem desenvolver, pois eles «aprendem a abordar situações únicas com uma atitude de resolução de problemas e aprendem a arte de ensinar através da reflexão sobre a sua própria prática»⁵⁷.

⁵⁷ Arends, *Aprender a ensinar*, 27.

O facto de cada sessão da PES ser concluída com a auto e heteroavaliação da aula lecionada foi fator de constante reflexão sobre os caminhos a seguir, partilha de dificuldades e descoberta de soluções. As variadas circunstâncias em que foi necessário adaptar planos, rever critérios, escolher prioridades, corrigir estratégias constituíram um fator de crescimento e reflexão sobre o meu agir enquanto docente em formação.

Contudo, é fundamental perceber que todo este processo de aquisição das competências do professor é um longo caminho: «Para nos tornarmos bons professores precisamos de muito tempo e de compreender que aprender a ensinar é um processo de uma vida»⁵⁸.

Na minha PES, aquilo que fui experimentando desta definição de educação e conseqüente papel do professor é que para se ensinar é necessário assumir a atitude de aprendiz a tempo inteiro, atitude essa que implica humildade, busca constante de conhecimento, colocar questões sobre o que nos parece mais frágil e, sobretudo colocar-me em questão em tudo quanto faço. Mas, ao mesmo tempo, não paralisar diante dos receios, arriscar intuições, arriscar ser diferente e sobretudo escutar a realidade que nos envolve. Ser flexível e aberto às mudanças que surgem no dia-a-dia, pois o centro da aprendizagem não está na nossa PES, mas nos alunos que temos pela frente e no seu desenvolvimento harmonioso e integral.

4. Quem educamos? O aluno do séc. XXI

Antes de partirmos para a reflexão sobre o que nos dizem os documentos da Direção Geral da Educação (DGE) acerca do perfil do aluno para o séc. XXI, gostaríamos de nos debruçarmos sobre que alunos temos nas escolas nesta hora, o que os caracteriza, o que os move, principalmente numa lógica de futuro. Sabemos que muitas vezes as razões pelas quais os alunos permanecem ou não na escola se relacionam com os projetos de vida que constroem no seu imaginário, sendo que o emprego ou profissão se tornou como um eixo nuclear nos projetos de vida e fonte de identidade e reconhecimento social. No entanto, ao longo dos últimos séculos

⁵⁸ Arends, *Aprender a ensinar*, 28.

a realidade profissional tem vindo a sofrer mutações, principalmente no que se refere às condições de acesso à mesma.

«Actualmente, [...] as pessoas vêem-se enfrentadas com uma notável contradição: por um lado, o papel do trabalho como âmbito de dignificação pessoal e, por outro, a profunda precarização das condições no exercício desse trabalho»⁵⁹.

Esta situação leva a que por vezes, entre as gerações mais novas, principalmente nos jovens com mais de 15 anos, se assista ao aumento da formação e qualificação, o que faz com que a estabilidade profissional, financeira e familiar seja retardada, mas ao mesmo tempo questionando-se a razão do investimento numa melhor educação, mais qualificada, se o país onde estão inseridos não responde a essas expectativas.

Em termos de realidade, segundo dados estatísticos da Pordata 2018, ao nível da escolaridade da população portuguesa com mais de 15 anos de idade, verifica-se que a maioria detém apenas o Ensino Básico, sendo que 23% destes possuem o 1.º ciclo, 12% o 2.º ciclo e 24% o 3.º ciclo. É significativamente relevante na população os 5% que não têm qualquer grau académico; contudo, esta percentagem era mais grave em 2011, onde se verificava que, em 100 indivíduos, 7 não possuíam qualquer grau académico, contrapondo ao facto de que 15% da população portuguesa obtiveram o nível superior⁶⁰.

Retomando a caracterização dos alunos, em especial da chamada realidade dos jovens/alunos de hoje, pode-se dizer que estes se encontram numa fase de vida carregada de curiosidade, de energia em que é importante dar opiniões, mas é sobretudo relevante experimentar: experimentar sensações, situações, relações e emoções. Nesta fase, já não se experimenta com aquela pureza e desprendimento da infância, mas com outras responsabilidades, deveres e até com certa preocupação perante o futuro. O jovem/aluno vai naturalmente procurando algo mais que o ajude a amadurecer como um adulto saudável ao nível

⁵⁹ Eduardo Duque, *Os jovens e a religião na sociedade actual: comportamentos, crenças, atitudes e valores no distrito de Braga* (Braga: Instituto Português da Juventude, 2007), 104.

⁶⁰ Pordata <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

emocional, físico e espiritual. Surgem, então, na sua vida, algumas instituições que o ajudarão neste crescimento pessoal, tais como a família, a escola, o trabalho, a Igreja, etc⁶¹.

O confronto entre a busca que o próprio jovem/aluno procura para si e a finalidade que a educação define como o que é mais adequado para o aluno dá-se nas linhas apresentadas pelo recente documento da DGE sobre o perfil do aluno para o século XXI. Documento que apresenta uma base humanista como um dos princípios que orientam, justificam e dão sentido ao Perfil dos Alunos, na qual a escola deve procurar habilitar os alunos, oferecendo um currículo que desenvolva «saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar»⁶².

Para que, à saída da escolaridade obrigatória, o aluno possa agir de forma livre, autónoma, responsável e consciente de si e do mundo que o rodeia – revelando-se um cidadão que dá continuidade às aprendizagens iniciadas no tempo de escolaridade, para assim intervir na sua vida e na construção de sociedades justas, dando atenção à promoção da dignidade humana, com gesto de solidariedade e responsabilidade perante si e o outro, respeitando a diferença social e cultural, apoiado nos valores democráticos mas de busca do bem-comum⁶³ – escola, no processo de ensino-aprendizagem, deve destacar como valores: responsabilidade e integridade, cidadania e participação e liberdade:

«Responsabilidade e integridade – respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum. [...]

Cidadania e participação – demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da

⁶¹ Cf. Duque, *Os jovens e a religião na sociedade actual*, 103-112.

⁶² Duque, *Os jovens e a religião na sociedade actual*, 13.

⁶³ Cf. Duque, *Os jovens e a religião na sociedade actual*, 15.

solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.

Liberdade – manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum»⁶⁴.

A Salesianos de Manique-Escola, pelo que pudemos perceber quer pela leitura dos documentos que a caracterizam, quer pela observação em tempo de PES, é muito mais do que um lugar de transmissão única de saberes, procura: ser, e é, um espaço de formação integral de quem a escolhe, tendo como horizonte a oferta de espaço e tempos para o desenvolvimento de alunos com dignidade individual e respeito pelo outro.

Nos documentos oficiais da escola destacam-se como valores a atingir, aqueles que caracterizam os adultos de amanhã, nomeadamente: confiança em si e nos outros, descobrindo qualidades e limites pessoais e nos outros; alegria, obter um olhar positivo sobre os outros, a realidade e o mundo, mesmo em tempos de maior adversidade; liberdade vivida na autonomia e na autenticidade; tolerância diante do diferente, olhando cada um na dignidade que o caracteriza; cidadania, como agente ativo na sua realidade, assumindo os direitos e deveres; verdade, no dizer e no viver; justiça, agindo contra as desigualdades e na promoção da mesma; trabalho como meio de realização e de desenvolvimento pessoal e global; paz como oposição à guerra tão presente no mundo; cooperação entre todos, seja no meio escolar como futuramente na vida adulta; solidariedade pelo compromisso pelo «bem comum»⁶⁵.

5. Como educamos? Linhas orientadoras no sistema de ensino

Como vimos anteriormente, já Dürkheim dizia que a educação é um processo de socialização e que a escola é uma instância especializada onde o processo decorre de uma forma caracterizada por levar o aluno a interagir e a integrar-se no meio onde está inserido, segundo

⁶⁴ Duque, *Os jovens e a religião na sociedade actual*, 17.

⁶⁵ Cf. Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 7.

as normas, costumes, comportamentos e os padrões culturais que são reconhecidos como identificadores da sociedade. Neste sentido, a escola, enquanto estrutura educativa, está fundada sobre linhas que a orientam no sentido de construção social, linhas essas que se encontram na lei de bases do sistema educativo⁶⁶ que apresenta, como um dos objetivos do ensino básico, o oferecer aos alunos meios e experiências que os possam ajudar no desenvolvimento da sua maturidade quer ao nível cívico, quer ao nível social e afetivo, favorecendo condutas de inter-relação, cooperação, quer ao nível familiar quer ao nível de intervenção social consciente e responsável no meio onde estão inseridos⁶⁷.

Isabel Baptista, psicóloga que investiga na área da psicologia social e da educação, diz-nos que é fundamental que o sistema educativo tenha em conta que a escola é o local onde aprender a viver com outros e a conviver implica fazer da partilha, do diálogo e da ajuda mútua sinais quotidianos de uma cidadania ativa. O convívio origina sentimentos, afetos, ideias, memórias, desejos e valores, mas também conflitos, frustrações e riscos. Por isso, a função da educação é, também, ensinar a aprender integrar a frustração, a dor, o medo numa identidade que se está a construir. E neste processo dá-se também a descoberta do outro, numa tomada de consciência da interdependência e do sentido de proximidade, sem se esquecer que aprender a conviver passa também por aprender a respeitar os espaços de solidão e de privacidade necessários à formação da humanidade de cada pessoa. Mas, hoje, mais do que nunca, esta cidadania ou convivência coloca-se também a uma escala mundial. Valores como paz, tolerância, solidariedade e hospitalidade têm de ser olhados também à escala planetária numa tentativa de fundamentar uma ética assente numa lógica de responsabilidade e de proximidade⁶⁸.

O grande desafio reside na capacidade de o professor se relacionar com cada um dos alunos mais do que com todos ao mesmo tempo e desenvolver a sua atividade em contextos

⁶⁶ Direção Geral da Educação (DGE), *Lei n.º46/86: Lei de Bases do Sistema Educativo*, 14 de outubro de 1986, acedido a 20 janeiro de 2018. <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1986/10/23700/30673081.pdf>.

⁶⁷ Cf. DGE. *Lei n.º46/86*, Artigo 7.

⁶⁸ Cf. Baptista, *Dar rosto ao futuro*, 47-48.

educacionais marcados por estruturas formais, por vezes impessoais e pesadas; daí que seja fundamental alicerçar o ensino-aprendizagem sobre valores como o respeito pelo tempo do outro, a sensibilidade, a paciência, a atenção, a escuta e as atitudes de ajuda. É esta a forma de a escola se tornar democrática, solidária e justa.

«Cabe à educação dotar as pessoas, todas as pessoas, dos meios que lhes permitam compreender o mundo, agir sobre ele, relacionar-se solidariamente com os outros e decidir em liberdade o futuro [...] é preciso colocar a educação no coração da vida social com a determinação de quem repõe o peixe na água»⁶⁹.

Mais recentemente, a DGE coloca um novo desafio às escolas com as diretrizes para a Educação para a Cidadania, onde foram identificados os «direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã»⁷⁰ dos alunos de forma a que se tornem cidadãos que privilegiem a igualdade nas relações interpessoais, integrem a diferença, respeitem os Direitos Humanos e valorizem conceitos e valores da democracia; disciplina que se enquadra no sistema educativo, na autonomia das escolas e nos documentos curriculares em vigor⁷¹.

Neste documento, salienta-se a necessidade da formação de cidadãs e cidadãos que desenvolvam competências e valores que os ajudem a compreender o mundo e a realidade que os rodeia, mas sobretudo que desenvolvam competências que os façam encontrar soluções e ajam em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Esta estratégia da DGE para a inclusão da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de ensino vai na linha do desenvolvimento global dos alunos pela realização de aprendizagens que os levam à participação plural e responsável de todas e de todos na construção de si próprios, mas também à contribuição para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, que vivem a democracia e exprimem o respeito pela diversidade e a defesa dos Direitos Humanos⁷².

⁶⁹ Baptista, *Dar rosto ao futuro*, 73.

⁷⁰ Direção Geral da Educação (DGE), «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania», Direção Geral da Educação, 17 de Julho de 2018, acedido a 15 de outubro de 2018. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf, 1.

⁷¹ Cf. DGE, «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania», 1.

⁷² DGE, «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania», 3.

Diz o documento que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento surge como um «espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural»⁷³.

Por outro lado, alerta a DGE que este plano educativo deverá ser implementado ao nível global das escolas, de forma articulada dentro dos próprios estabelecimentos de ensino e em rede com outras instituições e organismos do meio envolvente à escola, pois só assim a cidadania pode ser aprendida e apreendida pelos alunos numa prática constante de articulação teoria-prática. Especificamente, para o plano educativo para atingir este desenvolvimento deverá contemplar competências de diferentes áreas: cognitivas, pessoais, sociais e emocionais assentes no currículo e num processo contínuo e progressivo entre reflexão, planificação e ação, e posterior avaliação⁷⁴.

Sobre este ponto gostaria de salientar os princípios da Salesianos de Manique-Escola que no Projeto Educativo destaca que na fidelidade ao ideal e missão salesiana, e tomando como referência os pressupostos de lei de bases do sistema educativo, orienta a sua ação pelo princípio de centralidade do processo no aluno, num ambiente marcado pelo espírito de família, apostando na proximidade educativa entre todos os agentes, numa linha de corresponsabilidade e participação, promovendo a igualdade e a qualidade do ensino e da aprendizagem tendo como critério-pilar o critério da prevenção tão característico de D. Bosco⁷⁵.

Concluimos este capítulo na certeza de que muito pode ter ficado por dizer: não foi nosso desejo fazer uma exploração exaustiva sobre o tema, mas abrir o horizonte conceptual e situar a temática da educação para a responsabilidade social no campo aberto da educação.

⁷³ DGE, «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania», 3.

⁷⁴ Cf. DGE, «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania», 11.

⁷⁵ Cf. Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 6.

No próximo capítulo iremos focalizar a nossa abordagem na educação para a responsabilidade social no campo do ensino religioso, de modo especial na disciplina de EMRC.

CAPÍTULO II: EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMRC

Este capítulo tem como foco a reflexão da responsabilidade social à luz dos ensinamentos da Igreja Católica no âmbito do que se designa de Doutrina Social da Igreja (DSI). Para tal faremos uma apresentação sumária dos diferentes documentos, para depois entrar na abordagem temática da reflexão. Não é nosso desejo fazer uma abordagem profunda, mas destacar alguns elementos-chave que nos servirão de base ao estudo da responsabilidade social.

Num segundo momento deste capítulo olharemos a situação atual da sociedade para contextualizarmos um pouco no nosso estudo.

Após a contextualização passaremos à apresentação da disciplina de EMRC, a sua finalidade no sistema de ensino, o perfil do professor, para então, fazendo uma leitura geral do programa, finalmente apresentar a análise às metas selecionadas para o estudo da problemática da educação para a responsabilidade social.

1. A Igreja Católica face às questões sociais: o magistério contemporâneo

Quando Jesus, na sinagoga de Nazaré, apresentou o seu projeto, fê-lo incluindo toda a dimensão social da sua época: a redenção dos cativos e a libertação dos oprimidos⁷⁶. Durante a sua vida, Jesus acolheu os social e religiosamente discriminados, e curou, mesmo que de forma milagrosa, os situados «à margem da lei», sinal de libertação de situações opressivas, procurando Ele mesmo realizar a dimensão social e temporal do seu projeto.

Mais ainda, Jesus, com a sua Palavra, denuncia as injustiças e procura estabelecer a igualdade radical de todo o ser humano como filho de Deus, único Pai que a todos ama e quer salvar. E é claro, no que diz respeito à aquisição ou uso de riquezas, estas devem ser colocadas ao serviço dos mais pobres, identificando-Se Ele mesmo com essa classe mais desfavorecida:

⁷⁶ Cf. Lc 4,16-19. A Bíblia Sagrada citada é a versão da Difusora Bíblica, e assumimos a nomenclatura e abreviatura da mesma.

«Vinde, benditos de meu Pai, [...] porque tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolhestes-me, estava nu e destes-me de vestir» (Mt 25,34-36).

1.1.O caminho da Igreja com o mundo

Segundo Fontes⁷⁷, a DSI, enquanto corpo de ensinamentos, nasceu no séc. XIX, no Pontificado de Leão XIII, pois a Igreja, como já até então, sentiu necessidade de parar a refletir sobre as mudanças que a sociedade estava a enfrentar e posicionar o seu pensamento social face às rápidas transformações culturais, políticas e socioeconómicas, nomeadamente pela força da indústria, do urbanismo e do surgimento do chamado proletariado no contexto das consequências da Revolução Industrial e das mudanças políticas trazidas pelo Liberalismo; surgia então uma nova ordem social arraigada ao princípio de liberdade individual e, conseqüentemente, ao exercício de cidadania com uma soberania da nação. Diz-nos Fontes:

«Esta nova concepção de ordem social, assente na ideia de cidadania, não prescindia necessariamente de uma fundamentação religiosa da realidade e da existência humana, mas assentava, isso sim, na ideia de liberdade de consciência e de pensamento, com que o Catolicismo romano teve inicialmente enorme dificuldade em lidar»⁷⁸.

Assim, a reflexão da Igreja face à conjuntura social levou-a a encontrar respostas em diálogo quer com o pensamento liberal, quer com o movimento socialista nascente, sobretudo numa busca de perspetivas e soluções, soluções essas que levaram a Igreja ao chamado catolicismo integral direcionado a responder a todos os homens e ao homem todo, numa linha totalizante em que nenhuma das dimensões da sociedade ficava de fora⁷⁹.

⁷⁷ Paulo F. de Oliveira Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania», in *IV Semana Social: Cidadania Pessoal Responsabilidade Colectiva*, Conferência Episcopal Portuguesa (Lisboa: Paulinas, 2001), 153-181.

⁷⁸ Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 157.

⁷⁹ Cf. Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 159 e Jean-Yves Calvez, «A vida económica e social na Doutrina Social da Igreja segundo o Compêndio», *Communio: Revista Internacional Católica* 23, n.º1 (2006): 55-62.

Segundo Rodrigues⁸⁰ e Reis Ribeiro⁸¹, na DSI este enquadramento, no tempo e na sociedade, se por um lado procura oferecer sintonia com o destinatário, por outro comporta um significado mais profundo encarnando a mensagem e a doutrina, situando-a num determinado contexto histórico, social e cultural:

«Esta coordenada encarnadora é de tal forma interveniente no desenvolvimento do Magistério Social da Igreja, que, provocando a função e responsabilidade proféticas da sua missão, leva a um ensinamento parcelar na globalidade de uma visão cristã sobre o homem e o mundo. Os grandes documentos sociais da Igreja não constituem uma elaboração sistemática no seu conjunto. Cada um, mantendo a totalidade, concretiza pontos e situações particularmente sensíveis e interpelantes [...] respeitando legítimos pluralismos de opções [sem negar as] concepções vigentes do homem e da sociedade, pela consciência e visão da Igreja e da sua missão, não deixando, por isso, de exprimir valores e critérios presentes na mentalidade dos indivíduos e grupos»⁸².

Por um lado, o humanismo da DSI vai beber à antropologia do Génesis, especialmente ao 1º capítulo, onde o ser humano é apresentado «à imagem e semelhança de Deus» (Gn 1,26), como tal ser provido de inteligência, liberdade e também, em certa medida, como criador, colocando-se, assim, frente ao mundo num plano transcendente. Pelo trabalho, projetando o poder criador de Deus, o ser humano submete a si mesmo o mundo, colocando-o ao seu serviço, no qual tudo lhe é subordinado, e a nada está subordinado, nem à economia, nem à produção nem mesmo à sociedade.

Por outro lado, dada a sua situação de ser-em-relação, pois «não é bom que o homem esteja só» (Gn 2,18), o ser humano constrói relações de diferentes tipos. Umas são mais de tipo pessoal, outras mais de dimensão social, que se tecem nas realidades sociais e económicas, tornando-se ser subordinado à própria sociedade, porque dela depende. Contudo esta

⁸⁰ Narciso Rodrigues, «Uma breve leitura da Doutrina Social da Igreja», *Communio: Revista Internacional Católica* 4, n.º3 (1987): 211-212.

⁸¹ J. M. Reis Ribeiro, «A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento histórico», *Communio: Revista Internacional Católica* 4, n.º3 (1987): 197-210.

⁸² Cf. Reis Ribeiro, «A Doutrina Social da Igreja», 197.

subordinação terá que se reger pela regra do respeito pela dignidade humana, pelos direitos fundamentais, principalmente o da liberdade⁸³.

Deste modo, a DSI procura atingir dois grandes objetivos: enfatizar as obrigações da ação social e da justiça, tal como aparecem no Evangelho, e protestar em nome da justiça sempre que estruturas sociais, económicas ou políticas contradigam a mensagem do Evangelho. A fé cristã tem um conceito claro da dignidade humana, e daí deduz determinados princípios, normas e valores que permitem uma ordem social livre e justa. Se são claros os princípios da DSI, então devem ser sempre aplicados às atuais questões sociais. Na aplicação da Doutrina Social, a Igreja torna-se defensora de todos aqueles que, por diferentes razões, não podem erguer a sua voz e que mais frequentemente são os mais atingidos por estruturas injustas.

A Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII veio estimular a vontade católica de intervenção social, na procura dos princípios que poderiam estar na base da ordem económica e social cristã, a atenção ao mundo que nos rodeia, a ação no concreto em contraponto à crise social seja dos políticos como de cidadãos em geral e cristãos em particular; dedicar-se à formação das consciências de forma a que a ignorância, o desconhecido sobre a doutrina não seja motor de injustiças; participação ativa por meio de Instituições dedicadas à causa dos pobres, princípios vividos na prudência e no respeito pelas diferenças:

«Ora, como é principalmente a nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o nosso dever. Certamente uma [crise social] desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação é a inanidade da sua acção fora da Igreja. É a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas

⁸³ Rodrigues, «Uma breve leitura da Doutrina Social da Igreja», 213.

forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso»⁸⁴.

Desde então, os Papas têm repetidamente reagido aos sinais dos tempos e, na sequência da *Rerum Novarum*, têm-se pronunciado sobre as questões sociais especialmente urgentes. No desenvolvimento do pensamento social da Igreja, quarenta anos depois, o Papa Pio XI escreve a Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, acentuando a responsabilidade e missão do Estado em promover e coordenar o «Bem Comum», esclarecendo os direitos de liberdade de associação, denunciando o monopólio de um único sindicato imposto pelo Estado⁸⁵, iluminando a relação entre capital e trabalho, referindo a importância de o salário ir ao encontro do sustento do trabalhador e família, a situação da empresa e as exigências do «bem comum» nacional, reforçando a mais-valia da colaboração entre as diferentes associações profissionais e a promoção da propriedade familiar.

Desde modo, até 1944, o discurso magisterial centrava-se nas questões da vida económica e social. Só na segunda metade do século XX é que começou a abordar de forma mais sistematizada os problemas políticos, a questão da democracia, os direitos humanos, a participação política, a organização mundial, a luta pela paz frente às guerras que se enfrentavam.

Em 1961, o Papa João XXIII publica a Carta Encíclica *Mater et Magistra* na qual apela à consciência do direito e dever de participação da pessoa em todas as estruturas da sociedade, desde a empresa à família, aos sindicatos e à participação política, pois é missão da Igreja, diz na Encíclica, diante dos desequilíbrios entre países industrializados e subdesenvolvidos exigir uma resposta solidária internacional, na verdade e na justiça, uma cooperação científica e técnica desinteressada no respeito das grandes linhas e valores de uma ordem moral internacional objetiva.

⁸⁴ *Rerum Novarum (RN)*, n.º8.

⁸⁵ Cf. *Quadragesimo Anno (QA)*, n.º 92.

«E quando somos animados pela caridade de Cristo, nós conhecemos os laços que nos unem aos outros, e sentimos como próprias as necessidades, os sofrimentos e as alegrias alheias. Por conseguinte, a ação de cada um, qualquer que seja o objeto da mesma e o meio em que se exerce, não pode deixar de ser mais desinteressada, mais vigorosa e mais humana; pois a caridade “é paciente, é benigna... não busca os seus próprios interesses... não folga com a injustiça, alegra-se com a verdade... tudo espera, tudo suporta” (1 Cor 13,4-7)»⁸⁶.

Segundo Reis Ribeiro⁸⁷, a Encíclica do Papa João XXIII tem como pano de fundo a «visão cristã do problema demográfico à dimensão mundial e a exigência do optar por um serviço ao homem e à vida»⁸⁸ na qual o Pontífice apela ao estudo, conhecimento e aplicação do pensamento social da Igreja por parte de todos.

Já na Carta Encíclica *Pacem in Terris*, o Papa João XXIII aponta o horizonte da justiça, da verdade, da liberdade e do amor como os grandes pilares na construção da paz, também pelo respeito e promoção dos direitos humanos que são o grande objetivo do «bem comum».

Ponto de viragem na história da DSI é o Concílio Vaticano II, com relevo para a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e a Declaração *Dignitatis Humanae*. A primeira debruça-se sobre as inquietações do homem atual, oferecendo uma mensagem de esperança perante os problemas do trabalho, da família, da cultura, da vida económica e política, através duma abertura ao diálogo entre a Igreja e a cultura, a economia e a sociedade moderna num caminho de progresso da pessoa, de forma especial condenando todo o tipo de guerra e apelando à construção da paz e do desenvolvimento global, tendo como pano de fundo a dignidade humana, o homem feito à imagem e semelhança de Deus com os mesmo direitos:

«Deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, [...] Além disso, embora entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. Com efeito, as excessivas desigualdades económicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz

⁸⁶ *Mater et Magistra (MM)*, n.º 255.

⁸⁷ Reis Ribeiro, «A Doutrina Social da Igreja», 207.

⁸⁸ Reis Ribeiro, «A Doutrina Social da Igreja», 207.

social e internacional. Procurem as instituições humanas, privadas ou públicas, servir a dignidade e o destino do homem, combatendo ao mesmo tempo valorosamente contra qualquer forma de sujeição política ou social e salvaguardando, sob qualquer regime político, os direitos humanos fundamentais»⁸⁹.

Já a Declaração *Dignitatis Humanae* reflete sobre o reconhecimento eclesial da liberdade religiosa como direito fundado na dignidade da pessoa, apelando à consagração mundial da liberdade religiosa em todos os Estados, reforçando a liberdade que cada pessoa tem de poder «agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coacção mas levados pela consciência do dever»⁹⁰. Tal respeito implica que o poder público seja delimitado juridicamente, «a fim de que a honesta liberdade das pessoas e das associações não seja restringida mais do que é devido» (*DH*,1), liberdade que começa na religião.

Numa linha de continuidade com o ensinamento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI apresenta a Carta Encíclica *Populorum Progressio* na qual propõe o desenvolvimento integral da toda a pessoa e de toda a humanidade, começando pelo reconhecimento de dons e qualidades que devem ser colocadas ao serviço uns dos outros e que devem ser desenvolvidas e reforçadas no processo de crescimento de cada pessoa, apelando à responsabilidade de todos na cooperação ao longo da vida, família, escola e sociedade, sem contudo retirar a responsabilidade pessoal de cada um no seu próprio desenvolvimento:

«Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. É dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e de qualidades para as fazer render: desenvolvê-las será fruto da educação recebida do meio ambiente e do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito

⁸⁹ *Gaudium et Spes (GS)*, n.º 29.

⁹⁰ *Dignitatis Humanae (DH)*, n.º 1

ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais»⁹¹.

Por ocasião do 80º aniversário da *Rerum Novarum* surge a Encíclica *Octagesima Adveniens* na qual o Papa Paulo VI alerta os cristãos para a importância de estarem envolvidos nas estruturas de base da sociedade, incentivando-os ao diálogo numa sociedade plural, abordando os problemas do desemprego, do ambiente e do crescimento demográfico.

Em 1981, o Papa João Paulo II elabora uma encíclica voltada novamente para a questão do trabalho humano, alertando para a importância da dignificação do trabalho por parte de todos, pois é através do trabalho que o ser humano se realiza e, como tal, não está sujeito a este nem serve para gerar capital nem lucros desumanos. Por outro lado, o Pontífice reforça o valor da solidariedade humana, da relação trabalho-família: «A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra»⁹². Existência que pode e deve ser reforçada e fortalecida pelo contributo de todas as «ciências centralizadas no homem: a antropologia, a paleontologia, a história, a sociologia, a psicologia, etc.: todas elas parecem testemunhar de modo irrefutável essa realidade» (*LE*,4).

Vinte anos depois da *Populorum Progressio*, o Papa João Paulo II aborda de novo o tema do desenvolvimento do então chamado Terceiro Mundo, afirmando que o desenvolvimento não pode ser entendido apenas com um olhar da economia, mas também, e sobretudo, pelo olhar da moral e da ética. Assim na Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, o Papa João Paulo II faz uma reflexão nitidamente ético-teológica sobre a questão do desenvolvimento, denunciando as «estruturas de pecado» que geram a miséria. Propõe a «solidariedade» como o novo nome da Paz. Sobre o conceito de solidariedade, o Pontífice afirma que essa não é uma opção a ser feita em nome de um humanitarismo mais ou menos consciente, mas é fruto de uma interdependência que se acentua mais e mais entre os Estados. Não é meramente «um sentimento de compaixão

⁹¹ *Populorum Progressio (PP)*, n.º 15.

⁹² *Laborem Exercens (LE)*, n.º 4.

[...] pelos males sofridos por tantas pessoas»⁹³, mas, «a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos» (SRS, 38).

Em modo de celebração do 100º aniversário da *Rerum Novarum* e após a queda do comunismo, são dignificadas a democracia e a economia do mercado livre; no entanto, o mercado deve permanecer num quadro solidário. Como tal, o Papa João Paulo II na Carta Encíclica *Centesimus Annus*, sem esquecer nem anular toda a reflexão realizada até então, fala dos diferentes termos ou conceitos associados à solidariedade, cada um com uma força própria dentro da realidade onde nasceu: «Leão XIII o enuncia, com o nome “amizade”, [...] expressão mais significativa “caridade social”, enquanto Paulo VI, ampliando o conceito na linha das múltiplas dimensões actuais da questão social, falava de “civilização do amor”»⁹⁴.

Por outro lado, é importante também destacar nesta Encíclica a sua mensagem sobre a relação entre liberdade e sociedade, na qual afirma que, tendo o ser humano sido criado para a liberdade, tem em si uma propensão tanto para o bem como para o mal, tendo a Igreja e a sociedade que partir desta realidade para construir uma ordem social sólida, solidária e justa:

«Além disso, o homem, criado para a liberdade, leva em si a ferida do pecado original, que continuamente o atrai para o mal e o torna necessitado de redenção. Esta doutrina é não só parte integrante da Revelação cristã, mas tem também um grande valor hermenêutico, enquanto ajuda a compreender a realidade humana. O homem tende para o bem, mas é igualmente capaz do mal; pode transcender o seu interesse imediato, e contudo permanecer ligado a ele. A ordem social será tanto mais sólida, quanto mais tiver em conta este facto e não contrapuser o interesse pessoal ao da sociedade no seu todo, mas procurar modos para a sua coordenação frutuosa» (CA, 25).

Já numa história mais recente da DSI destacamos a Carta Encíclica do Papa Bento XVI, *Caritas in Veritate*, na qual o Pontífice, partindo da *Populorum Progressio*, se confronta com as diversas faces da globalização, alertando para os seus perigos e mais-valias na ótica do desenvolvimento integral de cada ser humano e respetiva sociedade, desafio de coerência entre

⁹³ *Sollicitudo Rei Socialis* (SRS), n.º 38.

⁹⁴ *Centesimus Annus* (CA), n.º 10.

o pensar e o agir de acordo com os princípios da transparência, da honestidade e da responsabilidade, da gratuidade e da lógica do dom como expressão da fraternidade; desafio preponderante principalmente no campo da economia:

«O grande desafio que temos diante de nós [...] é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da actividade económica normal. Isto é uma exigência do homem no tempo actual, mas também da própria razão económica. Trata-se de uma exigência simultaneamente da caridade e da verdade»⁹⁵.

Mais perto dos nossos dias, e já numa ótica de reflexão sobre a questão ambiental, também como fator de atenção e cuidado por parte da DSI, o Papa Francisco elabora a Carta Encíclica *Laudato Si'*, tratando a problemática da preservação do ambiente no vasto quadro do direito de todo o ser humano à vida e a um desenvolvimento que considere integralmente a dignidade humana:

«O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum»⁹⁶.

Neste caminho a Igreja enfrentou e enfrenta dois desafios: por um lado, como participar e que contributo oferecer na construção duma sociedade plural, onde cada tradição religiosa e cultural não procure a plena e única razão e verdade sobre a realidade; por outro, proporcionar uma aprendizagem para o confronto e diálogo entre visões tão diferentes acerca da realidade, onde nem tudo tem o mesmo valor⁹⁷. Desafios que encontram eco na própria tradição cristã, pela «aceitação e valorização da pluralidade de forma de viver referenciadas a Jesus Cristo e a

⁹⁵ *Caritas in Veritate* (CV), n.º 36.

⁹⁶ *Laudato Si'* (LS), n.º 13.

⁹⁷ Cf. Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 177.

afirmação da radical dignidade de todo o ser humano, “criado à imagem e semelhança de Deus”»⁹⁸.

Desta leitura sumária podemos salientar os temas fundamentais que, de forma transversal, foram surgindo nas numerosas encíclicas e nas reflexões dos Papas:

- a pessoa humana e a sua dignidade, os seus direitos e liberdade universal;
- a família e a sua vocação, assim como os seus direitos; a inserção e a participação responsável de cada pessoa na vida social;
- o papel do Estado; a promoção da paz;
- o trabalho humano;
- o sistema económico e a iniciativa privada;
- a comunidade política;
- o desenvolvimento integral de cada pessoa e dos povos;
- o destino universal dos bens da natureza e cuidado com a sua preservação e defesa do meio ambiente;
- o primado da justiça e da caridade,

temas que têm vindo a ser trabalhos, aprofundados, esclarecidos e refletidos na Igreja e como Igreja, levando a mudanças, a confrontos de ideias e identificação de linhas de ação.

1.2.Princípios da DSI

Como forma de sistematizar e organizar toda a reflexão da Igreja acerca da realidade social de cada época, o Magistério da Igreja estabeleceu algumas linhas orientadoras que poderão ser considerados, e o são, como princípios da DSI. Estes princípios estão como que estabelecidos no Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI); no entanto, cada sociedade e de acordo com os tempos, vai reorganizando ou sistematizando, enfatizando e adaptando termos ou conceitos de acordo com a realidade à qual quer ser resposta.

⁹⁸ Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 177.

É razoável considerar que a DSI tem a dignidade da pessoa humana como ponto central de toda a reflexão, vindo-a com a sua natureza social que se realiza e complementa nos diferentes grupos intermediários, desde a família aos grupos nascentes da relação crente, económica, político e cultural, que respondem à própria natureza humana e sempre no sentido do horizonte do «bem comum»⁹⁹.

Os princípios da DSI que iremos apresentar, tendo por base os referidos no CDSI, tomarão uma outra estrutura hierárquica, tendo por base o que as novas reflexões vêm apresentando como pontos fulcrais a ter em consideração, sendo de salientar que para este trabalho tomamos a liberdade de organizá-los em torno da responsabilidade social da qual colocamos em relação direta o objetivo da dignidade da pessoa humana, esta por sua vez, nos levará ao objetivo do «bem comum» (que neste contexto associamos ao conceito de cidadania segundo Fontes¹⁰⁰); «bem comum» que nos parece ser construído e desenvolvido pela implementação do princípio da subsidiariedade, da participação e da solidariedade. Todos eles articulados entre si, mas que tentaremos abordar de forma separada, assumindo o risco da fragmentação da realidade e dos conceitos.

A importância de se colocar e enfatizar o princípio da dignidade humana como mote e centro da construção do «bem comum», universal e verdadeiro, parte da convicção de que para a compreensão do «bem comum» é referência a dignidade da pessoa definida em termos sociais e estruturais; dignidade essa que atua como elemento intrínseco da natureza da organização da vida social e está concebida essencialmente como relações morais.

O princípio da dignidade humana entende-se pelo facto de o ser humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus e elevado a um fim que transcende a vida. A pessoa, ser inteligente e livre, sujeito de direitos e deveres, é o coração e a alma da DSI¹⁰¹. Esta conceção da pessoa humana, partindo da referência de que todas as pessoas são filhas de Deus,

⁹⁹ Julio L. Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia con la sociedad y el estado», *Humanística e Teología* 39, n.º1 (2018): 31.

¹⁰⁰ Cf. Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 153-181.

¹⁰¹ Cf. Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI), n.º 85-87, 96.

correlaciona a dignidade humana ao bem maior que é a liberdade e, ao mesmo tempo, sublinha a igualdade da pessoa, assim como a fraternidade, em termos universais, entre toda a humanidade, onde quer que se encontre e qualquer que seja o tempo em que vive¹⁰². Assim, «da dignidade da pessoa humana emanam outros valores, como a vida, a integridade física, a intimidade»¹⁰³. Porque, como diz Garcia, «o homem-pessoa e a sua dignidade é o pressuposto decisivo, o valor fundamental e o fim último»¹⁰⁴ para a compreensão do mundo humano no nosso tempo; compreensão do ser humano enquanto «ser simultaneamente pessoal e social [que] polariza duas autonomias: a do eu pessoal e a do eu social»¹⁰⁵; e é esta mediação entre o pessoal e o comunitário que leva à plenitude quer do eu social, quer do eu pessoal. «Aqui ganham fundamento e força intencional os direitos fundamentais»¹⁰⁶.

Fontes¹⁰⁷ enfatiza a relação entre a dignidade humana e o «bem comum», partindo da conceção de que a procura da realização do «bem comum», nos dias de hoje, tem como «chão» os Direitos Humanos tidos como referência universal, uma vez que ele parte da radical dignidade e da unidade do género humano, passa pela consciência da universalidade da sua existência, afirma o reconhecimento do valor da liberdade e da democracia, na certeza de que a responsabilidade individual e social de todos os cidadãos contribui para a construção duma sociedade de justiça e de paz, e de um mundo mais fraterno e solidário, valores motores do «bem comum»¹⁰⁸.

Mas consideremos, neste momento, a definição de «bem comum» referida no Concílio Vaticano II (CVII), onde este princípio é visto como «o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição» (GS, 26). Conceito que se torna, hoje, cada vez mais universal, e que implica

¹⁰² Cf. Maria da Glória Garcia, «Despertar para o bem comum!», in *Bem Comum: público e/ou privado?*, coord. João Pato, Luisa Schmidt & Maria Eduarda Gonçalves (Lisboa: ICS, 2013), 48.

¹⁰³ Garcia, «Despertar para o bem comum!», 48.

¹⁰⁴ Garcia, «Despertar para o bem comum!», 52.

¹⁰⁵ Garcia, «Despertar para o bem comum!», 52.

¹⁰⁶ Garcia, «Despertar para o bem comum!», 52.

¹⁰⁷ Cf. Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 165-166.

¹⁰⁸ Fontes, «Doutrina Social da Igreja em Portugal», 165-166.

o respeito e a vivência dos direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano (cf. *GS*,26).

Desta definição retém-se que as pessoas não se podem realizar plenamente prescindindo da sua natureza social, ou seja, do seu ser «com» e «para» os outros. Por essa razão, o «bem comum chama a si mesmo de maneira muito pessoal e direta todas as formas pelas quais o seu carácter social é realizado, sejam elas a família, as associações, as regiões, os Estados¹⁰⁹; pois só assim «o bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral» (CDSI, 118).

Com este princípio pretende-se a construção duma «sociedade que, em todos os níveis, quer intencionalmente estar ao serviço do ser humano» (CDSI, 118) numa atitude que tem como «meta prioritária o bem comum, enquanto bem de todos os homens e do homem todo» (CDSI, 118), uma vez que a «pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser “com” e “pelos” outros» (CDSI, 118).

Nesta linha, é importante tentar responder à questão de quem é a entidade responsável por fazer cumprir ou instaurar este «bem comum». Partindo do referido até aqui, e ressaltando a noção da universalidade do «bem comum», a DSI apresenta uma linha de ação muito definida. O «bem comum» empenha todos os membros da sociedade: ninguém está isento de colaborar, de acordo com as próprias possibilidades, na sua busca e no seu desenvolvimento (cf. *GS*, 26), pois «todos têm também o direito de fruir das condições de vida social criadas pelos resultados da consecução do bem comum» (cf. CDSI, 119).

Esta visão de universalidade e de responsabilidade de todos e para todos na construção do «bem comum» implica que as suas exigências «derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais» (CDSI, 118), tais como: o empenho pela paz, a organização dos poderes do Estado, uma sólida ordem jurídica, a proteção do ambiente, a prestação dos serviços

¹⁰⁹ Cf. Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 28.

essenciais à pessoa, como sejam a alimentação, a habitação, o trabalho, a educação, a cultura, a saúde, os transportes, a livre circulação das informações e a liberdade religiosa. E, ao mesmo tempo, como é referido pelo Papa Bento XVI no n.º7 da sua Carta Encíclica *Caritas in Veritate*:

«Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum. É o bem daquele «nós-todos», formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Não é um bem procurado por si mesmo, mas para as pessoas que fazem parte da comunidade social e que, só nela, podem realmente e com maior eficácia obter o próprio bem. Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade. Comprometer-se pelo bem comum é, por um lado, cuidar e, por outro, valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social, que deste modo toma a forma de pólis, cidade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas necessidades reais. Todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na pólis. Este é o caminho institucional — podemos mesmo dizer político — da caridade, não menos qualificado e incisivo do que o é a caridade que vai directamente ao encontro do próximo, fora das mediações institucionais da pólis. Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político» (CV, 7).

Contudo, hoje, a realidade do «bem comum» como um bem partilhado, que é considerado importante em si mesmo e não apenas instrumentalmente para o bem de cada um ou de todos coletivamente, foi destruída por uma cultura política de neutralidade do Estado presente em muitas sociedades de hoje nas quais as pessoas são livres para escolher os seus bens independentemente do modo de vida comum e são capazes de abandonar a busca desse «bem comum» se isso for contra os seus interesses¹¹⁰.

Dizem-nos as reflexões do Magistério da Igreja que ao princípio «bem comum» está de certo modo relacionado o princípio da subsidiariedade, princípio que surge de forma especial no n.º 5 da Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI: «assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efectuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar à

¹¹⁰ Cf. Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 28.

colectividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam conseguir, é uma injustiça» (QA, 5).

Assim, sintetiza Martinez, o termo subsidiariedade faz referência à forma de organizar e ordenar os grupos de modo a que se alcancem fins e objetivos comuns, em especial o princípio da justiça, sem que os fins comuns «se oponham à busca dos interesses particulares: desde o vértice à base, grupos e comunidades com fins próprios podem trabalhar eficazmente em favor do bem comum»¹¹¹.

Por ele deve-se respeitar a liberdade e proteger a vitalidade dos corpos sociais intermédios, tais como: a família, grupos, associações, instituições culturais e económicas, ONG's, entre outras, que nascem de forma natural dentro da sociedade. Deste modo, não deve o Estado interferir para além do necessário. No entanto, o Estado deve exercer atividade complementar quando a sociedade, por si, não consegue ou não tem meios de promover determinada atividade, assim como intervir de forma a evitar situações de desequilíbrio e de injustiça social.

Acima de tudo, o princípio de subsidiariedade promove e defende uma certa autonomia dos particulares e do terceiro setor em relação a um organismo superior, o Estado, por este trazer a si funções que podem ser desempenhadas adequadamente por uma entidade inferior, contrariando a justiça social na promoção do «bem comum». Contudo, também é necessário ser entendido que a intervenção complementar e auxiliar do Estado e das comunidades superiores em favor dos indivíduos e comunidades menores é desejada e fundamental em todo o processo de construção social; neste processo a Igreja é chamada a intervir e a colaborar com todas as possibilidades e de acordo com a realidade que representa¹¹².

Desta inter-relação de atores da sociedade sublinha-se o princípio da participação, princípio esse que segundo Martinez é motor para se atingir a meta da subsidiariedade pelo

¹¹¹ Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 37.

¹¹² Cf. Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 38.

máximo contributo dos indivíduos e dos grupos nas tomadas de decisão¹¹³. Este princípio da participação fundamenta a ideia da confiança na razão, no diálogo e na discussão com certezas e argumentos, onde a escuta e a opinião de cada um é feita na disposição de se mudar as suas opiniões como resultado da troca produzida.

O Papa Francisco tem sublinhado esta exigência da participação ativa de todos os membros da sociedade, em que cada pessoa – cristão ou comunidades – segundo a sua natureza social é chamada a exercer a caridade social ou política segundo a sua vocação e as suas possibilidades de incidir na sociedade.

«Todos, desde o menor ao maior, são parte ativa na construção duma sociedade integrada e reconciliada. Esta cultura [do bem comum] é possível, se todos participarmos na sua elaboração e construção. A situação atual não admite meros observadores de lutas alheias; pelo contrário, é um forte apelo à responsabilidade pessoal e social»¹¹⁴.

Correlacionado com o princípio da participação, destacamos o princípio da solidariedade, exprimindo a dimensão social da pessoa, que não se refere apenas a uma ação conjunta com outras pessoas, mas essencialmente à orientação em direção ao bem-estar da sociedade como um todo, do «bem comum».

Assim, ninguém vive apenas para si, pois está dependente de outros e não só por questões práticas e de ação, mas sobretudo pela possibilidade de crescer e fortalecer a sua identidade pelo debate de ideias, razões, sonhos e receios.

Já o Papa João Paulo II define a solidariedade como «a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum, ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos» (*SRS*, 38-40).

A solidariedade é, pois, a vontade motivada por pressupostos comuns de fazer aos outros o que se deve (cf. *SRS*, 38-40). O exercício da solidariedade significa, então, o dever de cada

¹¹³ Cf. Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 41.

¹¹⁴ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco na entrega do Prémio Carlos Magno», Santa Sé, 6 de maio de 2016, acessado a 8 de dezembro de 2018, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/may/documents/papa-francesco_20160506_premio-carlo-magno.html.

pessoa de realizar a justiça, mediante referência a uma totalidade previamente dada como fim, ou seja, «bem comum».

Mais recentemente, o Papa Francisco alertou para esta realidade de uma forma simples, mas que deixa o desafio à solidariedade:

«A cultura do bem-estar, que nos leva a pensar em nós mesmos, torna-nos insensíveis aos gritos dos outros, faz-nos viver como se fôssemos bolas de sabão: estas são bonitas mas não são nada, são pura ilusão do fútil, do provisório. Esta cultura do bem-estar leva à indiferença a respeito dos outros; antes, leva à globalização da indiferença. Neste mundo da globalização, caímos na globalização da indiferença. Habitamo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa!»¹¹⁵.

Mas é importante perceber que a solidariedade é tanto um princípio social como uma virtude moral, pois ser solidário é agir em favor do bem-estar de todos os homens; por si mesmas as pessoas pouco podem, e, como tal, todos devemos estar conscientes de que nas próprias ações e decisões temos de considerar o todo, em especial os mais frágeis da sociedade, tal como o fez Jesus Cristo, primeiro e grande exemplo de solidariedade. Diz-nos Maia¹¹⁶ que a ética da solidariedade não pode terminar no dever profissional cumprido, pois «o “outro” é alguém que me afecta, para além da minha qualificação social. Foi isto que Jesus pretendeu ensinar com a parábola do bom samaritano»¹¹⁷.

Concluindo esta inter-relação de princípios da DSI na construção do «bem comum» como forma de respeito e concretização da dignidade humana, destacamos o princípio da participação, que, embora não esteja destacado no CDSI nos parece ser um ponto fulcral a ter em conta no mundo plural e globalizado em que nos encontramos.

Diz-nos Martinez que o pluralismo benéfico dá-se no reconhecimento de que há diferenças legítimas, mas também elementos partilhados por diferentes grupos, que permitem

¹¹⁵ Franciscus PP, «Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios: homilia do Santo Padre Francisco», Santa Sé, 7 de julho de 2013, acessado a 2 de janeiro de 2017, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html.

¹¹⁶ José Martins Maia, «Caridade e solidariedade social», *Communio: Revista Internacional Católica* 11, n.º5 (1994): 434.

¹¹⁷ Maia, «Caridade e solidariedade social», 434.

construir juntos a sociedade. Diz-nos o Papa Francisco: essa «dinâmica social da comunhão nas diferenças, cujo fruto é a serenidade na justiça e na paz. [...] [é] comunhão de todos os que se animam a olhar os outros na sua dignidade mais profunda»¹¹⁸.

Deste modo, pelo princípio do pluralismo, a «unidade prevalece sobre o conflito», mesmo que este exista, o que é normal por ser parte integrante das relações humanas, o conflito não nos pode permitir ficar presos a ele. É preciso transformá-lo na procura do entendimento e da comunhão, vendo o positivo da pluralidade e procurando o que une na diversidade, harmonizando as diferenças, sem cair na rutura e na falta de comunicação, mas sem cair também no sincretismo. A meta deste princípio é a convivência na diversidade, cujo ponto de partida é o respeito pelo valor moral da pessoa, a dignidade do outro; um valor pelo qual se deve ser afetado no duplo sentido de sentir afeição moral pelo outro como outro, e de se sentir afetado pelo que ele diz, pelo seu ponto de vista, pela sua da razão¹¹⁹.

Dá-se então a necessidade de investir num «pluralismo construtivo que exige solidariedade intelectual e implica uma visão da sociedade plural»¹²⁰ num diálogo entre todos, respeitando tradições e comunidades com diferentes visões de vida em ordem à construção dum «bem comum» dinâmico. «Claro que isso requer tolerância, mas vai além disso; apela ao diálogo entre visões de vida boa, um diálogo que também se refere à correlação entre os símbolos religiosos e a experiência pública»¹²¹, como nos diz o autor.

Para concluir, referir que todas as relações e a organização social deverem ter como horizonte a centralidade da pessoa, colocando-a no coração das instituições, «dando aos jovens uma educação séria e possibilidades reais de inserção laboral»¹²²; olhando a família, como célula primeira e fundamental da sociedade; «respeitando a consciência e os ideais dos

¹¹⁸ Franciscus PP, «Homilía del Sr. Arzobispo, Card. Jorge Mario Bergoglio s.j., con motivo del Te Deum del 25 de mayo», Arzobispado de Buenos Aires, 25 de maio de 2001, acedido a 18 janeiro 2019, <http://www.arzbaires.org.ar/inicio/homilias/homilias2001.htm#Homilía del Sr. Arzobispo, Card. Jorge Mario Bergoglio s.j.>

¹¹⁹ Cf. Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 35.

¹²⁰ Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 36.

¹²¹ Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 36.

¹²² Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 52.

cidadãos»¹²³; colocando o desenvolvimento e a paz como prioridades nas relações internacionais; e, sobretudo, «defendendo uma ética da vida, com toda a sua sacralidade e coerência»¹²⁴.

Na Figura 1 tentamos sintetizar, articulando entre si os conceitos-chave de cada princípio, correlacionando-os com a problemática da responsabilidade social, de acordo com o que a reflexão eclesial nos mostrou poderem ser linhas mestras para a construção de sociedades justas, fraternas, onde a dignidade humana é motor e meta do «bem comum» pela vivência da solidariedade, da subsidiariedade e da participação numa sociedade plural. Neste caminho é fundamental, como diz Martinez, que a Igreja entre em relação com outras instituições e organizações, sendo uma com outros atores na construção da sociedade, sem esperar privilégios, sem se impor ou impor ideologias, mas respeitando a liberdade na diversidade, vivendo a complementaridade na busca «da justiça social e dos direitos humanos, porque a causa da dignidade humana leva-a no próprio coração, na imagem cristã de Deus e na imagem cristã do homem»¹²⁵.

No seio da DSI entrecruzam-se valores que se tornam raízes ou pedras angulares de toda a responsabilidade social, entre eles a verdade, a liberdade e a justiça, fundadas sobre o valor do amor.

«A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial»¹²⁶.

¹²³ Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 52.

¹²⁴ Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 52.

¹²⁵ Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 48.

¹²⁶ *Pacem in Terris (PT)*, n.º 162.

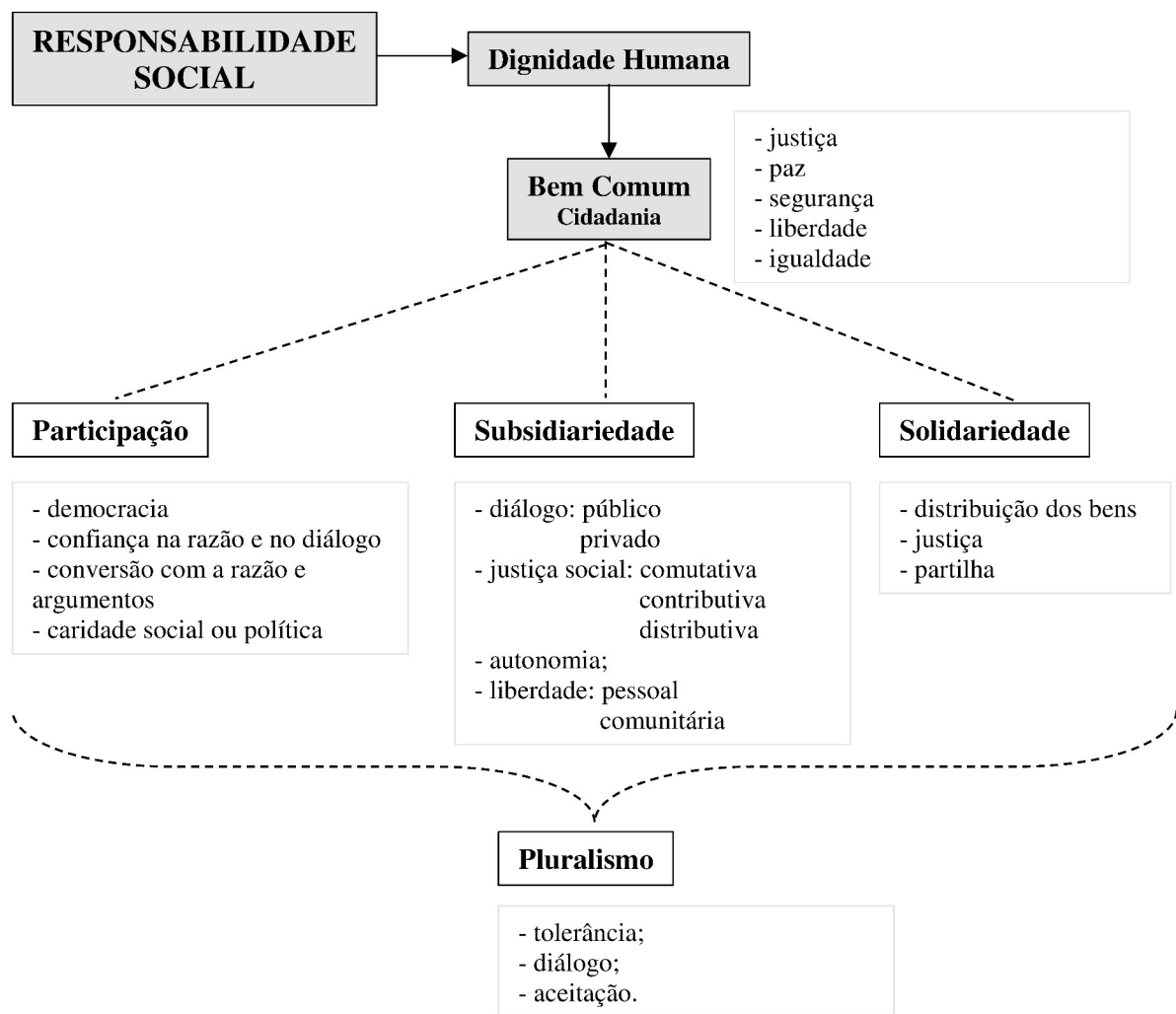


Figura 1 - Responsabilidade social e princípios da DSI (construção própria)

Para a DSI, a verdade baseia-se na convicção de que esta é uma obrigação da natureza humana, pela constante busca de a viver, respeitar e testemunhar, principalmente na teia que se tece das relações interpessoais, e quanto mais as sociedades tenderem a viver a verdade e da verdade mais respondem à missão de viver segundo a moral e a ética. Mas, para tal, o Papa João Paulo II, entre outros, alerta para a missão educativa e de formação de consciência da Igreja:

«Para ser integral, o desenvolvimento deve realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade, sem jamais sacrificar uma e outra, com nenhum pretexto. O carácter moral do desenvolvimento e a necessidade da sua promoção são exaltados quando existe o mais rigoroso respeito por todas as exigências derivadas da ordem da verdade e do bem, próprios da criatura humana. O cristão, além disso, educado para ver no homem a imagem de Deus, chamado à participação da verdade e do bem, que é o próprio Deus, não compreende o empenho pelo desenvolvimento e a sua realização fora da observância e do respeito devido à dignidade única dessa “imagem”» (SRS, 33).

Em relação ao valor da liberdade, a DSI baseia-se no fundamento de que toda a pessoa humana, criada à imagem e semelhança do próprio Deus, é provida do direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável, direito esse inseparável da dignidade a que está interligado:

«O valor da liberdade, enquanto expressão da singularidade de cada pessoa humana, é respeitado e honrado na medida em que se consente a cada membro da sociedade realizar a sua vocação pessoal. [...] A liberdade deve desdobrar-se, por outro lado, também como capacidade de recusa de tudo o que é moralmente negativo, seja qual for a forma em que se apresente» (CDSI, 140).

Diz-nos Cabral¹²⁷, sobre a importância da formação para a liberdade numa tónica de responsabilidade social: «o que está em causa é promover efectivamente a autonomia das pessoas, o que se não consegue sem atender às circunstâncias concretas que, de uma forma ou outra, condicionam o exercício da capacidade de opção»¹²⁸.

Sobre o valor da justiça, o Magistério da Igreja remonta à definição de S. Tomás de Aquino: «justiça consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido»¹²⁹; o que de modo prático se joga a três níveis: a justiça comutativa, a distributiva e a legal, níveis que implicam toda a vida e a vida toda de cada pessoa e sociedade num busca de justiça social, hoje cada vez mais importante face à complexidade das realidades sociais. Diz-nos Müller¹³⁰, refletindo sobre a justiça social nas sociedades de então, que este conceito é ambíguo pela diversidade de grupos, instituições, partidos políticos e organizações, que na busca dos seus interesses defendem critérios de justiça plausíveis mas que se tornam incompatíveis entre si¹³¹.

¹²⁷ Francisco Sarsfield Cabral, «Liberdade e Responsabilidade Social», *Communio: Revista Internacional Católica* 28, n.º4 (1992): 496-511.

¹²⁸ Cabral, «Liberdade e Responsabilidade Social», 510.

¹²⁹ Cf. *Catecismo da Igreja Católica* (CIC), n.º 1807.

¹³⁰ J. Heinz Müller, «Doutrina Social católica. Neoliberalismo e economia social do mercado», *Communio: Revista Internacional Católica* 9, n.º6 (1992): 512-523.

¹³¹ Cf. Müller, «Doutrina Social católica.», 516.

Como referimos anteriormente, todos estes valores da DSI têm como suporte o valor do amor, porque todos eles fundados em Deus, origem e fonte de toda a mensagem cristã. «Deus é amor» (1Jo 4,8), e o grande mandamento é o amor a Deus e ao próximo; e se eu não tiver amor, nada adianta, não há liberdade, não há justiça, não há verdade (cf. 1Cor 13).

2. A disciplina e o docente no desafio da educação para a responsabilidade social

Neste momento é fundamental situar e agarrar as pontas da reflexão conduzindo-a para a disciplina de EMRC, realidade que nos trouxe até aqui.

Como referimos já na introdução a este relatório, embora de forma muito breve, olhando a realidade que nos cerca e o futuro que se avizinha pareceu-nos fundamental perceber de que forma a disciplina de EMRC está pensada e estruturada como meio ou suporte de desenvolvimento integral dos alunos e de modo especial neste âmbito de assumirem a responsabilidade que é ao mesmo tempo direito e dever de qualquer cidadão.

Ao olhar do mundo, as perceções superficiais e egocêntricas da realidade tornam quase impossível sentir compaixão pelo sofrimento dos outros e criam um terreno fértil onde são quase impossíveis atitudes de compromisso cidadão e solidário¹³². Isto porque a realidade de hoje exige às pessoas que olhem só para si e busquem a concretização de desejos de forma imediata, tornando-as insensíveis ao mundo que as rodeia. Diante desta realidade «precisamos de exercícios que nos façam experimentar as nossas qualidades e também os nossos limites, as nossas virtudes e também os nossos defeitos»¹³³. E, porque não somos seres solitários, «precisamos de uma experiência pessoal que nos desinstale continuamente: experimentar e sentir que precisamos dos outros»¹³⁴. Estas experiências consistem no assumir compromissos quotidianos, apostar em relações afetivas, de laços com «encontros cara a cara»¹³⁵; experiências

¹³² Cf. Antonio Aparisi Laporta, *Teoría y didáctica del Patrimonio Cultural Cristiano* (Granada: Universidad de Granada, 2006), 15-59.

¹³³ Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 27.

¹³⁴ Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 27.

¹³⁵ Martínez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 27.

que nos coloquem ao serviço de outros, com gestos simples e humildes, numa atitude de gratuidade e de forma silenciosa, fazer sem que ninguém o veja. «Também entram nessa categoria tantas coisas que nos tiram das nossas zonas de conforto e nos retiram de rotinas ou confortos»¹³⁶.

É aí que entra e ganha sentido o esforço para entender corretamente o que é e como trabalhar para o «bem comum». E não será neste cruzar de sentidos que a EMRC pode oferecer um contributo importantíssimo? Mas de que forma está a disciplina organizada, que conceitos, que objetivos, que responsabilidade social desenvolve? Como se dá o processo ensino-aprendizagem no programa? São estas e outras questões que tentaremos ver respondidas nos próximos pontos.

2.1.A disciplina

Neste momento, iremos então enquadrar a disciplina de EMRC, sendo esta uma realidade de ensino religioso escolar. Partimos daquilo que é entendido como finalidade da EMRC: «aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência»¹³⁷: «sensibilizar o aluno para os problemas humanos e sociais, de modo a empenhar-se na construção de uma sociedade justa e na construção do reino de Deus, permitindo, assim, realizar a sua opção vocacional de uma maneira concreta e séria»¹³⁸.

Acima de tudo, com este trabalho pretendemos sublinhar a importância que a disciplina tem na «educação para a cidadania, enquanto educação para valores, [contribuindo assim para] uma integração efectiva dos nossos alunos na sociedade em que vivem e uma participação activa na sua construção e desenvolvimento»¹³⁹.

¹³⁶ Martinez, «El bien común ordena las relaciones de la iglesia», 27.

¹³⁷ Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade», Conferência Episcopal Portuguesa, 27 de abril de 2006, acedido em 15 de janeiro de 2017. <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

¹³⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, «Finalidades de EMRC: ensino secundário», Educris. s.d., acedido a 15 de janeiro de 2017, <http://www.educris.com/v3/97-ensino-secundario/873-finalidades-de-emrc>.

¹³⁹ Cristina de Sá Carvalho, *et al.*, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 23.

Neste sentido é fundamental que a disciplina de EMRC seja pensada na sua prática letiva com vista a promover «uma educação integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens»¹⁴⁰, oferecendo referências explícitas a «valores (a solidariedade, a justiça, a bondade, o amor, entre outros) fulcrais na construção da sociedade e no crescimento equilibrado de pessoas maduras, autónomas e responsáveis perante si próprias e perante a sociedade»¹⁴¹.

Educar para e com valores, hoje, é formar pessoas num caminho de autenticidade para que saibam assumir conscientemente os desafios da globalização e possam comprometer-se na construção de um mundo mais justo, mais inclusivo, equitativo e multicultural¹⁴².

Como diz Ramos¹⁴³, «a escola é sem dúvida um lugar privilegiado para a aprendizagem do social [espaço onde se] promove, entre todos os atores da comunidade educativa, hábitos de respeito e de tolerância, de diálogo, de colaboração e responsabilidade»¹⁴⁴.

Caracterizada pela sua cultura religiosa, a disciplina de EMRC pode ser uma mais-valia para a educação integral dos alunos, em especial pela formação de identidade em diálogo com todas as vertentes que envolvem o ser humano¹⁴⁵.

Diz-nos, Mette¹⁴⁶ que no processo ensino-aprendizagem, quando guiado pelo encontro com a fé e a religião, os alunos terão uma porta aberta para a formação da identidade, encontrando pontos de referência que permitam «impulsioná-los e capacitá-los a contribuírem responsabilmente para um mundo mais justo, mais pacífico e mais compatível com a criação»¹⁴⁷ num processo de autoconhecimento que os capacita a compreender os outros, os que possuem identidades diferentes.

¹⁴⁰ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário* (Lisboa: SNEC, 2007), 23.

¹⁴¹ SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário*, 23.

¹⁴² Cf. Congregação da Educação Católica, «A Escola Católica no limiar do terceiro milénio», Santa Sé, 28 de dezembro de 1997, acessado a 16 de junho de 2017, http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_27041998_school2000_po.html.

¹⁴³ Antonio Larios Ramos, «Educar para la paz. Los valores como proyecto de desarrollo personal y social», *Communio: Revista Internacional Católica* 38, n.º2 (2005): 343-351.

¹⁴⁴ Ramos, «Educar para la paz», 345.

¹⁴⁵ Cf. Juan Ambrósio, «Dimensão Religiosa e Condição Humana» (Documento Policopiado, Lisboa, Faculdade de Teologia-Universidade Católica Portuguesa, 2016).

¹⁴⁶ Norbert Mette, «Formação religiosa na escola», *Revista Concilium* 297 (2002): 30-40.

¹⁴⁷ Mette, «Formação religiosa na escola», 36-37.

Por outro lado, porque a EMRC está inserida num mundo multicultural, globalizado e pluriconfessional, é fundamental que a escola/disciplina forme seres humanos cuja inserção social se reflita não apenas na capacidade de utilizar o raciocínio conceptual e analítico, mas também invista na educação de alunos a saberem relacionar-se com os outros e a conviver, partindo de conhecimentos mais profundos sobre a ética e a moral, numa perspetiva cada vez mais humanista e humanitária¹⁴⁸.

Diz-nos Teixeira¹⁴⁹, baseado na reflexão de Laurent, que este processo formativo pode ser conduzido segundo um ritmo ternário de figuração, configuração e transfiguração.

Por «figuração» o autor indica a capacidade de a escola «assinalar e promover nos espaços educativos as atitudes, ações, saberes, projetos, formas de organização que, no seu sentido moral, possam figurar o “evangelho” de Jesus Cristo»¹⁵⁰, e assim a figura de Jesus Cristo torna-se exemplo e modelo mas onde é necessário encontrar consensos fundamentais na hora de colocar em prática esses valores, atitudes, saberes, etc.

Por «configuração» o autor entende a atualização e conversão das figuras evangélicas para a situação real dos alunos, de forma a que a mensagem evangélica se torne vida e com sentido para o espaço educativo, no qual se descobre «que no projeto de uma instituição educativa, não abdicando da sua autonomia, podem “figurar” os valores evangélicos e, por sua vez, essa memória pode ser mobilizada como instância crítica»¹⁵¹.

Por último, o autor indica o ritmo de «transfiguração» com o qual a escola constrói o seu projeto educativo numa lógica de passar do modo explícito do «sentido literal» ao «sentido figurado», pelo reconhecimento da força transformadora da mensagem evangélica. Diz-nos Laurent que esta passagem «implica, prioritariamente, os indivíduos na sua disponibilidade face

¹⁴⁸ Cf. Faranaz Keshavjee, «Motivação religiosa na educação para a cidadania», *Communio: Revista Internacional Católica* 20, n.º2 (2003):179-183 e José da Cruz Policarpo, «Cultura, Escola e Religião», *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 17-27.

¹⁴⁹ Alfredo Teixeira, «Guia para o estudo de Património Religioso e Transmissão Cultural» (Documento Policopiado, Lisboa, Faculdade de Teologia-Universidade Católica Portuguesa, 2017), 87-108.

¹⁵⁰ Teixeira, «Guia para o estudo de Património», 105.

¹⁵¹ Teixeira, «Guia para o estudo de Património», 106.

à proposição da fé cristã, e na adesão a um modo específico de compreensão de si e do mundo. [tornando-se] o momento propriamente evangelizador daquele processo ternário»¹⁵².

Esta última etapa, é talvez, aquela que enfrenta maiores dificuldades de integração nas nossas realidades escolares dada a visão laica do espaço escolar, assim é fundamental reforçar a autonomia escolar com vista ao diálogo entre culturas numa linha de liberdade e respeito, sem que com isso se caia numa comunhão minimalista dos valores cristãos e sem que Deus se torne uma necessidade que se impõe, mas sobretudo uma proposta cristã que não nega a dinâmica de busca de sentido como resposta à necessidade que o aluno tem de contactar, conhecer e compreender diferentes tradições. «Tal direção exige que o professor mobilize competências simbólicas, no sentido etimológico do termo (*symbalein*): reunir, criar laços, aliar, criar sentido reunindo o que estava separado»¹⁵³.

Seguindo esta linha de pensamento, enfatiza-se a importância da disciplina de EMRC ser, também, resposta à sociedade de hoje, na luta de valores e pontos de referência numa cultura dialogante entre outras culturas, sem perder o horizonte da humanização cristã e sem esquecer as marcas que a religião pode oferecer num contexto educativo sem impor cultos ou confissões.

2.2. O professor de EMRC

Segundo Teixeira, a presença dos professores de EMRC no sistema educativo português vive entre duas tensões: por um lado, sentem-se presença da Igreja dentro duma escola na qual podem e devem ser agentes práticos e ativos no quadro da pastoral educativa; por outro, enquanto docentes do sistema educativo é-lhes pedido que sejam transmissores de saberes e técnicas concretas.

«Esta tensão não se resolve com facilidade, porque há uma certa incomensurabilidade entre estes mundos, facto que leva à sensação de que se forem agentes de uma lógica de ação pastoral,

¹⁵² Teixeira, «Guia para o estudo de Património», 106.

¹⁵³ Teixeira, «Guia para o estudo de Património», 107.

deixarão de ser professores, e se forem professores, não poderão assumir uma responsabilidade pastoral»¹⁵⁴.

Para responder a este desafio, o professor deve adquirir um conhecimento profundo e atualizado dos conteúdos consciente de que a religião, como disciplina escolar, não é outra coisa senão a apresentação da Mensagem de Salvação que traz Jesus Cristo e que se apresenta hoje na Igreja. Para D. António Francisco dos Santos¹⁵⁵ e para Pereira¹⁵⁶, na formação como professor de EMRC, este deve dispor de uma síntese teológica atualizada e bem assimilada, em que a Mensagem tenha claras referências ao Cristocentrismo e a um conteúdo eclesial, uma vez que nesta disciplina não se trata de recolher meramente conteúdos históricos, mas ter a consciência de que a revelação alcança sentido pleno em Cristo. Nesta linha, para D. António Francisco dos Santos, é imprescindível que o professor possua um conhecimento profundo do aluno que se está a formar na descoberta progressiva da hierarquia de valores, dedicando-se aos alunos «identificando neles o rosto de Cristo e vivendo com eles e por eles os desafios do Reino e os valores do Evangelho»¹⁵⁷.

Deste modo, o professor é chamado a desenvolver competências de ordem científica, no que refere, entre outras, à moral e à religião, e sua relação com a visão da Igreja Católica. Dadas as características destas áreas, podemos dizer que, para as desenvolver, é fundamental que o professor adquira um conhecimento multidisciplinar e estabeleça uma relação interdisciplinar com profissionais de outros saberes mais específicos, numa linha de diálogo, para os assimilar em ordem ao crescimento integral e harmonioso dos alunos, bem como à «promoção da dignidade de cada ser humano, à luz do projeto criador de Deus»¹⁵⁸. Por outro lado, estando

¹⁵⁴ Teixeira, «Guia para o estudo de Património», 104.

¹⁵⁵ Cf. António Francisco dos Santos, «O Professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional», *Pastoral Catequética* 21/22 (2011/2012): 9-19.

¹⁵⁶ Cf. Jorge Augusto Paulo Pereira, «Uma perspectiva sobre o perfil do professor», *Pastoral Catequética* 5 (2006): 97-123.

¹⁵⁷ António Francisco dos Santos, «Educação – Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos», Conferência Episcopal Portuguesa, 6 de Janeiro de 2002, acedido a 15 de janeiro de 2017, www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos/.

¹⁵⁸ Dimas Oliveira Pedrinho, «Competência científica e competência educativa do professor de EMRC», *Pastoral Catequética* 21/22 (2011/2012): 23.

esta disciplina inscrita no plano educativo, é importante a inclusão de competências na área das Ciências da Educação.

Para a aquisição de competências científicas, específicas da EMRC, é importante referir que este saber de ordem confessional – construído na busca da verdade para o ser humano, tarefa na qual a Igreja participa com naturalidade, anunciando a Boa-Nova de Cristo, Cristo como Mestre e modelo no ser e no agir; como Aquele que conhece o coração do homem e lhe revela a verdade sobre si mesmo – não pode ser só do ponto de vista fenomenológico, mas é muito mais que isso porque é um ato de fé. Assim, o professor «nos diferentes modos e circunstâncias, no âmbito da sua profissão, apresenta, com propriedade, clareza e rigor, conceitos do domínio da moral, da religião, da doutrina da fé da Igreja, assim como os do domínio da pedagogia, específicos da profissão docente»¹⁵⁹, reforçando o desenvolvimento das competências cristãs, aquelas de quem toma Cristo como modelo, Mestre da escola da existência, que leva cada pessoa a olhar para dentro de si. «Por onde passava actuava como mestre e iniciava a sua escola [...] a sua técnica eram as próprias palavras, os seus gestos e os seus pensamentos. A sua pedagogia era a sua história e a maneira como abria as janelas da inteligência dos seus discípulos»¹⁶⁰.

O professor de EMRC deve então agir tendo como meta ou foco Cristo, sentindo-se como mediador entre Deus e os alunos, numa atitude de quem vive em constante discernimento da Vontade de Deus e de conversão à luz dos princípios e valores cristãos, sempre em diálogo e em concordância com o Magistério e o sentir da Igreja, competências que advêm de quem vive um testemunho coerente. Como resposta ao mundo de hoje, é fundamental que na relação com a comunidade educativa o professor seja uma voz profética, de quem anuncia a esperança que vem de Deus e denuncia as injustiças, sempre num caminho de solidariedade efetiva e de enorme gratidão.

¹⁵⁹ Pedrinho, «Competência científica», 26.

¹⁶⁰ Augusto Cury, *Análise da Inteligência de Cristo: O Mestre dos Mestres* (Prior Velho: Paulinas, 2004), 125.

Em particular, o professor de EMRC deve ser, também e acima de tudo, uma pessoa crente que testemunhe no seu estilo de vida os valores evangélicos, deve ter claro que possui um compromisso cristão e, por sua vez, que com a sua ação desenvolve um serviço eclesial.

Na especificidade de EMRC, o professor atua como educador, sendo um facilitador do processo ensino-aprendizagem, no qual se conjugam duas responsabilidades que exigem dele:

- ser um professor de uma disciplina integradora, abrangente;
- ser um enviado da Igreja Católica.

Assim, o seu papel não é outro senão garantir que os alunos façam uma síntese entre cultura e fé. Isto vai exigir que o professor possua uma identidade e funções que professores de outras disciplinas não têm.

Diz-nos o Papa Francisco que no mundo de hoje nem sempre é fácil encontrar modelos, pontos de referência, e por isso é fundamental que a escola ofereça essas referências aos alunos que nela vivem. Mas para tal é preciso investir na formação de professores/educadores que sejam mais do que meros transmissores ou rebitadores de conhecimentos técnicos, mas sejam verdadeiros mestres na relação individual, olhando cada aluno como único e assim serem «capazes de dar um sentido à escola, ao estudo e à cultura»¹⁶¹, porque oferecem aos alunos a possibilidade de se sentirem acolhidos e amados por aquilo que são, com todos os seus limites e as suas potencialidades¹⁶².

Na expressão «professor crente» podemos encontrar as duas características específicas que configuram a identidade dum professor de EMRC. Por um lado, como agente de uma comunidade educativa que lhe oferece uma série de direitos mas que lhe exige alguns deveres; e, por outro, um facilitador dos alunos para que encontrem uma resposta cristã ao sentido, ou seja, um testemunho de fé. A sua ação é uma «coletânea» que leva à síntese entre a cultura e a

¹⁶¹ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco à união católica italiana de professores, dirigentes, educadores e formadores», Santa Sé, 14 de março de 2015, acessado a 20 janeiro de 2017, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/march/documents/papa-francesco_20150314_uciim.html.

¹⁶² Cf. Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco à união católica italiana de professores».

fé: «o que confere ao ensino religioso escolar a sua característica peculiar é o facto de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de se relacionar com os outros saberes»¹⁶³.

Aprender como Cristo, Mestre dos Mestres, que «desejava que o homem não fosse um repetidor de regras do comportamento, alguém que só sabe julgar os outros»¹⁶⁴. Sobretudo levar os alunos a refletirem, a desenvolverem a arte de pensar:

«os jovens pescadores que o seguiram, tão limitados culturalmente e que possuíam um mundo intelectual tão pequeno, desenvolveram a arte de pensar, conheceram os caminhos da tolerância, aprenderam a ser fiéis às suas consciências, vacinaram-se contra a competição predatória, superaram a ditadura do preconceito, aprenderam a trabalhar as suas dores e as suas frustrações, enfim, desenvolveram as funções mais importantes da inteligência»¹⁶⁵.

Com esta meta em Cristo-Mestre o professor atua prestando um serviço à sociedade na formação integral dos homens que se incorporam na dita sociedade. Para isso deve possuir uma capacitação civil que lhe oferece um título que o acredita academicamente, mais ainda, possuir o reconhecimento da Igreja.

No contexto em que a PES se desenrolou, este reconhecimento do professor de EMRC esteve à partida conseguido, pois a Salesianos de Manique-Escola é já uma entidade religiosa e, como tal, tem como princípios e ideal educativo o crescimento religioso e de fé dos seus alunos. Contudo, o reconhecimento da autoridade do professor dentro deste meio é algo a conquistar, e não à partida adquirido. Como tal, implica que qualquer que seja o contexto, o professor deve fazer parte do grupo para todos os efeitos, propondo iniciativas, dando opiniões e manifestando o seu próprio sentido da vida. Isto vai oferecer ao professor a possibilidade de exigir o seu reconhecimento na comunidade educativa, que é quem poderá comprovar a sua capacidade pedagógica. Como referido anteriormente, a reduzida carga letiva que a PES oferece

¹⁶³ Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica».

¹⁶⁴ Cury, *Análise da Inteligência de Cristo*, 60.

¹⁶⁵ Cury, *Análise da Inteligência de Cristo*, 72.

acaba por influenciar negativamente ou dificultar este mútuo conhecimento entre professor-estagiário e restantes colegas docentes e não docentes.

«Sendo de natureza confessional, o exercício da EMRC é, pois, um ato de fé. Só pode, portanto, ser desempenhado por quem crê, segundo a fé da Igreja. E essa adesão à fé, feita em liberdade e consciência, supõe não só o seguimento de Cristo mas também o anúncio da sua mensagem, também num ato livre e responsável»¹⁶⁶.

O professor, como crente, atua a partir da sua fé, anunciando o Reino de Deus através da sua palavra para evangelizar a partir da cultura. Isto exige do professor, no âmbito escolar uma atitude confessional, ou seja, a partir da sua experiência de vida de acordo com os métodos e conteúdos da Igreja. Não se trata de dar somente alguma cultura sobre o fenómeno religioso sem mais, mas de dar a conhecer um sentido da vida segundo o modelo evangélico. Isto vai supor, em diversas situações, a necessidade de não mostrar só a experiência do professor, mas o seu próprio compromisso:

«O ato de ensinar não consiste na simples repetição de alguma coisa que se aprendeu, mas na afirmação daquilo em que se acredita; não consiste em relatar apenas o que se ouviu a outros, mas acima de tudo no ato de se testemunhar com a própria vida aquilo em que se crê»¹⁶⁷.

Entendamos bem que com isto não queremos cair no erro de converter a aula de EMRC numa catequese disfarçada, mas sim clarificar a necessidade que temos, no mundo atual, de tornar realidade mediante a vida, e não só predicado, aquilo que se apresenta como verdadeiro. Isso, sim, mediante um método sistemático e científico segundo exige o modelo educativo. Também Cristo «não persuadia e nem procurava convencer as pessoas a crer nas suas palavras. Não as pressionava para que o seguissem, apenas as convidava»¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Pedrinho, «Competência científica», 25.

¹⁶⁷ Pedrinho, «Competência científica», 26.

¹⁶⁸ Cury, *Análise da Inteligência de Cristo*, 41.

Recordemos que a identidade do professor de EMRC está condicionada por dois requisitos bastantes exigentes: por um lado, requer a presença de um bom profissional docente, e por outro, a presença de um batizado consciente da sua tarefa evangelizadora.

O seu prestígio profissional e o seu testemunho dão-lhe a possibilidade de aproximar-se de forma especial dos alunos para poder apresentar o mistério da Salvação. A sua tarefa de integrar a fé e a cultura é exigente, e com frequência requer valentia para apresentar à sociedade atual uma série de valores que hoje, pelo consumismo, estão de certo modo desprestigiados.

No caso da PES esta confissão de fé passou muito pela forma como os conteúdos foram expostos, reforçando-os com exemplos próprios e de cariz vivencial da fé; por outro lado no testemunho dentro e fora da sala de aula, nos valores, ações e comportamentos.

Nesta disciplina, como em tantas outras, deve existir conexão entre o que se sabe e o que se pratica, uma vez que é daí que vem a sua identificação e autoridade no ato do ensino-aprendizagem. E, como ninguém se identifica com aquilo de que não gosta, é legítimo dizer que ama a sua ciência; e no caso da EMRC esse amor ainda tem mais implicações, uma vez que ele participa na missão de procurar a verdade sobre si e sobre os outros.

E, assim, falar do professor, e em especial do professor de EMRC, é assumir a missão de educar, sabendo que «é bela, portanto, e de grande responsabilidade, a vocação de todos aqueles que, ajudando os pais no cumprimento do seu dever e fazendo as vezes da comunidade humana, têm o dever de educar nas escolas»¹⁶⁹. Uma vocação que implica adquirir ou desenvolver qualidades especiais de inteligência e coração e uma constante atitude de renovação e adaptação (cf. *GE*,5).

Se voltarmos ao exemplo de Cristo-Mestre, podemos aprender a ser professor-mestre na escola da existência de Cristo, onde o importante não é querer mudar o aluno mas ajudá-lo a desenvolver uma «transformação no seu interior, reorganizar intrinsecamente a sua capacidade de pensar e viver emoções»¹⁷⁰. Um aluno que no hoje e no futuro seja solidário, tolerante e não

¹⁶⁹ *Gravissimum Educationis (GE)*, n.º 5.

¹⁷⁰ Cury, *Análise da Inteligência de Cristo*, 123.

se deixe levar pela corrente da moda do intelecto, que se abre ao trabalho conjunto de colaboração entre todos contra a corrente do individualismo, mas como alguém que «aprende a se conhecer, que tem em consideração a dor do outro, que aprende a perdoá-lo, que se interioriza, que se repensa, que se coloca como aprendiz toda a vida, que desenvolve a arte de pensar, que expande a arte de ouvir, que refina a arte da contemplação do belo»¹⁷¹.

Finda a reflexão acerca da disciplina e perfil do professor de EMRC, é chegada a hora de olhar o programa e estudar a metas escolhidas para este relatório e perceber de que forma tudo está pensado e articulado em prol do desenvolvimento da responsabilidade social nos alunos.

3. Responsabilidade social e estrutura curricular

Acreditamos que a responsabilidade social em EMRC só pode ser entendida e refletida com base numa leitura contextualizada sobre a estrutura do currículo e o programa, leitura que nos levará à compreensão de decisões e opções.

3.1. Um percurso de 12 anos: estrutura do programa

Para fazer uma abordagem à responsabilidade social, partindo da análise das metas propostas, é essencial olhá-las no contexto do todo do programa, metas, conteúdos e objetivos, linhas mestras e guias de todo o processo de ensino-aprendizagem. Pois tem-se consciência de que, apenas conhecendo de forma aprofundada o programa, um professor pode ser bom professor, fazer propostas e escolhas pedagógicas olhando o contexto da escola, turma e alunos de forma individualizada e contextualizada. Deste modo, iremos partir da análise das finalidades da disciplina de EMRC para depois proceder à análise das metas curriculares propostas no relatório.

Assim, um aluno, que frequente os 12 anos da disciplina de EMRC, deverá conseguir alcançar as seguintes finalidades:

¹⁷¹ Cury, *Análise da Inteligência de Cristo*, 123.

- «- Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência»¹⁷².

A partir destas finalidades da disciplina, foram organizadas as metas curriculares, que definem desejos quanto à aprendizagem do aluno. As metas oferecem de forma objetiva a visão do que se pretende alcançar, auxiliando assim o processo do ensino, possibilitando que os docentes se centrem no essencial e ajudando a delimitar melhor as estratégias de ensino. De certo modo, as metas curriculares só atingirão o seu máximo no termo de todo o percurso escolar, uma vez que estas só poderão ser atingidas com a aquisição cumulativa e interativa dos objetivos por parte dos alunos. Deste modo, «para cada unidade letiva, as metas curriculares permitem a definição de um conjunto de objetivos programáticos, e estes articulam-se em torno de um conjunto de conteúdos»¹⁷³.

E é pela articulação dos objetivos com os conteúdos que se determinam as estratégias/atividades de aprendizagem e se fornecem elementos para a elaboração dos instrumentos de avaliação¹⁷⁴. É partindo do todo que se pode analisar então as partes, e neste

¹⁷² Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 5.

¹⁷³ Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 9.

¹⁷⁴ Cf. Cristina de Sá Carvalho, «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em Educação Moral e Religiosa Católica, edição 2014», *Pastoral Catequética* 31-32, (2015): 29-61.

caso analisar o crescimento dos alunos na aquisição e concretização da atitude de responsabilidade social.

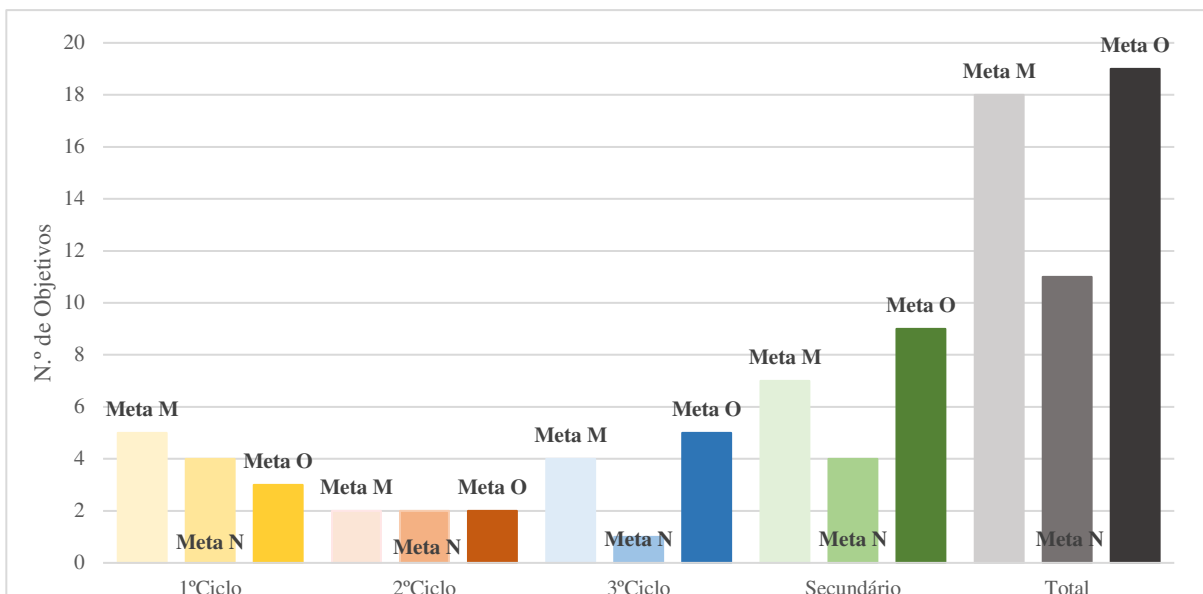


Gráfico 1 - Distribuição das metas M, N e O por ciclos de ensino

Relativamente à distribuição das metas pelos anos, conforme podemos verificar nos Gráfico 2 e Gráfico 1 as metas **M**. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano» e **O**. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo» são trabalhadas ao longo dos 12 anos de ensino de forma mais ou menos equilibrada (18/19); enquanto à meta **N**. «Promover o bem comum e o cuidado do outro» o seu número é mais reduzido (11).

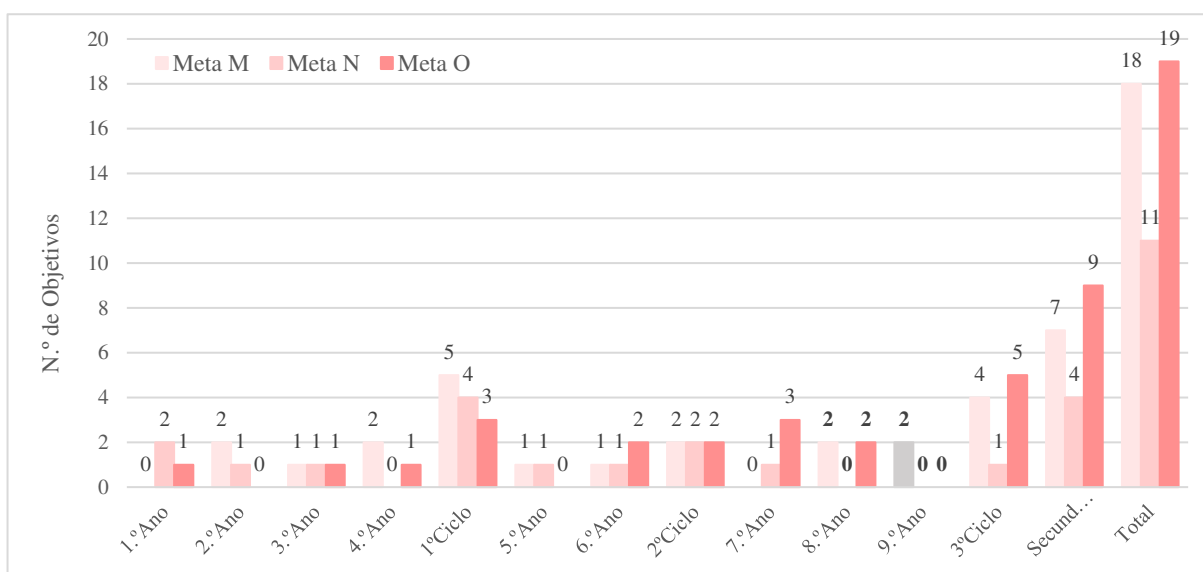


Gráfico 2 - Distribuição das metas M, N e O pelos anos de ensino

Quanto à distribuição das metas pelos ciclos de ensino é de referir que, embora pareçam à primeira vista equilibrada, podemos salientar que o ciclo em que se nota uma certa discrepância é o 2.º ciclo, no qual a sua representação é um pouco mais reduzida que nos outros níveis de ensino, embora também seja o ciclo com menor número de ano de ensino (2). E por, outro lado, no secundário há uma ênfase de abordagem das metas, sobretudo na meta **O**. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo» (9), sobressaindo também a presença reduzida do trabalho na meta **N**. «Promover o bem comum e o cuidado do outro» no 3.º ciclo.

Depois desta primeira análise ao programa, iremos no próximo ponto fazer uma análise mais aprofundada das metas seleccionadas e seus objetivos com intuito de perceber o que está proposto e pensado nesta área de desenvolvimento.

3.2. Responsabilidade social no programa de EMRC

Partindo da análise de conteúdo dos objetivos das metas seleccionadas do programa de EMRC¹⁷⁵, tomamos consciência da multiplicidade de conceitos, termos, definições e ideias-chave que desde logo foram por si mesmo oferecendo temáticas ou linhas mestras, que apresentaremos de seguida¹⁷⁶.

3.2.1. Áreas da responsabilidade social

Os resultados aqui apresentados foram organizados por áreas de desenvolvimento da responsabilidade social: pessoal, olhando ao desenvolvimento individual; comunitário, no desenvolvimento com outros; e ecológica, na relação com o ecossistema-mundo-criação.

a) «Responsabilidade pessoal»

Partindo do nível mais individual para o global, pareceu-nos importante sublinhar a área a que chamamos «responsabilidade pessoal» pela incidência no desenvolvimento individual

¹⁷⁵ Carvalho, *et al.*, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 20-151.

¹⁷⁶ Ver Anexo I.

enquanto pessoa, e numa abordagem mais profunda pareceu-nos ser uma mais-valia articulá-la com as dimensões do ser humano presentes na lógica do programa, nomeadamente as apresentadas no 6.º ano de escolaridade na Unidade Letiva (UL) 1 «Ser Pessoa», por podermos considerar um ponto de partida esclarecedor do processo de ensino-aprendizagem.

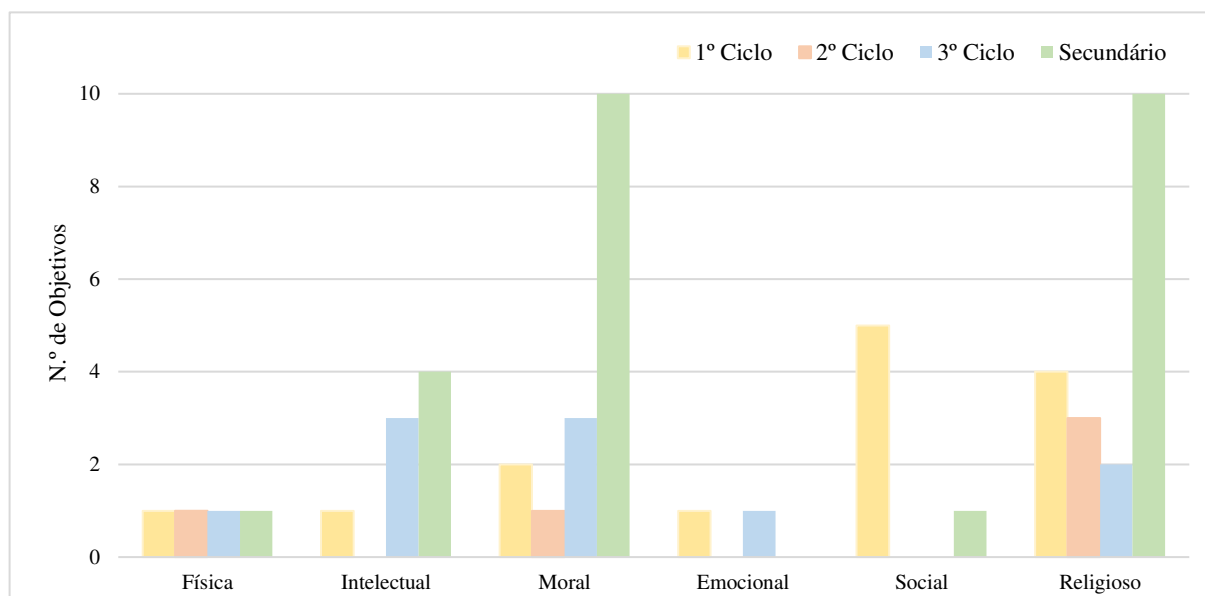


Gráfico 3 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade pessoal»

No Gráfico 3 pode-se ver a distribuição das dimensões pelos ciclos de ensino de acordo com o número de objetivos que são propostos.

Como se pode verificar, as diferentes dimensões são abordadas ao longo dos doze anos de escolaridade, sendo contudo observável que o número de objetivos que promovem o seu desenvolvimento é numas dimensões mais intenso que noutras, o que é expectável em relação à dimensão moral e religiosa pelos resultados de aprendizagem esperados com os objetivos propostos e consequentes finalidades da disciplina de EMRC.

Como criatura de Deus, o ser humano não é algo, mas alguém, e por isso de um valor incomparável. Como pessoa, é capaz de se conhecer a si mesmo e de refletir sobre si mesmo, de liberdade nas suas decisões, de comunhão com os outros. Diz o Papa Bento XVI:

«O ser humano desenvolve-se quando cresce no espírito, quando a sua alma se conhece a si mesma e apreende as verdades que Deus nela imprimiu em gérmen, quando dialoga consigo mesma e com o seu Criador. Longe de Deus, o homem vive inquieto e está mal» (CV, 76).

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão física	– Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros (2.ºano.UL1)	Autodomínio
	– Descobrir a dimensão simbólica da refeição: a alimentação; o significado simbólico-religioso do alimento e da refeição; o pão, o azeite, o vinho, a água, o cordeiro. (6.ºano.UL3)	Simbologia da alimentação
	– Compreender que a pessoa humana cresce e se desenvolve: o ciclo da vida da infância à terceira idade; a adolescência é a idade em que nós estamos. (7.ºano.UL3)	Desenvolvimento físico
	– Verificar que a sexualidade humana é uma motivação combinada/mista: a sublimação do impulso sexual; a sexualidade humana entre o instinto e a cultura; a problemática da liberdade na vivência da sexualidade; o domínio do impulso sexual; a castidade; a questão essencial da maturidade e da responsabilidade perante o ato sexual. (Secundário.UL10)	Sexualidade

Quadro 1 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão física

Em relação à dimensão física, conforme se pode ver no Quadro 1, esta está presente em todos os ciclos de ensino pela presença dos objetivos onde o que sobressai é sobretudo a questão da relação com o próprio corpo e o respeito que este merece não como mero exterior mas como a materialização do interior de cada pessoa, apelando assim ao autodomínio e sentido de responsabilidade no uso do corpo, para o qual se abordam e cruzam os valores éticos e cristãos de responsabilidade pelo corpo, na abordagem afetiva e sexual, referindo quer as mais-valias das boas escolhas quer apresentando consequências nefastas das más escolhas.

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão intelectual	– Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros: devemos pensar antes de agir e de falar. (2.º ano.UL1)	Autodomínio
	– Conhecer as várias dimensões da personalidade humana: a personalidade humana, identidade, continuidade, totalidade; as dimensões da personalidade; o crescimento e as mudanças na personalidade, o desenvolvimento da pessoa e a adolescência. (7.ºano.UL3)	Identidade
	– Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade: ser responsável, antecipando as consequências dos próprios atos; podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão. (8.ºano.UL1)	Reflexão-ação
	– Tomar consciência dos riscos das dependências: quando a liberdade se autodestrói; as dependências escravizam a pessoa; fatores motivacionais para a adesão aos comportamentos de risco; o grave problema social do tráfico de droga. (8.ºano.UL3)	Dependências, Comportamentos de risco
	– Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho: os vários sentidos do trabalho; os deveres de quem trabalha; os direitos de quem trabalha. (Secundário.UL3)	Trabalho
	– Mobilizar as capacidades e as competências pessoais em ordem à construção de uma economia mais justa: o cristianismo propõe o dever de cultivar os talentos; a realização da vocação pessoal no mundo do trabalho, uma síntese programática. (Secundário.UL3)	Economia justa
	– Questionar-se acerca do papel dos cristãos num mundo plural e globalizado: os cristãos num mundo plural e globalizado. (Secundário.UL5)	Mundo globalizado
	– Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo: o ser humano é um ser racional, criado para o amor. (Secundário.UL10)	Afetividade/Amor

Quadro 2 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão intelectual

Quanto à dimensão intelectual, como se observa no Quadro 2, esta pode ser encontrada sobretudo no 3.º ciclo e secundário, o que pode fazer sentido, pois é nestas idades que se procura desenvolver a reflexão crítica; no entanto, a sua ausência nos outros ciclos pode ser vista com um défice.

Neste âmbito o acento põe-se na dimensão do desenvolvimento da razão, da formação da consciência, levando ao desenvolvimento do conceito de responsabilidade, nomeadamente pela capacidade de autodomínio, descoberta da sua identidade e da dos outros, aceitando e respeitando as diferenças, fazendo apelo à reflexão antes da ação e oferecendo um quadro de consequências diante do mau uso da razão, nomeadamente no caso das dependências e comportamento de risco. Por outro lado, verifica-se que o programa, pelos seus objetivos, pretende oferecer aos alunos a possibilidade de formação da sua consciência diante de temas centrais da atualidade, nomeadamente política, trabalho, economia, globalização e afetividade.

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão moral	– Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros: nem tudo o que me apetece fazer é bom para mim ou para os outros; aprender a controlar-se faz-me mais feliz; devemos saber escolher o bem. (2.º ano.UL1)	Autodomínio
	– Aprender a ser verdadeiro: o que é agir com verdade; razões para se dizer a verdade. (4.º ano.UL1)	Verdade
	– Mobilizar o valor da vida na orientação do comportamento em situações do quotidiano: que posso fazer para viver cada vez com mais qualidade e dar a vida aos outros; devo ser capaz de respeitar, cuidar, ajudar, compreender, partilhar e amar. (6.º ano.UL2)	Valor da vida
	– Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade: podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão. (8.º ano.UL1)	Sexualidade-reflexão
	– Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana: liberdade e manipulação. (8.º ano.UL3)	Manipulação/ liberdade de pensamento
	– Tomar consciência dos riscos das dependências: o agir segundo a própria consciência e valores fundamentais. (8.º ano.UL3)	Dependências
	– Questionar-se sobre o significado dos conceitos de «ética» e de «moral»: Significado de «ética» e de «moral»; complementaridade ou oposição entre «ética» e «moral»; Ética e moral, da etimologia aos conceitos. (Secundário.UL2)	Conceito de ética e moral
	– Compreender o que é um valor moral: o que são os valores; tipologias de valores; definição de valor moral. (Secundário.UL2)	Valor moral
	– Identificar as principais características dos valores morais: características dos valores morais. (Secundário.UL2)	
	– Organizar uma hierarquia de valores: a necessidade de hierarquizar os valores; hierarquização de valores e relativismo. (Secundário.UL2)	Hierarquia de valores
	– Identificar as principais tipologias da ética. (Secundário.UL2)	Tipos de ética
	– Compreender a reflexão cristã acerca da vida moral: a vida moral segundo o cristianismo. (Secundário.UL2)	Vida moral
	– Refletir sobre a importância das decisões no exercício de uma vida com sentido: o papel da tomada de decisão de vida; a vida com sentido. (Secundário.UL2)	Sentido da vida
	– Verificar que a sexualidade humana é uma motivação combinada/mista: a problemática da liberdade na vivência da sexualidade; a questão essencial da maturidade e da responsabilidade perante o ato sexual. (Secundário.UL10)	Sexualidade
– Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo: o ser humano é um ser racional, criado para o amor. (Secundário.UL10)	Amor-razão	
– Conhecer a ética da vida aplicada à sexualidade: para uma ética da vida. (Secundário.UL10)	Ética sexual	

Quadro 3 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão moral

Complementar ao desenvolvimento da razão, através dos objetivos delineados pelos autores do programa de EMRC, pode-se enriquecer o desenvolvimento moral dos alunos, como

verificado no Quadro 3, oferecendo assim, por um lado, um quadro conceptual, pela clarificação de conceitos como verdade, ética, moral, valor moral, vida moral, entre outros; por outro lado, apresentando todo um conjunto de temas e referência à importância do agir em consciência, agir sob hierarquia de valores numa linha de busca e concretização de sentidos de vida e assumindo posições e ações responsáveis diante de si e dos outros, abarcando a afetividade, liberdade de pensamento e ação sempre numa linha de confronto com o agir enquanto cristãos, para o qual se oferecem alguns exemplos práticos e testemunhos a nível mundial de pessoas que levaram uma vida na busca de viver segundo estes valores:

«Existem, em todas as culturas, singulares e variadas convergências éticas, expressão de uma mesma natureza humana [...] chama lei natural. Esta lei moral universal é um fundamento firme de todo o diálogo cultural, religioso e político e permite que o multiforme pluralismo das várias culturas não se desvie da busca comum da verdade, do bem e de Deus» (CV, 59).

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão emocional	– Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros: aprender a controlar-se faz-me mais feliz. (2.º ano.UL1)	Autodomínio
	– Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade: o respeito pelo corpo, os sentimentos próprios e os dos outros; a importância da fidelidade e da doação no amor e na sexualidade. (8.º ano.UL1)	Sexualidade-sentimentos

Quadro 4 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão emocional

Ao nível da dimensão emocional, apresentada no Quadro 4, embora desenvolvido em poucos objetivos, considera-se fundamental uma vez que leva à tomada de consciência dos sentimentos e afetos, assumindo-os e aprendendo a interpretá-los numa linha de autoconhecimento, para melhor agir de acordo com os valores cristãos, confessando ou não a fé, mas oferecendo pontos de referência.

Em relação à dimensão social, como se pode verificar no Quadro 5, o que se pode destacar é que esta é sobretudo trabalhada ao nível do 1.º ciclo, e oferece sobretudo um quadro de valores importantes para a vivência em grupo, de abertura aos outros, nomeadamente os valores da amizade, do respeito, da solidariedade, do perdão, sendo que também procura levar os alunos ao reconhecimento das dificuldades que podem surgir, e surgem, nas relações humanas:

«Sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro. [...] Quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade» (LS, 208).

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão social	– Reconhecer o valor da amizade: ser amigo implica entender os outros, escutando os seus pontos de vista; o alicerce da amizade é a verdade; quem é amigo ajuda-me a ultrapassar as dificuldades. (2.ºano.UL1)	Amizade
	– Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros: o crescimento não é só físico, mas também se cresce aprendendo a viver com os outros e a respeitá-los. (2.º ano.UL1)	Respeito pelos outros
	– Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade: o que eu posso fazer, em concreto, para ser solidário. (3.ºano.UL2)	Solidariedade
	– Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas: a quebra da solidariedade; a inveja; a mentira; o egoísmo; o desentendimento; o conflito. (4.ºano.UL3)	Dificuldade nas relações
	– Compreender a necessidade de restaurar as relações através do perdão: o que é errar; porque erramos; a necessidade de pedir perdão e como se faz: dar perdão; aceitar o perdão. (4.ºano.UL3)	Perdão
	– Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo: o ser humano é um ser racional, criado para o amor; a importância da família para a pessoa e para a sociedade. (Secundário.UL10)	Amor fecundo

Quadro 5 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão social

Por último, apresenta-se a dimensão religiosa, refletida no Quadro 6, dimensão mais presente em termos de número de objetivos a ela dirigido. Dimensão que é transversal a todos os ciclos de ensino, embora com maior incidência no 1.º ciclo e secundário, onde se procura que os alunos desenvolvam a sua responsabilidade pessoal na lógica de compreensão do fator religioso, oferecendo exemplos bíblicos, sublinhando na ótica cristã e de aplicação dos valores apresentados na dimensão moral, trabalhando sob os valores cristãos nas áreas basilares da vida humana, como a economia, política, ecologia, solidariedade, entre outros.

Na dimensão religiosa procura-se reforçar, também, a importância da responsabilidade individual e comum de cada pessoa na construção de sociedades justas e fraternas, onde todos têm corresponsabilidade e papel ativo, como resposta também à vida interior e busca do transcendente que cada pessoa tem em si; levar os alunos a olharem para si e refletirem na linha de coerência de vida e concretização de projetos de vida com sentido, oferecendo a religião cristã como exemplo e resposta; oferecer aos alunos uma matriz cristã baseada nos ensinamentos de Cristo, não para confessarem a fé, mas sobretudo para adquirirem um quadro de valores, matrizes éticas e morais da cultura cristã como exemplo e possibilidade de

realização pessoal e contribuição para a construção de sociedades mais justas, fraternas e onde impere a paz:

«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. [...] Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história. Para levar a cabo esta missão, é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas» (GS, 1.4).

Dimensão	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Dimensão religiosa	– Observar como Maria é uma pessoa presente e atenta. (2.º ano.UL2)	Maria-exemplo
	– Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade: o que eu posso fazer, em concreto, para ser solidário. (3.º ano.UL2)	Solidariedade
	– Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade: o exemplo da Rainha Santa Isabel. (3.º ano.UL2)	Rainha Santa Isabel-exemplo
	– Compreender a necessidade de restaurar as relações através do perdão: o que é errar; porque erramos; a necessidade de pedir perdão e como se faz: dar perdão; aceitar o perdão. (4.º ano.UL3)	Perdão
	– Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno: construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais; aceitar ser perdoado. (5.º ano.UL4)	
	– Promover as condições para que cada um viva como pessoa que é: como ‘ser pessoa’ e dar condições para que todos sejam ‘pessoas’. (6.º ano. UL1)	Ser pessoa
	– Descobrir a dimensão simbólica da refeição: a alimentação; o significado simbólico-religioso do alimento e da refeição; o pão, o azeite, o vinho, a água, o cordeiro. (6.º ano.UL3)	Simbologia da refeição.
	– Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade: a importância da fidelidade e da doação no amor e na sexualidade. (8.º ano.UL1)	Sexualidade-amor de doação
	– Tomar consciência dos riscos das dependências: a opção religiosa da pessoa implica viver a vida segundo princípios e valores. (8.º ano.UL3)	Dependências-valores
	– Determinar quais são os deveres do cristão perante a vida política: a ética da gratuidade. (Secundário.UL1)	Vida política
	– Compreender a emergência dos valores no sujeito. (Secundário.UL2)	Valores da pessoa
	– Perceber como a Palavra de Deus é fundamento e inspiração para ao agir cristão: a palavra de Deus, fundamento e inspiração para o agir cristão; a Palavra de Deus, como ato criador. (Secundário.UL2)	Palavra de Deus
	– Compreender a reflexão cristã acerca da vida moral: a vida moral segundo o cristianismo. (Secundário.UL2)	Vida moral
	– Desenvolver uma atitude de denúncia acerca da pobreza. (Secundário.UL3)	Atitude denúncia
	– Mobilizar as capacidades e as competências pessoais em ordem à construção de uma economia mais justa: o cristianismo propõe o dever de cultivar os talentos; a realização da vocação pessoal no mundo do trabalho, uma síntese programática. (Secundário.UL3)	Economia justa
	– Descrever os elementos nucleares de uma tradição religiosa. (Secundário.UL5)	Tradição religiosa
	– Compreender que há opções fundamentais na vida: opções fundamentais e realização pessoal. (Secundário.UL6)	Opções fundamentais
– Verificar a importância da fidelidade às opções fundamentais na procura do sentido da vida: opções fundamentais e coerência de vida. (Secundário.UL6)	Fidelidade	
– Desenvolver atitudes gratuitas e fundamentadas, no dom de si, como construtoras de sentido: dar sentido à vida; o sentido da vida para o crente cristão; toda a vida tem sentido; o sentido da vida precária ou frágil; a problemática do comportamento desviante; a recusa das «soluções finais». (Secundário.UL6)	Gratuidade	

Quadro 6 - «Responsabilidade pessoal»: dimensão religiosa

b) «Responsabilidade comunitária»

A segunda área de abordagem que o programa parece apresentar no domínio da responsabilidade é a área à qual chamamos «responsabilidade comunitária» pela sua incidência na dimensão de relação com outros, aos três níveis de responsabilidades: micro - responsabilidade dentro do campo familiar ou de laços afetivos restritos; meso - contexto de meio envolvente; macro - contexto ao nível mundial, global ou universal.

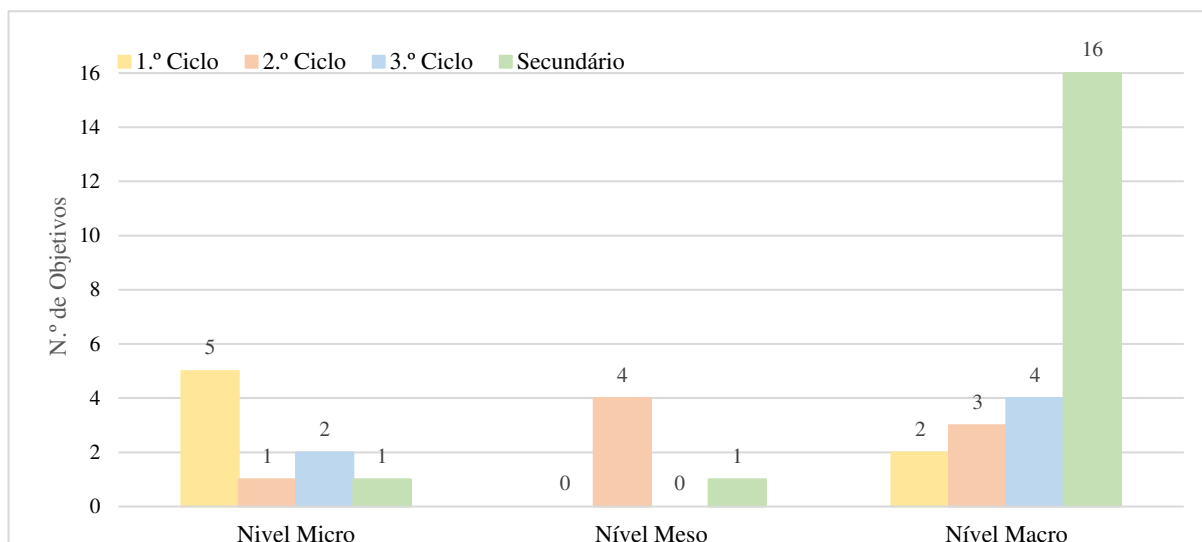


Gráfico 4 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade comunitária»

Tal como se pode verificar no Gráfico 4, o nível de ensino que mais objetivos trabalha a este âmbito é o secundário (18), sendo na sua maioria ao nível macro.

Nível	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Nível micro (amigos, família)	– Assumir atitudes de bondade para com os outros: cuidamos uns dos outros e não deixamos ninguém de lado. (1.ºano.UL1)	Bondade
	– Fomentar os valores do amor, da cooperação e da entreaajuda na vida familiar: as tarefas que cada criança pode desempenhar na sua família; ajudar a minha família; a importância do bom relacionamento com os irmãos e outros elementos da família; a importância dos avós; com a família, ajudar as outras pessoas. (1.ºano.UL3)	Amor, cooperação, entreaajuda na família
	– Reconhecer o valor da amizade: o que significa ser amigo; o outro de quem sou amigo é diferente de mim; ser amigo implica ser pacífico e agradável na relação com os outros; ser amigo implica entender os outros, escutando os seus pontos de vista; ser amigo é estar disposto a ajudá-los; o alicerce da amizade é a verdade; quem é amigo ajuda-me a ultrapassar as dificuldades. (2.ºano.UL1)	Amizade
	– Identificar a ação que as crianças podem ter no mundo: o papel das crianças junto dos pais, dos avós e dos vizinhos. (3.ºano.UL1)	Papel das crianças
	– Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade: o que eu posso fazer, em concreto, para ser solidário. (3.ºano.UL2)	Solidariedade
	– Promover os valores do amor na vida familiar: comunhão de pessoas que vivem no amor. (5.ºano.UL3)	Valor da família
	– Relacionar os dados das ciências sobre o planeamento familiar com a interpretação cristã da realidade e da pessoa humana: noção de planeamento familiar; os métodos anticoncecionais. (8.ºano.UL1)	Planeamento Familiar
	– Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade: o respeito pelo corpo, os sentimentos próprios e os dos outros. (8.ºano.UL1)	Sexualidade
	– Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo: a importância da família para a pessoa e para a sociedade. (Secundário.UL10)	Amor fecundo

Quadro 7 - «Responsabilidade comunitária»: nível micro

Conforme se pode verificar no Quadro 7, o nível micro está presente sobretudo no 1.º ciclo; pensamos que seja pela necessidade que existe de concretização e objetivação dos conteúdos trazidos à sua realidade mais próxima e pela sua dificuldade em abstrair-se para os conceitos mais universais e à escala subjetiva. Contudo, este nível de responsabilidade torna-se presente em todos os ciclos; neste nível sublinhamos, por um lado, a incidência na apresentação de valores fundamentais para a construção de relações afetivas de qualidade e onde o respeito, a bondade, a amizade, a solidariedade e a entreatajuda são realçados; por outro lado, o procurar levar os alunos à compreensão dos valores e pilares cristãos que as pessoas devem ter em conta na construção ou constituição de família, sublinhando-se a valorização de todos os membros das famílias e não só o agregado familiar mais restrito.

Já o Papa João Paulo II, no n.º 39 da encíclica *Centesimus Annus* afirmava acerca da importância da Família para o crescimento integral das crianças:

«A primeira e fundamental estrutura a favor da «ecologia humana» é a família, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma pessoa. Pensa-se aqui na família fundada sobre o matrimónio [...] cria um ambiente vital onde a criança pode nascer e desenvolver as suas potencialidades, tornar-se consciente da sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu único e irrepetível destino» (CA, 39).

Nível	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Nível meso (meio envolvente)	– Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno: construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais; aceitar ser perdoado. (5.ºano.UL4)	Perdão
	– Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome: instituições nacionais e internacionais vocacionadas para acabar com a fome. (6.ºano.UL3)	Instituições
	– Reconhecer o valor da solidariedade: solidariedade e voluntariado; fraternidade, amor partilhado; a vida em comum e a partilha dos bens nas comunidades dos primeiros cristãos. (6.ºano.UL3)	Solidariedade
	– Valorizar a atitude de voluntariado: o exemplo cristão de «pão para os outros». (6.ºano.UL3)	Voluntariado
	– Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho: os vários sentidos do trabalho; os deveres de quem trabalha; os direitos de quem trabalha. (Secundário.UL3)	Trabalho

Quadro 8 - «Responsabilidade comunitária»: nível meso

O nível meso – meio envolvente – pelo Quadro 8 percebemos que está presente em apenas dois ciclos de ensino, sendo o 2.º ciclo onde este está mais desenvolvido. Pensamos que este facto tem a ver com o desenvolvimento intelectual dos alunos, que estão numa fase transitória entre a concretização e a abstração da sua capacidade de entender as realidades, pois se no 1.º

ciclo se procura exemplificar com casos concretos e próximos às suas realidades, no 2.º ciclo o campo pode-se ir abrindo para depois se alargar à realidade universal, e não estando tão presa à realidade concreta e palpável dos alunos.

Assim, neste nível meso da «responsabilidade comunitária», a incidência coloca-se na construção duma responsabilidade alicerçada e inserida no meio onde os alunos se encontram, oferecendo valores essenciais à vivência com outros (mesmo que sem estabelecimento de laços afetivos), levando à aquisição de atitudes concretas de solidariedade e voluntariado pelo envolvimento com a comunidade circundante, e abrindo a possibilidade de implementação de gestos concretos. Ao nível do secundário chega mesmo à abordagem do valor do trabalho para a dignidade da pessoa humana, como forma de assumir a responsabilidade da construção de sociedades justas. Neste sentido, sublinhamos o direito e dever à participação que todo o cidadão tem, recordando para isso o que o CIC afirma sobre a importância da responsabilidade a nível local:

«É necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este é um dever inerente à dignidade da pessoa humana. A participação realiza-se, primeiro, ao encarregar-se alguém dos sectores de que assume a responsabilidade pessoal: pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o homem participa no bem dos outros e da sociedade. Os cidadãos devem, tanto quanto possível, tomar parte activa na vida pública. [...] A participação de todos na promoção do bem comum implica, como qualquer dever ético, uma conversão incessantemente renovada dos parceiros sociais. [...] A participação começa pela educação e pela cultura. “Pode-se legitimamente pensar que o futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações de amanhã razões de viver e de esperar”» (CIC, 1913-1917).

O nível macro – global, mundial – conforme o Quadro 9 ilustra, é o que tem mais propostas de desenvolvimento, pelo número de objetivos, os quais levam ao desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e competências na linha da universalidade dos valores cristãos, nomeadamente: dignidade humana, ser pessoa, paz, solidariedade, justiça, entre outros. Por outro lado, dá-se a possibilidade de abordagem de temas centrais da vida das sociedades, como

é o caso da política, economia, ética procurando-se fazer sempre a ponte para a relação entre estes e o cristianismo. Por último, gostaríamos de sublinhar o acento destes objetivos, principalmente ao nível do secundário na relação Igreja-Mundo, revelando aos alunos que a Igreja pode e deve estar comprometida com a sociedade à escala mundial, procurando chamar a atenção para as situações de fragilidade social, injustiça, fome e má distribuição dos bens e possíveis consequências, apresentado exemplos concretos das diferentes temáticas abordadas.

A este nível, várias são as declarações realizadas ao longo do tempo, partindo da base da universalidade dos direitos de cada pessoa: «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade»¹⁷⁷, passando pela lógica do «bem comum», como um bem também ele universal que tudo engloba e a todos diz respeito, até à construção de sociedades justas à escala mundo. Como nos diz o Papa Bento XVI, «a acção do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade, contribui para a edificação daquela cidade universal de Deus que é a meta para onde caminha a história da família humana» (CV,7). Diante da realidade da globalização, o empenho em favor do «bem comum» tem que abarcar toda a humanidade, pois só assim se constroem comunidades onde reina a unidade e paz (cf. CV, 7).

Responsabilidade que nasce do exercício da caridade, dom recebido mas que é para ser colocado ao serviço de todos mediante as possibilidades e circunstâncias:

«A caridade na verdade é uma força que constitui a comunidade, unifica os homens segundo modalidades que não conhecem barreiras nem confins. [...] O desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade» (CV, 34).

¹⁷⁷ ONU, «Declaração Universal dos Direitos Humanos», artigo 1.

Nível	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Nível macro (mundo)	– Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade: ser solidário é dar-se aos outros e atender às suas necessidades; a pobreza e a exclusão resultam em injustiça; o que é a injustiça. (3.ºano.UL2)	Solidariedade Injustiça
	– Tomar consciência da experiência humana da diversidade: o nosso mundo está repleto de diversidade: os seres humanos também são diferentes uns dos outros: cor de pele, sexo, língua, religião, mentalidade, origem social, atividade profissional, nível de estudo; as diferenças complementam a natureza e a pessoa e dão beleza à vida; nem tudo o que é diferente é necessariamente bom; somos todos iguais em dignidade; os cristãos reconhecem que a dignidade do ser humano vem de Deus criador e é por isso inalienável. (4.ºano.UL2)	Diversidade no mundo
	– Promover as condições para que cada um viva como pessoa que é: como ‘ser pessoa’ e dar condições para que todos sejam ‘pessoas’. (6.ºano. UL1)	Ser pessoa
	– Reconhecer as situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens: a fome e subnutrição; a pobreza. (6.ºano.UL3)	Fome
	– Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome: instituições nacionais e internacionais vocacionadas para acabar com a fome. (6.ºano.UL3)	Instituições
	– Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais relacionados com a falência da paz: a falência da paz. (7.ºano.UL4)	Paz
	– Reconhecer soluções fundamentais para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa: diálogo, perdão e reconciliação; prémios Nobel da paz, critérios de escolha dos premiados; instituições de promoção da paz no mundo. (7.ºano.UL4)	Dignidade da pessoa
	– Compreender o valor da vida: A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto; dar a própria vida pelo outro; dar a vida pela verdade libertadora. (9.ºano.UL1)	Valor da Vida
	– Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social: os grupos minoritários ou «não produtivos»; as problemáticas da igualdade e da discriminação; os preconceitos sociais e religiosos; a falta de responsabilidade dos adultos face às crianças. (9.ºano.UL1)	Grupos minoritários
	– Explorar o conceito de política: etimologia ‘Politikos’; definição. (Secundário.UL1)	Política
	– Identificar as condições para uma relação entre política, ética e religião: a especificidade dos âmbitos da ética, da política e da religião como condição para o diálogo entre estas três dimensões do agir humano; elementos da história da relação entre política, ética e religião que evidenciam as dificuldades inerentes a esse processo. (Secundário.UL1)	Ética e Religião
	– Compreender quais são as várias concretizações do conceito de política: as formas e as origens do poder económico, ideológico, político e religioso; o sistema político. (Secundário.UL1)	Forma de política
	– Enunciar os vários tipos de experiência política: sistemas do exercício do poder político; regimes totalitários e regimes democráticos. (Secundário.UL1)	Regimes políticos
	– Conhecer a missão da Igreja face à vida política: a via da caridade; fecundar e fermentar, com o Evangelho, a sociedade; doutrina social, evangelização e promoção humana; direito e dever da Igreja. (Secundário.UL1)	Igreja e Política
	– Desenvolver uma atitude de denúncia acerca da pobreza. (Secundário.UL3)	Pobreza
	– Compreender a necessidade de globalizar a solidariedade: os riscos da globalização; o agravamento do desequilíbrio entre povos e grupos sociais desenvolvidos e em vias de desenvolvimento; a solidariedade na perspetiva cristã aplicada à economia. (Secundário.UL3)	Globalização e economia
	– Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho: os vários sentidos do trabalho; os deveres de quem trabalha; os direitos de quem trabalha. (Secundário.UL3)	Dimensão do trabalho
	– Reconhecer a existência de desigualdades sociais e da pobreza no mundo: a desigualdade e a pobreza. (Secundário.UL3)	Pobreza e desigualdade
	– Conhecer o significado do conceito «civilização». (Secundário.UL4)	Civilização
	– Analisar o contributo do diálogo à escola global nas relações da Igreja com o mundo e na construção da paz. (Secundário.UL4)	Igreja-Mundo
– Questionar-se acerca do papel dos cristãos num mundo plural e globalizado: os cristãos num mundo plural e globalizado. (Secundário.UL5)		
– Sublinhar a importância da corresponsabilidade cristã na construção do bem comum universal: a ideia de corresponsabilidade cristã na construção do bem comum universal. (Secundário.UL5)	Construção do bem	
– Destacar a edificação do Reino de Deus e a construção da história como consequência da identidade e missão da Igreja: Igreja, identidade e missão. (Secundário.UL8)	Missão da Igreja	
– Discutir a problemática da erotização da sociedade e a sua influência nas escolhas sexuais pessoais. (Secundário.UL10)	Sexualidade	
– Identificar comportamentos e situações de exploração sexual: a sexualidade vista como negócio, consumo, entretenimento, jogo, sem conexão com a relação pessoas; degradação da pessoa pela sexualidade. (Secundário.UL10)	Exploração sexual	

Quadro 9 - «Responsabilidade comunitária»: nível macro

c) «Responsabilidade ecológica»

Ao nível do que chamamos «responsabilidade ecológica» o programa oferece a possibilidade de os alunos adquirirem bases, conhecimentos e atitudes face ao cuidado com a criação, seja do mundo animal seja do vegetal, e à importância do respeito pela natureza enquanto bem oferecido a todos.

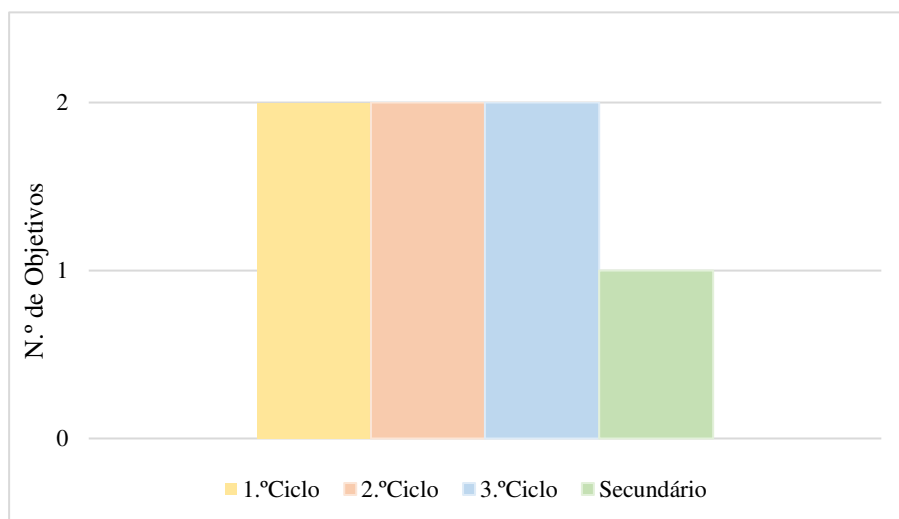


Gráfico 5 - Número de objetivos por nível de ensino da «responsabilidade ecológica»

No que se refere à distribuição dos objetivos pelo nível de ensino, tal como se pode verificar no Gráfico 5, estes estão distribuídos equilibradamente entre os três primeiros níveis (2), havendo uma descida no secundário. No entanto, não significa que não exista uma séria abordagem e aprofundamento do objetivo em questão, como se pode verificar no Quadro 10.

Nível	Objetivo	Competência(s) atingida(s)
Nível ecológico	– Promover atitudes de respeito pela vida na Terra: devemos amar e admirar a Terra; as atitudes que se podem tomar em prol da vida na Terra. (1.ºano.UL4)	Vida na Terra
	– Tomar consciência da experiência humana da diversidade: o nosso mundo está repleto de diversidade: diversidade animal; diversidade do mundo vegetal. (4.ºano.UL2)	Diversidade animal e vegetal
	– Descobrir a dimensão simbólica da refeição: a alimentação; o significado simbólico-religioso do alimento e da refeição; o pão, o azeite, o vinho, a água, o cordeiro. (6.ºano.UL3)	Alimentação
	– Reconhecer as situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens: a produção e o comércio dos alimentos; a pobreza, a distribuição injusta dos bens de primeira necessidade. (6.ºano.UL3)	Distribuição de bens
	– Assumir comportamentos responsáveis em situações vitais no quotidiano que implicam o cuidado da criação: como se colabora com Deus na obra da criação. (7.ºano.UL1)	Cuidado da criação
	– Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza: como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo. (8.ºano.UL4)	Cristianismo e a Natureza
	– Analisar as ameaças da atividade económica para os ecossistemas: a atividade e o equilíbrio ecológico; os beneficiários dos bens da economia. (Secundário.UL3)	Economia e ecologia

Quadro 10 - «Responsabilidade ecológica»

Neste âmbito abordam-se temáticas essenciais ao respeito pela diversidade, pelo bom uso dos bens materiais apelando à denuncia de injustiças, e ao compromisso pela justa distribuição

dos bens da criação como dons oferecidos pelo Criador, que necessita da nossa contribuição para que estes cheguem a todos e não só a partes.

Sobre este nível de responsabilidade, o Magistério da Igreja tem sobretudo produzido reflexões nesta última década, mas já o Papa João Paulo II em 1995 apela para a responsabilidade perante a criação, chamando a atenção para a missão entregue pelo próprio Criador a cada ser humano; por um lado sublinha a importância de cuidar e guardar o «jardim do mundo», não só numa tónica da prevenção do ambiente no presente mas também pela responsabilidade da salvaguarda das gerações futuras:

«É a questão ecológica — desde a preservação do «habitat» natural das diversas espécies animais e das várias formas de vida, até à “ecologia humana” propriamente dita [...]. Na realidade, “o domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de “usar e abusar”, ou de dispor das coisas como melhor agrade. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de “comer o fruto da árvore” (cf. Gn 2, 16-17), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas”»¹⁷⁸.

Por outro lado, reforça a responsabilidade que cada pessoa tem de ser colaboradora do Criador (cf. *EV*, 43). Também o Papa Bento XVI faz um apelo à comunidade internacional para que, juntas, as nações encontrem estratégias para este cuidar e preservar dos recursos naturais que são de todos, mas aos quais nem todos têm acesso e por isso são causa de injustiça e guerras. É fundamental garantir que as gerações futuras vejam as suas necessidades de energia garantidas e para tal «um dos pontos principais a enfrentar pela comunidade internacional é, sem dúvida, o dos recursos energéticos, delineando estratégias compartilhadas e sustentáveis»¹⁷⁹. Para tal é necessário que o desenvolvimento tecnológico seja enveredado para o favorecimento de comportamentos marcados pela sobriedade, pela diminuição das próprias

¹⁷⁸ *Evangelium Vitae (EV)*, n.º 42.

¹⁷⁹ Benedictus PP. XVI, «Mensagem para o Dia Mundial da Paz», Santa Sé, 1 de janeiro de 2010, acedido em setembro de 2018, http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/«messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliiii-world-day-peace.html.

necessidades de energia e pelo melhoramento das condições da sua utilização. Todo e qualquer avanço tecnológico deve favorecer a redução do impacto ambiental e a destruição dos recursos naturais e o acesso de todos à energia¹⁸⁰.

Mais recentemente, o Papa Francisco escreve uma Carta Encíclica *Laudato Si'*, toda ela voltada para o cuidado da casa comum, no qual volta a alertar toda a humanidade para o grande desafio que enfrentamos no nosso mundo:

«O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. [...] A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. [...] Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo actual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas. [...] A responsabilidade perante uma terra que é de Deus implica que o ser humano, dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo, porque “Ele deu uma ordem e tudo foi criado; Ele fixou tudo pelos séculos sem fim e estabeleceu leis a que não se pode fugir!”(Sl 148, 5b-6)» (LS, 13.43.68).

Deste modo, e cada vez mais, a questão ecológica revela-se fundamental, não numa linha de «ecologia verde» mas numa linha de antropologia, de cuidar da terra que é casa comum, porque dom e dádiva de Deus à humanidade.

3.2.2. Focos de desenvolvimento da responsabilidade social

Uma outra reflexão que gostaríamos de fazer sobre a educação para a responsabilidade social, a partir da análise dos objetivos propostos nas três metas seleccionadas, prende-se com o foco de desenvolvimento que estes pretendem alcançar, nomeadamente se é numa linha de desenvolvimento intelectual e quadro conceptual, que segundo a nossa reflexão, leva à formação da consciência dos alunos, ou numa linha de ação que leva à prática, na lógica de operacionalizar o que apreenderam do quadro conceptual.

¹⁸⁰ Benedictus PP. XVI, «Mensagem para o Dia Mundial da Paz», Santa Sé, 1 de janeiro de 2010.

Conforme se pode observar no Gráfico 6 e no Quadro 11, em todas as metas estudadas há uma preocupação com o desenvolvimento de conceitos, clarificação de termos e aquisição de conhecimentos intelectuais e capacidade reflexiva sobre as coisas, temas ou assuntos. Como recorda o Papa João Paulo II, no ensino religioso é fundamental entrar em diálogo com todas as disciplinas antropológicas, seja em que contexto for: social, económico ou político, «assumindo em si os contributos que delas provêm», (CDSI, 64). Porque a DSI não é dona da verdade e de todo o conhecimento, ela enriquece-se cada vez que confronta ideias, aprofunda temas, busca em conjunto com outros saberes maior conhecimento; e esta busca de saberes partilhados deve perpassar para o processo de ensino-aprendizagem, dentro das escolas; em cada ato educativo este conhecimento tem que ser estimulado e desejado.

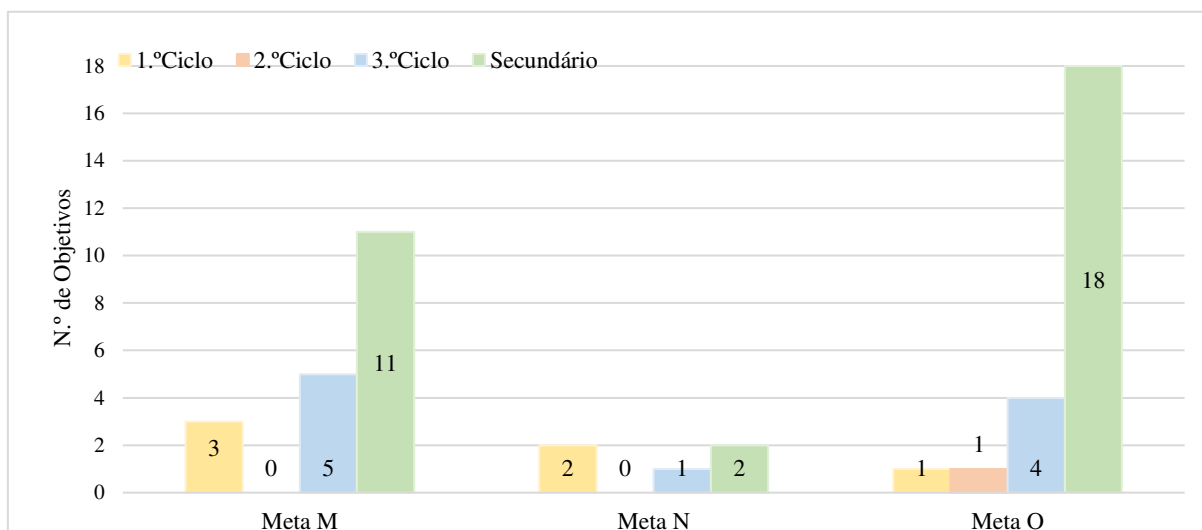


Gráfico 6 - Número de objetivos por nível de ensino do desenvolvimento intelectual e conceptual

Dadas as características das idades dos alunos nos diferentes ciclos de ensino, esta abordagem teórica faz-se com maior incidência no secundário devido à capacidade reflexiva em contextos abstratos e o colocar-se em situação de opinar sobre temas, afirmar posições e formas de pensar, mas já no 1.º ciclo há uma preocupação com a aprendizagem conceptual, principalmente das noções mais básicas e de acesso prático na vida do dia-a-dia dos alunos. E a meta que menos aborda conceitos é a meta N. «Promover o bem comum e o cuidado do outro» que ambiciona oferecer aos alunos estratégias que levem à promoção do «bem comum» e o cuidado do outro.

Meta	Ano de Escolaridade	Objetivo
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	2º	3. Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros. (UL1) 3. Observar como Maria é uma pessoa presente e atenta. (UL2)
	3º	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade. (UL2)
	4º	1. Aprender a ser verdadeiro. (UL1)
		2. Compreender a necessidade de restaurar as relações através do perdão. (UL3)
	8º	2. Relacionar os dados das ciências sobre o planeamento familiar com a interpretação cristã da realidade e da pessoa humana. (UL1)
		3. Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana. (UL3)
		4. Tomar consciência dos riscos das dependências. (UL3)
	9º	2. Compreender o valor da vida. (UL1)
		3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social. (UL1)
	Secundário	11. Conhecer a missão da Igreja face à vida política. 12. Conhecer a missão da Igreja face à vida política. (UL1)
		8. Perceber como a Palavra de Deus é fundamento e inspiração para o agir cristão. (UL2)
		9. Compreender a reflexão cristã acerca da vida moral. (UL2)
		10. Refletir sobre a importância das decisões no exercício de uma vida com sentido. (UL2)
		3. Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho. (UL3)
		12. Analisar as ameaças da atividade económica para os ecossistemas. (UL3)
		10. Analisar o contributo do diálogo à escala global nas relações da Igreja com o mundo e na construção da paz. (UL4)
		3. Verificar que a sexualidade humana é uma motivação combinada/mista. (UL10)
10. Re-avaliar as condições necessárias para as escolhas sexuais individuais. (UL10)		
11. Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo. (UL10)		
12. Conhecer a ética de vida aplicada à sexualidade. (UL10)		
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro		2º
	3º	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade. (UL2)
	7º	4. Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade humana. (UL4)
	Secundário	9. Compreender a necessidade de globalizar a solidariedade. (UL3) 21. Questionar-se acerca do papel dos cristãos num mundo plural e globalizado. (UL5)
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	4º	1. Tomar consciência da experiência humana da diversidade. (UL2)
	6º	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição. (UL3)
	7º	1. Compreender que a pessoa humana cresce e se desenvolve. (UL3)
		2. Identificar a etapa da adolescência como relevante na formação da personalidade e no desenvolvimento da vocação pessoal. (UL3)
		3. Conhecer as várias dimensões da personalidade humana. (UL3)
	8º	4. Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza. (UL4)
	Secundário	1. Explorar o conceito de política. (UL1)
		3. Compreender quais são as várias concretizações do conceito de política. (UL1)
		4. Enunciar os vários tipos de experiência política. (UL1)
		13. Determinar quais são os deveres do cristão perante a vida política. (UL1)
		1. Questionar-se sobre o significado dos conceitos de «ética» e de «moral». (UL2)
		2. Compreender o que é um valor moral. (UL2)
		3. Identificar as principais características dos valores morais. (UL2)
		4. Organizar uma hierarquia de valores. (UL2)
		5. Identificar as principais tipologias da ética. (UL2)
		6. Compreender a emergência dos valores no sujeito. (UL2)
		7. Reconhecer a existência de desigualdades sociais e da pobreza no mundo. (UL3)
		1. Conhecer o significado do conceito «civilização». (UL4)
		11. Descrever os elementos nucleares de uma tradição religiosa. (UL5)
		6. Compreender que há opções fundamentais na vida. (UL6)
7. Verificar a importância da fidelidade às opções fundamentais na procura do sentido da vida. (UL6)		
11. Destacar a edificação do Reino de Deus e a construção da história como consequência da identidade e missão da Igreja. (UL8)		
8. Discutir a problemática da erotização da sociedade e a sua influência nas escolhas sexuais pessoais. (UL10)		
9. Identificar comportamentos e situações de exploração sexual. (UL10)		

Quadro 11 - Foco de desenvolvimento intelectual e conceptual

Em relação à operacionalização e concretização prática do quadro conceptual oferecido pelos objetivos destacados no Quadro 11, podemos verificar no Gráfico 7 que é sobretudo na meta **O**. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo» que a operacionalização da responsabilidade social está pensada, existindo em todos os níveis de ensino objetivos que levam a essa prática; já a meta **M**. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano» é aquela em que os objetivos levam menos à operacionalização.

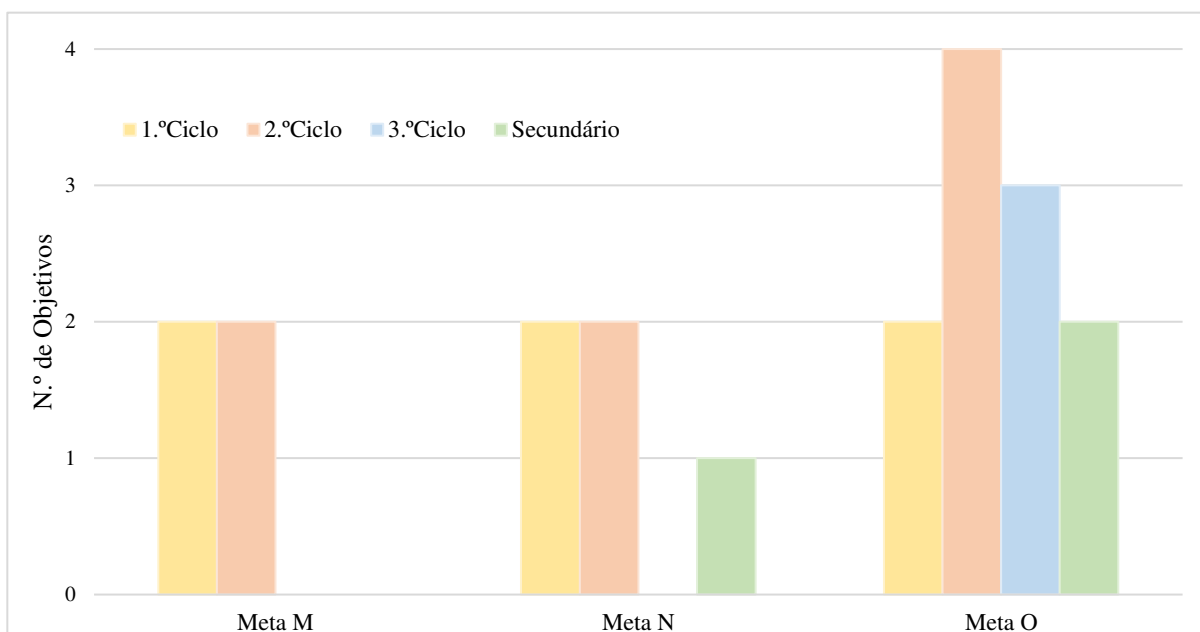


Gráfico 7 - Número de objetivos por nível de ensino do desenvolvimento prático e real

No Quadro 12 podemos observar os objetivos que pensamos poderem conduzir ao compromisso prático e à ação, levando os alunos à concretização no dia-a-dia daquilo que aprendem, permitindo aos alunos experimentar e sentirem-se a assumir a responsabilidade aos três níveis da responsabilidade social que elencamos neste relatório.

Já o Papa Paulo VI sublinhava a importância desta relação entre teoria e prática, pois não basta saber as verdades e as «regras», é preciso dar testemunho delas com a vida ao serviço de todos e da construção de sociedades justas e fraternas:

«Hoje, mais do que nunca, a Palavra de Deus não poderá ser anunciada e ouvida senão na medida em que ela for acompanhada do testemunho do poder do Espírito Santo, que opera na ação dos

cristãos ao serviço dos seus irmãos, justamente nos pontos onde se joga a sua existência e o seu futuro»¹⁸¹.

Meta	Ano de Escolaridade	Objetivo
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	3º	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade. (UL2)
	4º	1. Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas. (UL4)
	5º	3. Promover os valores do amor na vida familiar. (UL3)
	6º	5. Mobilizar o valor da vida na orientação do comportamento em situações do quotidiano. (UL2)
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	1º	2. Assumir atitudes de bondade para com os outros. (UL1) 2. Fomentar os valores do amor, da cooperação e da ajuda na vida familiar. (UL2)
	3º	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade. (UL2)
	5º	6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno. (UL4)
	6º	7. Valorizar a atitude de voluntariado. (UL3)
	Secundário	14. Mobilizar as capacidades e as competências pessoais em ordem à construção de uma economia mais justa. (UL3)
		22. Sublinhar a importância da corresponsabilidade cristã na construção do bem comum universal. (UL5)
	9. Desenvolver atitudes gratuitas e fundamentadas, no dom de si, como construtoras de sentido. (UL6)	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	1º	2. Promover atitudes de respeito pela vida na Terra. (UL4)
	3º	3. Identificar a ação que as crianças podem ter no mundo. (UL1)
	6º	7. Promover as condições para que cada um viva como a pessoa que é. (UL1)
		2. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens. (UL3)
		3. Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome. (UL3)
		4. Reconhecer o valor da solidariedade. (UL3)
	7º	6. Assumir comportamentos responsáveis em situações vitais no quotidiano que implicam o cuidado da criação. (UL1)
		2. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais relacionados com a falência da paz. (UL4)
	8º	5. Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade. (UL1)
	Secundário	2. Identificar as condições para uma relação entre política, ética e religião. (UL1)
8. Desenvolver uma atitude de denúncia acerca da pobreza. (UL3)		

Quadro 12 - Foco de desenvolvimento prático e real

3.2.3. Responsabilidade social na reflexão eclesial

Nesta última análise de conteúdo às metas escolhidas do programa de EMRC para este relatório iremos abordar a referência que as respetivas metas fazem aos documentos da Sagrada Escritura organizadas no Gráfico 8 e no Quadro 13, e aos documentos do Magistério da Igreja refletidos no Gráfico 9 e no Quadro 14. Nesta análise não pretendemos ser exaustivos, mas sublinhar e identificar os documentos que o programa refere para a abordagem das diferentes temáticas e em que nível de ensino são apresentados.

¹⁸¹ *Octogesima Adveniens (OA)*, n.º 51.

Assim, conforme se pode ver no Gráfico 8, são sobretudo os livros do Novo Testamento (NT) que são referenciados na abordagem da responsabilidade social, sobretudo no 1.º Ciclo e Secundário, uma vez que é sobretudo nestes livros que se encontram as referências à religião cristã, referências que refletem as escolhas de Jesus Cristo e a aceitação e implementação destas na vida das primeiras comunidades cristãs. Através destes textos os alunos poderão encontrar elementos, normas, exemplos escritos e descritos que os ajudarão na construção de identidades.

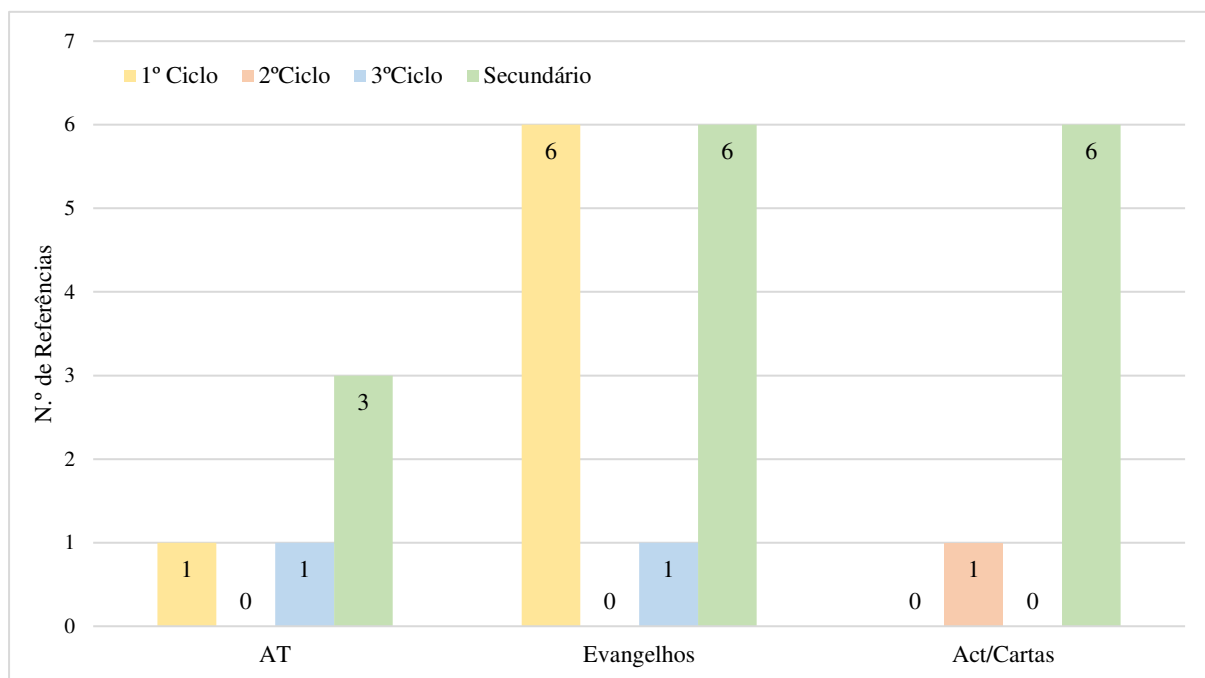


Gráfico 8 - Distribuição da referência da Sagrada Escritura por ciclos de ensino

No Quadro 13 procuramos sintetizar a análise que acreditamos poder fazer-se ao conteúdo e motivações destas escolhas, sendo sobretudo de carácter pedagógico. A utilização ou o recurso à Sagrada Escritura no 1.º ciclo parece-nos fazer sentido pelo facto de nestas idades ser uma mais-valia a apresentação das fontes originais da cultura cristã e da mensagem cristã, sobretudo no que se refere ao uso das passagens dos Evangelhos, onde Jesus surge como que a contar uma história ou a falar para os discípulos, hoje os próprios alunos. Pois desta forma, tal como no tempo de Jesus, falar com linguagens simples pode reforçar e tocar ainda mais os receptores da informação. Usar testemunhos da Sagrada Escritura como exemplos que ainda hoje fazem sentido, colocar os primeiros cristãos a falar de temas que ainda hoje são atuais pode ser, e é, uma estratégia com possibilidade de maior sucesso nestas idades.

Meta	Ano de Escolaridade	Documento da Sagrada Escritura	Palavras Chave
M	Secundário	- Gn 1,1-2.5	Criação
O	4º	- Sl 8,4-7	Dignidade da Pessoa
M	Secundário	- Is 2,4	Igreja-Mundo
N	Secundário	- Ez 36,26-27;	Sentido para a Vida: perdão
O	8º	- Dn 3,57-82	Louvor à Criação
M	Secundário	- Mt 7,24-27	Ética Cristã
N	Secundário	- Mt 25,14-30	Cultivar talentos
M	Secundário	- Mt 25,31-46	Ética Cristã
M	Secundário	- Mc 12,13-17	Igreja-Política
M	2º	- Lc 2,41-52	Testemunho
N	Secundário	- Lc 11,4	Sentido para a Vida: perdão
N	1º	- Lc 15,4-7	Bondade
M	3º	- Lc 16,19-25	Injustiça
N	3º	- Lc 16,19-25	Injustiça e solidariedade
N	Secundário	- Lc 18,18-22	Sentido para a Vida
M	2º	- Jo 2,1-11	Testemunho de Maria
M	9º	- Jo 10,11.14-15	Dignidade, igualdade, verdade
M	2º	- Jo 19,25-27	Testemunho de Maria
N	Secundário	- Act 2, 1-13	Igreja-Mundo
O	6º	- Act 2, 42-47	Solidariedade
N	Secundário	- 1Cor 9,16	Sentido para a Vida
N	Secundário	- 1Cor 12,7	Sentido para a Vida: carisma
N	Secundário	- 1Cor 13,1-12	Sentido para a Vida: amor
N	Secundário	- Gl 2,20	Sentido para a Vida
N	Secundário	- Fl 1,21	Sentido para a Vida

Quadro 13 - Referências dos documentos da Sagrada Escritura

Por outro lado, no secundário, retomar estas referências, fazendo já uma análise mais profunda e confrontando-as com documentos mais recentes, é uma forma de reforço e aprendizagem dos conteúdos culturais, de conhecer e reconhecer uma mensagem prolongada no tempo e, simultaneamente, colocar os alunos em contacto com a Sagrada Escritura, principal fonte de toda a ética e moral cristã, que leva ao crescimento na e para a responsabilidade social, sobretudo no que se refere a normas, condutas e leis universais, na construção de sociedades justas, missão de todo o cristão, qualquer que seja o século e a sociedade.

Em relação ao recurso dos documentos do Magistério da Igreja, conforme podemos verificar no Gráfico 9 e no Quadro 14, o programa só ao nível do Secundário é que propõe o recurso aos documentos do Magistério da Igreja de forma direta com a análise dos textos originais, talvez pela linguagem complexa em que muitas vezes estes documentos são escritos; no entanto podemos já referir que, não invalidando a linguagem um pouco densa, seria importante ir oferecendo aos alunos a possibilidade de contactarem com estes documentos, no qual o professor teria um papel fundamental na leitura dos próprios textos.

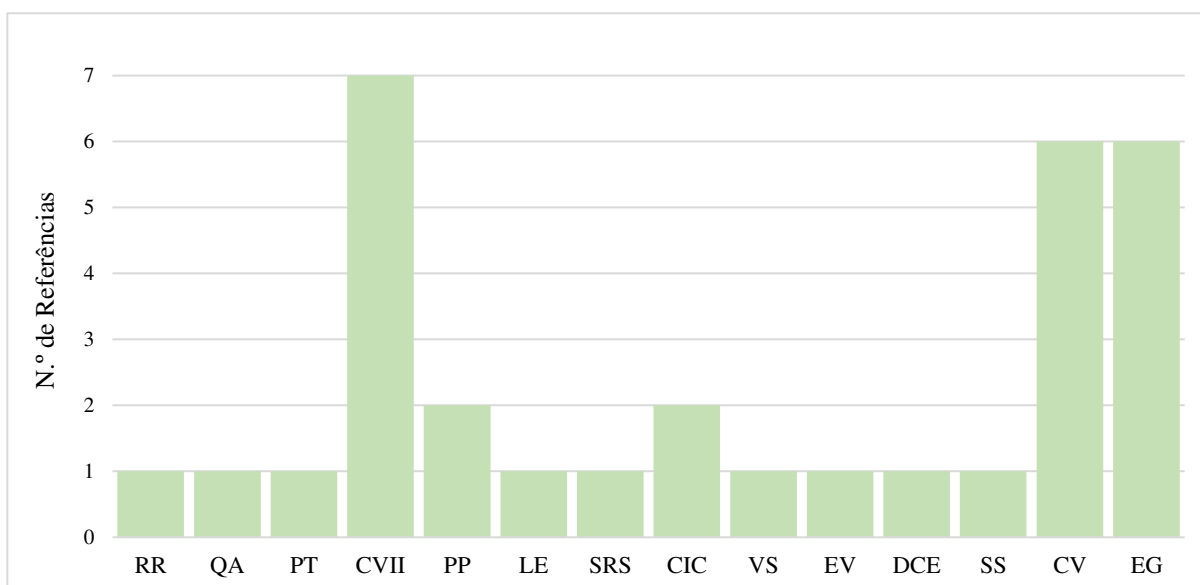


Gráfico 9 - Referências do Magistério da Igreja

Meta	Ano de Escolaridade	Documento da DSI	Palavras Chave
O	Secundário	- Rerum Novarum (RN)	Igreja-Trabalho-Ética
O	Secundário	- Quadragesimo Anno (QA)	Crises económicas e seus efeitos. Injustiças
M	Secundário	- Pacem in Terris (PT)	Igreja e construção da Paz
N	Secundário	- Concílio Vaticano II	Cultura diálogo
M	Secundário	- Gaudium et Spes (GS)	Igreja e construção da Paz
N	Secundário	- GS Cap. V, Parte II	Bem comum
N	Secundário	- GS 32,39	Sentido para a Vida: promoção dos outros
M	Secundário	- GS 42.44	Igreja-Política
N	Secundário	- GS 63-72	Desequilíbrio
O	Secundário	- GS 74-76. 89-90.93	Igreja-Política
N	Secundário	- Populorum Progressio (PP)	Desenvolvimento dos povos
O	Secundário	- PP 13	Humanização
M	Secundário	- Discurso Paulo VI à ONU, 4 Outubro 1975	Igreja e construção da Paz
N	Secundário	- Laborem Exercens (LE) 18	Dignidade do Trabalho
N	Secundário	- Sollicitudo Rei Socialis (SRS) 45-49	Sentido para a Vida: solidariedade
N	Secundário	- Catecismo da Igreja Católica (CIC) 1439	Sentido para a Vida: perdão
N	Secundário	- CIC 2426;	Desequilíbrio
O	Secundário	- Veritatis Splendor 71-82	Ética Cristã
N	Secundário	- Evangelium Vitae (EV) Cap.I	Desvios
M	Secundário	- EV 3	Mais frágeis
M	Secundário	- João Paulo II, Mensagem no XXXVIII Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro 2005.	Igreja e construção da Paz
O	Secundário	- Deus Caritas est (DCE) 28	Política e Ética
M	Secundário	- Spe Salvi (SS) 38-39	Sentido da Vida, ética cristã
M	Secundário	- Caritas in Veritate 6	Trabalho
O	Secundário	- CV 34	Política e Ética
N	Secundário	- CV 35-42	Globalização e Economia
M	Secundário	- CV 51	Responsabilidade
M	Secundário	- CV 63-64	Dignidade Trabalho
N	Secundário	- Evangelii Gaudium (EG) 1-3.9	Sentido para a Vida: alegria
N	Secundário	- EG 44	Sentido para a Vida: misericórdia
M	Secundário	- EG 169.177.181-182	Agir Cristão
O	Secundário	- EG 205	Política e Ética
M	Secundário	- EG 239-241,256	Igreja-Política

Quadro 14 - Referências dos documentos do Magistério da Igreja

Olhando agora um pouco aos documentos propostos pelo programa nas metas selecionadas, podemos afirmar que há uma preocupação em diversificar os documentos e, por outro lado, tocar toda a história da DSI, desde o seu nascimento com a *Rerum Novarum* até aos dias de hoje com a *Caritas in Veritate* e a *Evangelium Gaudium*, que, como também é compreensível, têm um peso maior dada a sua atualidade; no entanto chamamos a atenção para as referências que surgem aos documentos do *CVII*, que marcam uma viragem na história da reflexão da Igreja e de abertura ao mundo.

Desta análise podemos também sublinhar a preocupação que existe em procurar iluminar todos os temas e conteúdos do programa (por exemplo: economia, política, ética, moral, justiça e injustiça, pobreza e dignidade humana) com documentos do Magistério, levando os alunos ao conhecimento e constatação de que a Igreja não está à margem das problemáticas sociais, mas procura refletir, orientar e incentivar os cristãos ao compromisso real, não como opção mas como missão e dever de todos na construção de sociedades justas e realizadas.

De fora desta análise ficam alguns documentos que consideramos fundamentais ao desenvolvimento da responsabilidade social simplesmente por terem sido escritos já depois de o programa ter sido pensado; mas, como todo o processo de programação é flexível e adaptativo, todos estes textos podem e devem ser inseridos no desenvolvimento dos processos ensino-aprendizagem pela sua pertinência, nomeadamente os documentos do Papa Francisco, pastor tão atento a estas questões sociais e provocador de reflexões e atos concretos de compromisso.

Em jeito de síntese desta análise aprez-nos dizer que em traços gerais o programa de EMRC 2014 oferece todo um manancial de conteúdos, matérias e assuntos que levam ao desenvolvimento integral do aluno, oferecendo quer uma abordagem teórica quer a sua concretização prática. Contudo importa ter em consideração a operacionalização deste programa, ponto que abordaremos no final deste relatório, passando no próximo ponto a apresentar a prática da PES que desenvolvi e na qual pude, de certo modo, perceber que a

educação para a responsabilidade social é mais que a soma das partes, é mais que as metas aqui analisadas; é sobretudo um construir contínuo, um semear cada dia para que a colheita se realize, quando e onde for possível e ao ritmo de cada realidade.

CAPÍTULO III: EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMRC: A PES

Ao longo de todo este relatório temos vindo a fazer algumas referências à PES, articulando-a com a reflexão feita em cada ponto. No entanto, neste capítulo é nosso desejo aprofundar a PES, contextualiza-la e refleti-la à luz da temática aqui explanada.

1. O contexto da PES

Neste ponto do relatório iremos apresentar a realidade onde a PES se desenvolveu, a Salesianos de Manique-Escola, e a turma do 5.ºC que acompanhei e onde pude lecionar ao longo do ano.

1.1. Caracterização da escola: Salesianos de Manique, uma instituição com carisma

Começamos por localizar a Salesianos de Manique–Escola enquanto instituição particular com coexistência de contrato de associação com o Ministério da Educação e lecionação paga dedicada ao ensino de alunos do 2.º ciclo ao secundário¹⁸², instituição que apresenta como linha mestra de ação a promoção integral da pessoa abarcando todas as dimensões numa oferta educativa «caracterizada pelo espírito de família, pelo clima de alegria, pelo sentido de festa e pela participação criativa, utilizando o ambiente educativo, como veículo e proposta de valores»¹⁸³.

Esta escola «educa evangelizando e evangeliza educando, isto é, alia o desenvolvimento humano a uma chave de leitura cristã da realidade»¹⁸⁴. Numa oferta educativa alicerçada nos valores evangélicos, nas orientações do magistério da Igreja e nas orientações legislativas em vigor numa linha de coerência. Um processo com um estilo próprio, seguindo o «método pedagógico de S. João Bosco»¹⁸⁵, o chamado Sistema Preventivo. Um sistema que pretende

¹⁸² Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 4.

¹⁸³ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 3.

¹⁸⁴ Salesianos de Manique-Escola, «O Sistema Preventivo». Salesianos de Manique-Escola, 2014, acessado a 30 de outubro de 2017, <http://www.manique.salesianos.pt/comunidade-salesiana/hist%C3%B3ria/pastameteducativo/o-sistema-preventivo>.

¹⁸⁵ Salesianos de Manique-Escola, «O Sistema Preventivo». Salesianos de Manique-Escola, 2014.

valorizar a cultura e o trabalho, pelo qual a pessoa é olhada segundo o humanismo cristão, tendo como finalidade última a experiência da Transcendência, visível e reconhecida no acolhimento, gestos e ações de todos quantos rodeiam os alunos¹⁸⁶. Assim, se «valoriza a “personalização” das relações educativas mediante a presença dos educadores no meio dos alunos, a sua participação na vida dos jovens e a sua disponibilidade para estar com eles»¹⁸⁷.

Este desafio está claramente de acordo com os princípios da ação educativa salesiana: centralidade do aluno; ambiente educativo marcado pelo espírito de família; proximidade educativa; corresponsabilidade e participação; critério preventivo; igualdade; qualidade de ensino e das aprendizagens¹⁸⁸.

Efetivamente, todos estes princípios confluem para a promoção em simultâneo do desenvolvimento integral de cada aluno e de todos eles. Sendo assim, a Salesianos de Manique-Escola situa-se entre duas vertentes da educação: a dimensão de desenvolvimento da personalidade e da socialização, sob a forma do sistema preventivo de S. João Bosco, que pretende dar prioridade às experiências positivas, prevenindo-se as negativas, com o intuito de desenvolver as potencialidades da pessoa em favor do «bem comum».

Na construção destas duas linhas de abordagens educativas, os princípios propostos pelo Projeto Educativo coincidem com aqueles que devem ser, segundo Arends, os pressupostos do ensino¹⁸⁹: o conhecimento deve ser construído ativamente através das dimensões social e pessoal, assim como, paralelamente, a necessidade de que todos os alunos percebam como aprender. Esta comunhão de princípios pode ser sublinhada através da promoção de «valores e atitudes que privilegiam a construção da dignidade individual e do respeito pelo social»¹⁹⁰.

Uma outra marca da educação segundo S. João Bosco prende-se com a convicção que ele tinha de que «A educação é uma questão de coração», numa escola onde o coração, os afetos e

¹⁸⁶ Cf. Salesianos de Manique-Escola, «O Sistema Preventivo».

¹⁸⁷ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 4.

¹⁸⁸ Cf. Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 4.

¹⁸⁹ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 17.

¹⁹⁰ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 7.

o amor são o lema e bússola de todo o processo de ensino-aprendizagem. Pois só o amor é que pode transformar a vida e dar-lhe uma visão positiva e otimista sobre o processo; mesmo nas dificuldades, o amor motiva, dá força para avançar, num caminho de crescimento pessoal, social e espiritual.

1.2. Caracterização Demográfica da Salesianos de Manique-Escola

Partindo do Plano de Desenvolvimento Curricular dos Salesianos de Manique-Escola¹⁹¹, esta está inserida num contexto territorial de grande diversidade social e cultural, sendo que os alunos são provenientes de diversos meios sociais, quer de bairros de realojamento, com tudo que lhes é característico, quer de condomínios e moradias de classes socioeconómicas médio-alto. Mediante a observação ao longo da PES, podemos constatar que a população escolar é bastante heterogénea, tendo a sua origem em distintas realidades culturais e sociais. Diante destes diversos contextos socioeconómicos, verifica-se que habita nesta Escola o que Arends chama «sociedade multicultural»¹⁹². Assim, perante esta realidade, torna-se relevante e fundamental a tentativa e desejo de se criar um ambiente de «escola-comunidade [implicando a] criação de uma comunidade que envolve os alunos, os pais e os educadores, em clima de família»¹⁹³. Na verdade, «são necessárias ações a nível escolar, para tornarem o ensino mais recetivo a alunos com origens diferentes ou necessidades especiais»¹⁹⁴.

Um outro dado relevante para situar a escola é o facto de esta receber diversos alunos ao abrigo do contrato de associação celebrado com o Ministério de Educação, e ao mesmo tempo receber alunos com lecionação paga. Esta comunhão de alunos provenientes de meios sociais e

¹⁹¹ Salesianos de Manique-Escola, «Plano de Desenvolvimento Curricular», Salesianos de Manique, 2016/2017, acedido a 30 de outubro de 2017, http://www.manique.salesianos.pt/docs/default-source/default-document-library/20170212_pdc_2016_2017.pdf?sfvrsn=2.

¹⁹² Arends, *Aprender a ensinar*, 8.

¹⁹³ Salesianos de Manique-Escola, «Projeto Educativo de Escola», 8.

¹⁹⁴ Arends, *Aprender a ensinar*, 81.

culturais diferentes permite um aprender a viver juntos, formando uma escola inclusiva, acolhedora, integradora e construtora de um humanismo solidário¹⁹⁵.

Referindo-me ao meu enquadramento nesta realidade, num primeiro momento o local Salesianos de Manique-Escola foi, internamente, para mim um choque, primeiro por ser uma instituição privada; tendo eu apenas a experiência de lecionar em colégios privados, esperava ir desenvolver a PES num ambiente de escola pública. Por outro lado, tudo quanto sabia é que era uma instituição de ensino considerada como muito boa, com excelentes professores e de uma exigência grande, uma instituição enorme, centenas de alunos, carisma salesiano como base, muito dinâmicos na sua forma de agir com os alunos... estaria eu à altura deste desafio? – questionava-me. Mas estes medos iniciais deram, aos poucos, lugar a uma atitude de gratidão: se esta é uma instituição de referência só tenho que olhar como uma mais-valia, como uma oportunidade para aprender com outros a aceitar que não sei tudo e que por isso estou na PES. Do receio inicial ficou este desejo de aproveitar ao máximo a hipótese que me estava a ser dada de aprender ainda mais. Seja a nível pedagógico em ambiente de sala de aula, seja a nível dos intervalos, dos recreios, das atividades não letivas. O campo estava aberto, pensei, agora tudo dependia de mim.

Ao longo do tempo da PES esta imagem inicial foi dando lugar à realidade: ir semana após semana tornou-se um ritual, esperar surpresas, investir na flexibilidade, acolher as mudanças, adaptar-me a ritmos tão diferentes dos meus. Não foi fácil, mas com o tempo fui aprendendo a relativizar e a não esperar dos outros o que imponho a mim própria, manter semana após semana os trabalhos em dia, planificar com tempo, refletir cada aula no mais breve espaço de tempo para que cada pormenor ficasse registado. Contudo, por outro lado, começava a ser real que o tempo de permanência na Escola era muito curto para podermos adquirir, entrar na cultura da Escola, estabelecer laços com outros docentes, participar naturalmente na vida da

¹⁹⁵ Rosário Carneiro, «Uma Escola Católica aberta a todos - desafios e novos caminhos» (Comunicação, Jornadas da Escola Católica *Forum Novos Desafios para Escolas católicas*. Lisboa, 25 de novembro, 2017, <http://www.educris.com/v3/escolas-catolicas/7469-direto-uma-escola-catolica-aberta-a-todos---desafios-e-novos-caminhos>).

Salesianos de Manique-Escola; por isso tive que assumir a passagem como isso mesmo, uma passagem onde se realiza a função de estagiários e pouco mais se pode fazer. O tempo entre as aulas, o tempo entre trabalho de par pedagógico e trabalho de núcleo de PES; o tempo entre aula e avaliação da mesma ocupa todo o tempo que se passa na instituição. De qualquer forma, fui aproveitando cada momento, mesmo que breve, para estabelecer conversa com outros que vão passando, um café que se toma, os intervalos em que se vai ao encontro dos alunos que brincam e se mete conversa. Mas a sensação que fica é que o tempo é curto e não se deixa de ser um estranho numa escola em que o Espírito de Família se sente.

1.3.Caracterização da turma

Antes de iniciarmos a caracterização da turma, é importante fazer uma abordagem à psicologia desta idade, para depois se poder efetuar uma caracterização baseada nestes elementos do desenvolvimento dos alunos.

O desenvolvimento intelectual dos alunos do 5.º ano, segundo os estádios de desenvolvimento de Piaget, encontra-se no terceiro estádio que corresponde ao operatório ou das operações concretas. Como tal, na sua forma de pensar e descobrir soluções os alunos desenvolvem maior atividade perante as coisas concretas; e, assim, os conceitos abstratos são, nesta idade, mais difíceis de serem entendidos, desafiando os agentes educativos a encontrar exemplos mais concretos e do seu mundo real, para deste modo os ajudar a aprender melhor, indo ao encontro do seu estádio cognitivo¹⁹⁶. Para Vygotsky, concretizar pode significar oferecer estímulos na ordem da cultura, através do desenvolvimento de atividades socioculturais, pela utilização de símbolos e pelos exemplos do contexto social e histórico em que se inserem levando-os a estádios de pensamento mais elevados, trabalhando desta forma nas «zonas de desenvolvimento proximal» que nesta idade estão em pleno¹⁹⁷. Também Bruner, afirma que, se antes de se ensinar se tiver em conta a motivação, a estrutura, a sequência e o

¹⁹⁶ Cf. Cristina de Sá Carvalho, *Curso de Psicologia*. (Lisboa: SNEC, 2004), 25-30.

¹⁹⁷ Cf. Carvalho, *Curso de Psicologia*, 30-33.

reforço, o aluno adquirirá muito melhor o conhecimento. O importante é descobrir e ir ao encontro dos interesses dos adolescentes, investindo no reforço, na progressão da dificuldade¹⁹⁸.

Em relação ao desenvolvimento pessoal e social, Erikson sublinha que as crianças se desenvolvem, e desenvolvem a sua personalidade, muito através das suas relações significativas e das resoluções de crise¹⁹⁹. Como tal, neste estágio, os alunos conhecem-se através das diferentes atividades e propostas que vão conseguindo realizar com ou sem êxito, e é este ultrapassar muitas vezes das crises que os faz crescer e desenvolver, e os torna capazes de acreditar em si próprios e nos outros. Desenvolvimento que, nesta idade, se faz muito em conjunto com outros, no estabelecimento de relações significativas²⁰⁰. Assim, a missão dos professores enquanto educadores é proporcionar oportunidades para que os alunos adquiram «relações significativas»²⁰¹ em ordem a um progresso e desenvolvimento pessoal e social.

No que concerne ao desenvolvimento moral das crianças nestas idades, coloca-se o enfoque em Piaget, para quem os alunos nestas idades passam por duas etapas fundamentais, nomeadamente, a heteronomia moral e a autonomia moral que se apresentam como dois opostos: ou se revelam muito egoístas moralmente, muito centrados sobre si próprios ou então são capazes de um dar-se sem medida e sem esperar nada em troca²⁰². Por outro lado, é nestas idades que começam a saber resolver problemas no seio dos grupos aos quais pertencem e adquirem uma autonomia moral de cooperação sem que lhes seja pedido ou sugerido²⁰³. Aos professores cabe a função de oferecer aos alunos referências entre o bem e o mal, para que os adolescentes possam saber escolher, aprender a respeitar opiniões contrárias às suas, referências que, segundo Kohlberg, podem passar por histórias ou dilemas morais²⁰⁴.

¹⁹⁸ Cf. Carvalho, *Curso de Psicologia*, 33-34.

¹⁹⁹ Cf. José Tavares, *et al.*, *Manual de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem* (Porto: Porto Editora, 2007).

²⁰⁰ Cf. Pierre Vayer & Charles Roncin. *Psicologia Atual e Desenvolvimento da Criança* (Lisboa: Instituto Piaget, 1993).

²⁰¹ Vayer & Roncin. *Psicologia Atual*.

²⁰² Cf. Carvalho. *Curso de Psicologia*, 44-45.

²⁰³ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Sereis o meu povo: Guia do Catequista* (Lisboa: SNEC, 2011), 15-27.

²⁰⁴ Cf. SNEC, *Sereis o meu povo*, 15-27.

O desenvolvimento motor e físico, nesta idade, está em alta, principalmente porque ao nível hormonal o corpo sofrerá grandes mudanças; por isso é normal que os alunos demonstrem grande necessidade de movimento, pois são extremamente ativos e enérgicos e parece que nunca se cansam. Têm, por norma, excelente saúde e apreciam as atividades ao ar livre. A sua vida é animada pelo desejo de aventura e atividade. Tal como nas outras dimensões, estão a crescer rapidamente no domínio do corpo, o que ocorre por «saltos», e é descontínuo, combinando momentos de grande crescimento físico e outros de maior acalmia. Um ganho importante é o da coordenação motora, tanto no grande movimento global do corpo (motricidade grossa) como no movimento de precisão (motricidade fina). Dadas estas características, é importante que o professor tenha em conta as estratégias a utilizar, procurando que estas impliquem movimento, alternem entre tempos de silêncio e atenção à exposição e momentos em que se possam movimentar e expressar corporalmente.

No que se refere ao desenvolvimento religioso, nesta idade a criança manifesta o desejo de saber «coisas» sobre a fé, Deus, Jesus e a Igreja. Como a sua capacidade de interiorização cresce, o seu pensamento é mais organizado e a memória mais poderosa, e vão descobrindo os atributos mais subjetivos de Deus: bondade, força, justiça. Nesta idade já conseguem entender muitos conceitos bíblicos e aplicar às suas existências princípios de vida que a Bíblia ensina, quando lhes são explicados no quadro de referência das suas experiências quotidianas²⁰⁵.

Partindo, então, deste contexto do desenvolvimento dos alunos nesta faixa etária, passa-se à caracterização da turma na qual se realizou a PES, redigida com base na caracterização disponibilizada pela Diretora de Turma²⁰⁶.

A turma do 5.ºC, onde decorreu a prática, é composta por vinte e sete alunos²⁰⁷, sendo treze raparigas e catorze rapazes. Até dezembro de 2017, vinte e seis alunos tinham dez anos e um aluno contava onze anos de idade.

²⁰⁵ Cf. SNEC, *Sereis o meu povo*, 15-27.

²⁰⁶ Ver Anexo II.

²⁰⁷ É de referir que na segunda semana do 3º Período entrou um aluno novo vindo da França; contudo para esta caracterização não se obtiveram informações concretas para se proceder à alteração. É possível, no entanto, que por vezes se faça

Relativamente às habilitações literárias dos membros do agregado familiar, seis alunos revelam que os pais terminaram um curso superior, havendo um aluno que referiu que o pai é detentor de um mestrado. Três alunos não referiram a escolaridade dos pais, sendo que sete referiram que o pai concluiu o ensino secundário, e nove não concluíram a atual escolaridade obrigatória, dos quais um ficou pelo 2.º ciclo. Quanto à escolaridade das mães, onze concluíram uma licenciatura, uma o bacharelato, nove a escolaridade obrigatória, duas o 3.º ciclo e uma o 1.º ciclo. De duas mães não se obteve informação. Tendo como pressuposto esta escolaridade dos pais dos alunos, a maioria pertence à classe média-baixa. No que se refere à participação dos pais na vida-missão da escola pode afirmar-se que na primeira reunião de pais promovida pela Salesianos de Manique-Escola, de um total de presenças de 82% no universo dos doze anos de ensino, a turma do 5.ºC teve a participação de 88,9% dos pais/mães, podendo-se considerar uma representatividade muito positiva, sabendo contudo que se trata dum primeiro contacto dos pais com a escola, pois os seus filhos/educandos encontram-se no primeiro ano do 2.º ciclo, tendo entrado este ano para a Salesianos Manique-Escola, pelo que esta percentagem de presenças pode ter algum peso relativo.

Em relação à composição do agregado familiar, catorze alunos mencionam ter um irmão, seis têm dois irmãos e um refere ter três irmãos, e três alunos são filhos únicos. Este dado de cariz social foi identificado no decorrer da PES pela forma como os diferentes alunos iam reagindo às tarefas que envolviam relação com outros, pois, sendo na maioria alunos com hábitos de convivência com pares na própria família, pode ser um dado de abertura à relação facilitada com outros, facto que se foi verificando ao longo do ano.

A turma do 5.ºC é composta por alunos que estão ao abrigo do contrato de associação. Alguns alunos vêm de famílias com dificuldades económicas e que a Salesianos de Manique-Escola apoia, sendo que 3 alunos beneficiam de apoio social escolar.

referência a este dado ao longo da caracterização da turma, principalmente em relação ao comportamento/atitudes dos alunos mais do que nos dados estatísticos referidos.

Este dado de caracterização social foi relevante para a caracterização da turma e sobretudo para a escolha das estratégias a usar na PES e na forma de abordar alguns conteúdos; sendo uma turma de contrato de associação, isto implica a existência de uma heterogeneidade de estatuto social, fator que se verificou na forma como alguns alunos foram reagindo às atividades e partilha de vida/situações e experiências. A heterogeneidade da turma era um constante desafio à forma de abordagem de temas, mas ao mesmo tempo uma mais-valia para o enriquecimento experiencial dos alunos, pois a diversidade é riqueza, é variedade.

Relativamente a questões de saúde identificadas, assinala-se que existem quatro alunos com perturbação de hiperatividade e com défice de atenção, estando medicados por esse motivo; dois com dislexia e disgrafia e dois com dificuldades visuais.

No que se refere ao percurso escolar dos alunos, registam-se dois alunos com retenção no 1.º ciclo. Quatro alunos são abrangidos pelo DL n.º3/2008 de 7 de janeiro, sendo que a escola deve procurar responder às necessidades específicas de cada aluno de forma a promover o sucesso escolar e a inclusão de todos, através de estratégias educativas individualizadas e personalizadas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos. A existência destes alunos que exigem mais atenção por parte dos professores foi fonte de estímulo e aprendizagem na oferta quase que personalizada de atenção a todos, destacando-se em especial os momentos de execução de tarefas individuais que implicavam da parte dos estagiários uma redobrada atenção de acompanhamento individualizado na execução das tarefas, assim como nas propostas de avaliação sumativas (como fichas de avaliação); este fator foi também tido em conta na hora de planificar trabalhos de grupos (sejam eles em duplas ou trios), na medida em que se procurava estabelecer os grupos tendo em conta a interajuda que uns podiam dar a outros. Em relação à prestação académica da turma ao longo da PES, esta manifestou-se sempre muito interessada, motivada para as atividades e com vontade de

aprender; em termos de resultados, na sua maioria foram muito positivos, reflexo do empenho que sempre manifestaram nas aulas.

No que se refere ao comportamento, pode ser considerada uma turma alegre e agitada em momentos de trabalhos de grupos, jogos e dinâmicas mais interativas, mas ao mesmo tempo tranquila, atenta e respeitadora de ambientes de silêncio, reflexão ou trabalho individual.

No que se refere à ocupação dos tempos livres, vinte e quatro alunos indicaram que na televisão o que mais gostam de assistir é desenhos animados; doze alunos fizeram referência a filmes, nove alunos manifestaram gostar de ver desporto, e os outros distribuíram-se por documentários, telenovelas, concursos e telejornal. Em relação ao computador, dezoito alunos manifestaram que o usam para jogos de diversão, treze para navegação na internet, doze referiram que usam o computador para realização de trabalhos e dez para jogos didáticos. Em relação a outras atividades de ocupação dos tempos livres, vinte e cinco referiram o brincar, quinze praticar desporto e ajudar os pais; treze ouvir música; dez manifestaram gostar de ler e quatro referiram sair com amigos e praticar uma religião. A partir desta informação, obtém-se a «fotografia» típica desta faixa etária, com uma necessidade ainda grande de ocupar os seus tempos livres com brincadeiras e atividades típicas da pré-adolescência; e, por outro lado, na hora de se falar de gostos ou interesses pessoais estas atividades vinham ao de cima, reforçando o desenvolvimento da identidade pessoal e, enquanto turma, notando-se o agrupamento entre pares por focos de interesse. Este dado pode, de certo modo, ser confirmado pela forma como os alunos usavam o tempo do intervalo, procurando realizar atividades relacionadas com os seus gostos e interesses, verificando-se ainda muita divisão entre brincadeira de rapazes e raparigas em separado.

Dos vinte e sete alunos, dezassete referiram que têm uma prática desportiva regular sendo que quatro têm atividade relacionada com dança; dois praticam futsal; dois praticam simultaneamente surf e natação; dois frequentam natação; dois praticam futebol; dois frequentam simultaneamente pilates e dança jazz; e um, patinagem artística; um, ginástica; um,

karaté. Desta forma pode-se afirmar que os alunos, na sua maioria, estão habituados a conviver com regras e crescem em ambientes de competição que os ajudam a encarar a diversidade, as vitórias e os fracassos, oferecendo-lhes situações para encarar dificuldades e ultrapassar barreiras desde novos; contudo esta aprendizagem que se esperava nem sempre foi visível nas atividades que implicavam alguma competição entre si, pois nota-se algum mal-estar diante da derrota, por insignificante que pudesse ser.

Em termos de espaço de sala de aula do 5.ºC, esta tornou-se um pouco exíguo para o número de alunos da turma. Inicialmente a disposição das mesas dos alunos em «U» aproximava muito os mesmos entre si; o que não favorecia a circulação do professor pela sala nem a realização de trabalhos de grupo; porém com a alteração da disposição das mesas para «trios» por filas, melhorou o espaço de circulação, assim como a disposição em «duplas» em algumas sessões, o que, se por um lado agilizava a passagem entre as mesas, por outro facilitava o trabalho em pares pedagógicos de interajuda. Apesar das dimensões um pouco reduzidas, a sala tem boa iluminação e um ar acolhedor, existindo um *placard* em toda a largura da sala, onde materiais tidos como importantes eram colocados, desde conteúdos de organização prática como calendário de testes/atividades, matrizes de fichas de avaliação, até registos fotográficos, certificados fazendo memória de vivências ao longo do ano.

2. Caminhos traçados: experiência docente

A farsquia era alta no início da lecionação: os primeiros tempos foram de começar a sonhar com o ano iniciado, começar a preparar materiais, organizar portefólio, estruturar e adaptar as planificações que eu tinha feito no ano anterior para a unidade curricular de Currículo, Planificação e Avaliação.

A expectativa de lecionar a primeira aula era enorme, um medo, uma insegurança que parecia bloquear toda a experiência já adquirida até aqui, o estigma da ser uma aula observada, o não domínio da situação, o desenvolvimento dos alunos levaram-me a encarar este tempo sem

à-vontade, mas simultaneamente ouvia uma «voz» que me dizia que era importante não bloquear, porque tudo é um processo de aprendizagem, e precisava de encarar como um terreno de treino, onde não estaria sozinha.

Enfrentar mudanças de última hora, adaptar estratégias em pleno decorrer das aulas, escolher prioridades quando o tempo planeado para uma dinâmica é diferente do real, quando os alunos necessitam de mais tempo para a realização das tarefas, quando o interesse pelo que se está a desenvolver leva à exploração de outros assuntos comprometendo dinâmicas seguintes.

A utilização de diferentes estratégias e dinâmicas obrigou, como ficou dito, a mudanças da disposição da sala de aula, e, se por um lado houve abertura por parte do Professor Cooperante e acolhimento positivo por parte dos alunos, por outro a reduzida área da sala não facilitou grandes alterações; contudo, se num primeiro momento do período os alunos estavam dispostos um «U», o que poderia facilitar o contacto visual com todos e entre si, a quantidade de carteiras impossibilitava a disposição e, como tal, continuavam mesas no centro da sala e com espaço muito reduzido entre estas «ilhas» e o «U». Na primeira mudança ocorrida por elaboração de trabalho de grupo, a disposição passou a filas de três carteiras o que, para além, de aumentar o espaço de circulação do professor, também se tornou uma mais-valia para a dinâmica da turma. Esta situação ajudou-me a entender que é necessário equilíbrio entre o ideal e o real, pois, se por um lado a disposição da sala em «U» seja o ideal para uma maior intervenção dos alunos, em certos casos é necessário adaptar e olhar o espaço real que existe, arriscando mudanças de acordo com os objetivos das aulas ou do trabalho a realizar.

Foi para mim um desafio aceitar que não sou eu que controlo o processo, mas é todo um conjunto de fatores externos ao meu desejo, como atividades de escola que ocupam aulas que eram supostamente de conteúdos, quando a planificação trimestral e de aula está em constante adaptação dando a sensação de que o tempo não vai chegar para tudo e é necessário fazer novas escolhas, sem deixar o essencial de fora.

Aprender que liderar uma sala de aula não é tarefa fácil e, quanto mais se deseja estar atento a tudo, mais pormenores nos escapam; não é fácil lecionar para um todo e estar atento às partes e ainda obter informações para o registo da atitude dos alunos. Daí a importância de trabalhar em pares e saber aproveitar a oportunidade de estarmos dois estagiários que nos podemos complementar; mas ao mesmo tempo começar a fazer a experiência de fazer escolhas de dar atenção a determinados alunos por aula, de forma a que todos possam ser avaliados no dia-a-dia. Uma outra aprendizagem que fui fazendo ao longo da PES foi a de procurar diversificar as estratégias e ter sempre como que uma surpresa em cada aula para os alunos de forma a tê-los motivados.

Construir os instrumentos de avaliação, ficha de avaliação, matriz e correção da mesma levou-me a compreender a dificuldade de se criar um instrumento justo, equilibrado e claro, tendo como preocupação a diversidade de alunos que compõem a turma e as suas necessidades, especialmente os alunos avaliados ao abrigo do DL n.º3/2008 de 7 de janeiro:

«A educação deve promover intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da aprendizagem ao longo da vida. O perfil do aluno prevê domínio de competências e saberes que sustentem o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e valorizar a educação ao longo da sua vida»²⁰⁸.

Como tal é fundamental desde o princípio dotar os alunos de ferramentas com as quais possam ser autores e atores do seu próprio desenvolvimento e planeamento do mesmo.

A arte de educar revelou-se exigente, e, se por momentos parecia tudo correr bem, a gestão dos tempos, dos compromissos e da vida pessoal e profissional nem sempre foi tarefa fácil; gerir sonhos e realidades, medos e potencialidades é sempre uma aprendizagem.

²⁰⁸ Direção Geral da Educação (DGE), «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória», DGE. 26 de julho de 2017, acessado a 15 outubro de 2018.
www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. 13.

3. A responsabilidade social na PES

Procurando agora fazer alguma reflexão sobre a temática deste relatório e a prática da PES, iremos fazer uma breve contextualização das UL que lecionei e delas partir para a articulação com as diferentes dimensões que a responsabilidade social pode adquirir e de que forma o programa do 5.º ano propõe e desenvolve os conteúdos em ordem à educação da responsabilidade dos alunos, podendo ou não estarem presentes as metas analisadas.

A UL1 «Viver Juntos», embora não contenha as metas **M**, **N** e **O**, propostas para análise neste relatório, pareceu-nos desde logo fundamental para a complementação de todo o processo de ensino-aprendizagem e, em especial, pelo reforço que oferece às metas em questão.

Olhando cada uma das metas curriculares propostas para a UL1, pode-se perceber a articulação com a temática em abordagem. A meta curricular **B** afirma que o aluno tem de ser capaz de «construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história», enquadrada no Domínio 1 «Religião e Experiência Religiosa». Esta meta é transversal a todos os ciclos de ensino, não estando presente nas UL1, 2 e 8 do secundário. Pretende-se que o aluno valorize a mudança como condição do crescimento humano, fator que contribui para a compreensão e vivência das mudanças que ocorrem ao longo da vida. A nível religioso, incita os alunos a olharem para Abraão como modelo de pessoa em caminho, em quem as mudanças fizeram crescer. Pretende-se com esta UL que os alunos valorizem a diversidade dos membros de um grupo como fator de enriquecimento, partindo da realidade de grupos de pertença de cada aluno de forma a estes entenderem a importância das escolhas dos grupos de acordo com critérios éticos, regras e características dos grupos, fundamental para o desenvolvimento do nível a que chamamos de «responsabilidade pessoal», em especial da dimensão moral e social, assim como da «responsabilidade comunitária» reforçando e alicerçando o compromisso a nível micro e meso.

A meta curricular seguinte é a **F**, que refere que o aluno tem de ser capaz de «conhecer a mensagem e cultura bíblica», meta enquadrada no Domínio 2 «Cultura Cristã e Visão Cristã da

Vida», e não está presente nos 6º, 7º, 9º anos de escolaridade e na UL1, 3, 7, 8 e 9 do secundário. Partindo de alguns textos bíblicos procura-se levar os alunos a interpretarem a Aliança que Deus fez e faz com toda a humanidade, e dela aprenderem com Deus a comprometer-se na vida com outros de forma generosa e desinteressada. Meta fundamental para o desenvolvimento da responsabilidade social, principalmente no que diz respeito à apresentação de exemplos e testemunhos cristãos, assim como para a base da aquisição duma cultura religiosa e da cultura cristã que se pretende na dimensão religiosa da «responsabilidade pessoal», em especial para o desenvolvimento da meta **M**. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano».

A meta curricular que se segue é a meta **P**, que afirma que o aluno deve ser capaz de «identificar o fundamento religioso da moral cristã», do Domínio 3 «Ética e Moral», meta que não está presente no 3º, 4º, 6º, 7º, 9º anos de escolaridade, e no secundário só está presente na UL4 e 10. A última meta proposta é a meta **G**, que refere que o aluno tem de ser capaz de «identificar os valores evangélicos», do Domínio «Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida», que está presente em todos os anos de ensino à exceção do 1.º e 3.º anos de escolaridade. Estas duas metas, juntas, pretendem levar os alunos a reconhecerem as implicações da aliança na vida quotidiana, e para isso apresentam-se os valores essenciais à vivência em grupo e respetivas regras com consequências negativas quando não vividas. Através da construção de uma aliança de convivência no seio da turma e da escola deseja-se que os alunos valorizem a aliança como fator facilitador da relação entre todos.

O que esta meta trabalha neste nível de ensino é um grande reforço do desenvolvimento da responsabilidade social, uma vez que operacionaliza uma atitude de compromisso que leva os alunos, em concreto, a sentirem-se a assumir atitudes de responsabilidade perante os outros, quer ao nível micro (amigos/pares) quer numa abertura à realidade envolvente almejada pela meta **O**. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo».

Nesta hora gostaríamos de sublinhar o que o Papa Bento XVI reflete sobre a realidade do viver juntos com outros:

«De natureza espiritual, a criatura humana realiza-se nas relações interpessoais: quanto mais as vive de forma autêntica, tanto mais amadurece a própria identidade pessoal. Não é isolando-se que o homem se valoriza a si mesmo, mas relacionando-se com os outros e com Deus, pelo que estas relações são de importância fundamental» (CV, 53).

E assim constatar que esta realidade é a força que a UL adquire em todo o processo de ensino-aprendizagem, unidade que lhes apresenta o ser humano em relação, num contexto de imagem e semelhança de Deus, das suas alianças.

Numa análise mais prática, sendo a primeira UL a ser lecionada no 5.º ano de escolaridade, e dada a sua especificidade e conteúdos a trabalhar, parece-me muito importante e contextualizada no tempo, uma vez que os alunos acabaram de chegar a um ciclo novo, muito provavelmente numa nova escola, numa nova comunidade educativa, com novos colegas e novos professores.

Sendo assim, começar pela abordagem da importância do crescer envolvido por outros (sejam eles colegas ou adultos), e levar os alunos a perceber o valor da mudança e sabê-la enquadrar como fator de crescimento interior e exterior é fundamental e muito pertinente. Abordar e falar da importância dos grupos, do saber escolher, assumir regras e identificar-se com os grupos, alargando as redes de relações interpessoais nesta altura da vida é um fator de mais-valia para o crescimento integral e harmonioso das crianças.

É fundamental para os alunos o refletir sobre o seu crescimento, envolvendo não só as aprendizagens académicas mas principalmente as transformações e o amadurecimento pessoal, de forma a contribuir para a educação integral que os prepara para a vida em sociedade, que abrange e integra sempre as relações interpessoais; e quanto mais estas forem abordadas com os alunos, levando-os a perceber a sua importância e o modo de gestão das mesmas, melhor pode ser o crescimento ao nível da maturidade humana e espiritual.

Olhando para a estrutura desta UL, pode-se afirmar que está bem organizada, uma vez que parte da realidade pessoal dos alunos para a realidade mais alargada da turma, oferecendo-lhes sentido de corpo e proporcionando aprendizagens conjuntas tais como: regras, escolhas que são necessárias realizar, critérios de seleção, chamando a atenção para os compromissos necessários para se viver em grupo.

Neste contexto de grupos e relações humanas surge no programa a temática da Aliança Divina com a humanidade, Deus como referência de relação com o seu povo, Deus que escuta e estabelece uma relação filial com a humanidade, abrangida pelas duas personagens bíblicas de referência nas Alianças de Deus: Abraão e Moisés. Alianças de compromisso eterno e de atenção e amor incondicional, mesmo quando o povo é infiel, quando esquece tudo quanto Deus faz por ele.

Deste modo, e com este conteúdo, os alunos podem encontrar Deus como referência nas suas relações, nos grupos onde estão inseridos, na escola e na sociedade que os envolve. Deus torna-se para os adolescentes referência de aliança, de compromisso e de quem caminha junto com todos e cada um. No dia-a-dia dos alunos, principalmente no meio escolar, estes percebem a importância e a riqueza de «viver junto» com outros, de se estabelecerem laços de amizade e companheirismo, numa construção de uma sociedade mais justa e de interajuda, tornando os percursos escolares mais ricos e numa linha de cumprimento dos objetivos da escola.

E, assim, de uma turma em que no início os alunos eram possivelmente desconhecidos entre si, chega-se ao fim desta UL com uma turma mais consciente dos laços que os unem, das possibilidades e mais-valias de juntos estabelecerem compromissos, relações, alianças, não só em favor de si mesmos, mas também, e sobretudo, em favor de toda a comunidade escolar e educativa.

Algumas questões que posso levantar a esta UL referem-se à relação entre a quantidade de conteúdos a trabalhar com os alunos e o tempo real para os desenvolver, assim como a

diferença de maturidade e experiências de vida dos alunos, o que pode dificultar a abordagem da temática das mudanças e dos grupos.

Em termos de responsabilidade social podemos concluir que esta UL pode e deve ser um bom alicerce para o desenvolvimento e aprofundamento das temáticas e conteúdos abordados nas metas consideradas de referência no desenvolvimento da responsabilidade; como tal, quanto mais e melhor forem trabalhados os conteúdos desta UL melhor podem ser os resultados ao nível da responsabilidade social, principalmente nas áreas pessoal e comunitária.

Da lecionação destacamos algumas aulas²⁰⁹, que nos parecem exemplo pelo conteúdo e forma se serem suporte para atingir os objetivos propostos para as metas **M**, **N** e **O** destacados na análise e que foram ou serão apresentados em UL posteriores.

Desta UL destacamos as aulas 2 e 4, em que os alunos tiveram que situar os seus grupos de pertença e a forma como os escolhem, chegando aos valores que estão, ou devem estar, implícitos na seleção dos mesmos.

²⁰⁹ Os planos de aula apresentados de seguida estão exatamente como foram entregues no Portefólio da PES; serão assinalados os anexos que posteriormente anexaremos a este relatório pela importância que representam para a análise que fazemos.

PLANIFICAÇÃO NÍVEL IV

Plano de Aula

Ano: 5º

Unidade Letiva: 1 – Viver Juntos

Aula n.º2 / Lição n.º5 (17/outubro/2017)

Sumário: - Trabalho individual sobre os meus grupos.

- Diálogo com os alunos sobre a importância de se viver em grupo.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	45'	Recursos	Avaliação formativa
<i>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história</i>	Acolhimento		Diálogo com os alunos sobre a semana. Distribuição dos Portefólios e Manuais.	5'		
			Escrever os sumários das aulas anteriores.	5'	PPT (Anexo II) ²¹⁰	
	3. Valorizar a diversidade dos membros de um grupo como um fator de enriquecimento.		Leitura do manual páginas 18-19	10'	Manual do aluno	Observação da intervenção e atitude (Grelha A)
			Trabalho individual - a especificidade do grupo - características - o que aprendo/faço no grupo - regras desse grupo	15'	Folha do trabalho individual (Anexo III) ²¹¹	
			Partilha do trabalho individual sobre grupos	10'	Grelha projetada no quadro (Anexo II) ²¹²	
Síntese de aula escrita e em diálogo com os alunos	5'					

Síntese de aula: * Ninguém cresce sozinho. Somos seres sociais, precisamos de viver em conjunto com outros seres humanos para nos sentirmos felizes.

* Somos membros de uma família, de grupos desportivos e musicais, participamos na catequese, nos escuteiros, integramos uma turma.

²¹⁰ Anexo III deste relatório.

²¹¹ Anexo IV deste relatório.

²¹² Anexo III deste relatório.

Embora não tenha lecionado a UL3 «Família Comunidade de Amor», é de referir que nela se propõe uma das metas selecionadas para este relatório, a meta **M**. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano», meta que neste ano de ensino pretende levar os alunos à promoção dos valores do amor na vida familiar, oferecendo aos alunos uma visão cristã da família, onde «cada elemento é sujeito ativo e participante na formação dos outros e de si próprio»²¹⁶, destacando-se para isso a importância do acolhimento, da gratidão e do diálogo como valores fundamentais para a solidariedade dentro da família. Por outro lado, reforçando o valor do perdão, da compreensão e da tolerância como elementos essenciais à vivência da reconciliação nos momentos de tensão, sempre numa lógica de respeito pela individualidade de cada um mas no compromisso com o todo em todos os momentos da vida.

Desta UL o que gostaríamos de salientar sobre a responsabilidade social é o facto de oferecer recursos muito valiosos para que os alunos entendam e façam uma leitura da sua responsabilidade enquanto filhos, neste momento, e futuros pais ou adultos de família, percebendo que na família todos têm lugar e responsabilidades, de acordo com as idades, e todos podem assumir ações e tarefas, ajudando a construir família.

Exemplo vivido na PES, embora tenha sido lecionado pelo par pedagógico, é de salientar a atividade de compromisso com as tarefas domésticas, nomeadamente as aulas 6 e 7²¹⁷ em que os alunos, partindo da compreensão de que todos têm lugar dentro da família e todos podem e devem ter nela papel ativo, comprometeram-se com pequenos gestos, pela seleção de pequenas tarefas que poderiam e quereriam assumir em casa, fazendo-o como um compromisso.

²¹⁶ Carvalho, *et al.*, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 59.

²¹⁷ Planos de aula cedidos pelo par pedagógico.

PLANIFICAÇÃO NÍVEL IV

Plano de Aula

Ano: 5º

Unidade Letiva 3 – A Família, Comunidade de Amor

Aula nº 6 /Lição nº23 (20 de Março de 2018)

Sumário: - Auto Avaliação.

- **Construção** do Abecedário da família.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	45'	Recursos	Avaliação formativa
<i>M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano</i>	Acolhimento aos alunos		Diálogo sobre a semana Distribuição dos Portefólios e manuais.	5'		
			Escrever o sumário da aula.	5'	PPT	
	Auto Avaliação			15'	Ficha Individual	Observação da intervenção e atitude (Anexo I e V)
	3. Promover os valores do amor na vida familiar	*Comunhão de pessoas que vivem no amor...	Construção do Abecedário da família	15'	Placas de jogo ²¹⁸	
	Síntese de aula escrita e em diálogo com os alunos			5'		

Síntese de aula: * Para os cristãos, a família é um dom precioso porque faz parte do plano de Deus para que todas as pessoas possam nascer e crescer numa comunidade de amor.

²¹⁸ Anexo VIII deste relatório.

PLANIFICAÇÃO NÍVEL IV

Plano de Aula

Ano: 5º

Unidade Letiva 3 – A Família, Comunidade de Amor

Aula nº 7 /Lição nº24 (10 de Abril de 2018)

Sumário: - A vida em família

- **Preenchimento** de ficha alusiva às tarefas domésticas.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	45'	Recursos	Avaliação formativa
L. Estabelecer um diálogo entre a M. Reconhecer a proposta do agir	Acolhimento aos alunos		Diálogo sobre a semana Distribuição dos Portefólios e manuais.	5'		
			Escrever o sumário da aula.	5'	PPT	
	4. Valorizar a participação de todos na vida em família.	*Participação e corresponsabilidade na vida em família	Projeção de Slides – Participação dos alunos	15'	PPT ²¹⁹	Observação da intervenção e atitude (Anexo I e V)
	3. Promover os valores do amor na vida familiar	*A vivência da solidariedade	Elaboração de ficha sobre as tarefas domésticas	15'	Ficha Individual ²²⁰	
	Síntese de aula escrita e em diálogo com os alunos			5'		

Síntese de aula: * Na vida em família, todos temos responsabilidades e capacidades que deverão estar ao serviço de todos.

²¹⁹ Anexo IX deste relatório.

²²⁰ Anexo X deste relatório.

Em relação à UL4 «Construir Fraternidade», podemos referir que nela existe um reforço e uma incidência de conteúdos que levam ao desenvolvimento da responsabilidade social direta ou indiretamente, uma vez que nesta UL se propõe uma das metas escolhidas para o seu desenvolvimento.

Com a meta curricular **Q**. «Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana» deseja-se que o aluno entenda a igual dignidade de toda a pessoa humana, alicerce essencial para o reconhecimento e vivência da fraternidade enquanto valor. Sugere o significado do termo fraternidade e o seu alcance religioso e social. O valor da fraternidade é fundamentado ao nível ecológico/cósmico: «somos todos habitantes da mesma casa: o Universo e a terra são o nosso lar» e «todos somos seres humanos»; ao nível antropológico: «todos somos dotados de razão e consciência»²²¹; e ao nível religioso: «todos somos filhos de Deus». Conteúdos essenciais para o que referimos acerca da «responsabilidade comunitária» a nível macro ou universal. Enriquecer o processo de ensino-aprendizagem com a noção cristã de dignidade humana, fraternidade universal, respeito e liberdade de todo o ser humano é essencial para que o aluno possa, por um lado, perceber o alcance da sua responsabilidade perante todos, incluindo mesmo aqueles que não conhece, e por outro lado, comprometer-se com a construção dessa fraternidade universal mesmo que partindo de gestos pequenos e concretos no seu meio, mas alargando o horizonte.

A meta **G**. «Identificar os valores evangélicos», do Domínio 2 «Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida», parte do exemplo das primeiras comunidades cristãs para levar os alunos a conhecerem os valores da fraternidade, da solidariedade e da cooperação, para conduzir à compreensão de que todos somos filhos do mesmo Pai e, como tal, todos somos irmãos. Com esta meta deseja-se levar os discentes a reconhecerem os atentados contra a dignidade da pessoa humana, bem como as fragilidades e ameaças à própria fraternidade. Meta que vem enriquecer e dar suporte à meta **M**. «Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do

²²¹ ONU, «Declaração Universal dos Direitos Humanos», artigo 1.

quotidiano», pelas razões já apresentadas na UL1 «Viver Juntos» no que se refere à oferta de exemplos cristãos e desenvolvimento da cultura cristã, essenciais ao reconhecimento do agir ético cristão e ao desejo de seguir exemplos.

Na meta curricular **N**. «Promover o bem comum e o cuidado do outro», pretende-se que o aluno norteie o seu comportamento, em situações do quotidiano, com vista à promoção de um mundo mais fraterno, contribuindo para a concórdia nas relações interpessoais. Assim, o aluno, partindo da realidade, refletindo à luz da interpretação cristã, poderá realizar um juízo pessoal, que o oriente em situações do dia-a-dia, com os princípios e valores aprendidos na meta que já foi analisada neste relatório, mas que importa reforçar aqui pela importância que tem para o desenvolvimento, quer da dimensão moral da «responsabilidade pessoal», quer do nível macro da «responsabilidade comunitária».

Na meta curricular **L**. «Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé», ambiciona-se levar o aluno a comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno, promovendo o «bem comum» e o cuidado do outro, de tal forma que seja capaz de pôr em prática o valor da fraternidade, no mundo atual, exercendo o valor da solidariedade e do perdão. E, ainda, colocando todos os conteúdos aprendidos no seu agir quotidiano, como é desejado também pela meta **O**. «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo», e oferecendo a possibilidade de realizar já, de forma simples, o seu compromisso e sentir-se responsável pela construção de fraternidade aos diferentes níveis.

Fundamentados nesta organização metodológica da UL, podemos refletir sobre o seu interesse pedagógico, arriscando dizer que surge como o culminar e a concretização das unidades anteriores, existindo continuidade e complementaridade entre elas, principalmente entre a primeira, a terceira e esta quarta UL. E, se na primeira o acento se coloca mais a um nível pessoal e micro (grupos de pertença), reforçando a família, grupo de pertença tão importante ainda para esta faixa etária, nesta última UL do ano alargam-se horizontes e passa-se para o nível macro (mundo), abrindo à realidade, partindo do concreto, reforçando

possibilidades e oferecendo terreno para que os alunos se sintam e se tornem comprometidos com o mundo, para além do meio em que estão inseridos.

É de salientar que, mais uma vez, se procura oferecer exemplos concretos e reais aos alunos, para que compreendam e experimentem mais de perto as realidades que se pretendem apresentar ou aprofundar.

Deste modo, esta UL pareceu-nos consistente, organizada e inserida com nexos dentro do fio condutor do ano letivo, que, sendo um primeiro ano de ciclo, e numa idade de muito desenvolvimento, quer intelectual, quer afetivo, os alunos poderão encontrar respostas e valores que sustentem o seu crescimento a diferentes níveis e, por outro lado, apresentando referências ou exemplos de conduta humana e cristã.

Em relação à PES, desta UL gostaríamos de salientar a atividade realizada na aula 2²²², em que, partindo das realidades observadas na aula anterior de notícias sobre o mundo, os alunos foram convidados a refletir sobre a sua contribuição para a construção de um mundo mais justo e mais fraterno, e, tendo por base o exemplo de Malala, também eles pudessem ser agentes transformadores, anunciadores e denunciadores na sua realidade concreta. Para tal foi pensado como atividade a redação de uma carta ao Presidente da República, em que os alunos pudessem fazer um apelo à mudança, mas também destacassem coisas positivas que já se fazem, levando também ao compromisso enquanto cidadãos. É o exemplo prático daquilo que destacamos neste relatório como área da «responsabilidade comunitária», a nível meso e macro, e como foco do desenvolvimento da responsabilidade social partindo do foco do desenvolvimento intelectual ou conceptual para chegar ao foco do desenvolvimento prático e real.

²²² Plano apresentado tal como no portefólio.

PLANIFICAÇÃO NÍVEL IV

Plano de Aula

Ano: 5.º

Unidade Letiva 4 Construir Fraternidade

Aula n.º2 / Lição n.º27 (8/maio/2018)

Sumário: - Trabalho individual sobre a responsabilidade pelo Bem Comum.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	45'	Recursos	Avaliação formativa
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro	Acolhimento aos alunos		Diálogo sobre a semana Escrever o sumário da aula.	10'	Portefólio PPT (Anexo XIII) ²²³	Documento H, J2
	6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	<p>✘ Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitar os erros (a revisão de vida); - Estar disposto a pedir perdão; - Aceitar os outros, apesar dos seus erros; - Ser capaz de perdoar; - Aceitar ser perdoado. 	<p>Visualização do filme sobre Malala: https://www.youtube.com/watch?v=A6SD8vph8-8 Filme “Virus da Gentileza” https://www.youtube.com/watch?v=nexOPbgQkHk</p>	10'	Vídeo (Anexo XIV) ²²⁴	Observação da intervenção e atitude (Grelha A2 e J2)
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé	7. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	<p>✘ A regra de ouro, Lc 6,31: “O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também”.</p> <p>✘ Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.</p>	Realização do trabalho individual de avaliação: Carta ao Presidente	20'	Folhas de Carta (Anexo XV) ²²⁵	Avaliação da realização e resultado do trabalho do aluno (Grelha K)
	Conclusão, síntese da temática abordada em aula			5'		

Síntese de aula: ✘. O Bem Comum é uma responsabilidade de todos para o bem de todos.

²²³ Anexo XI deste relatório.

²²⁴ Anexo XII deste relatório.

²²⁵ Anexo XIII deste relatório.

Ao nível da educação para a responsabilidade social, o 5.º ano é dos anos em que as metas selecionadas estão menos presentes; contudo, podemos dizer que nele se trabalham e desenvolvem conteúdos que são suporte e base para o desenvolvimento da responsabilidade social. No 5.º ano incrementam-se temáticas e conteúdos destacados neste relatório, nomeadamente, a análise dos grupos de pertença e construção de alianças com referência à Aliança de Deus com a humanidade desenvolvidos na UL1 «Viver Juntos»; o destaque da família como unidade de amor, na qual é desenvolvida toda uma sensibilização para o papel primordial e individual de cada um na construção das famílias que são, e que podem projetar para o seu futuro, tendo como exemplo base a Família de Nazaré, trabalhadas na UL2 «Advento Natal», e UL3 «A Família, Comunidade de Amor»; terminando com a UL4 «Construir Fraternidade», que oferece todo um quadro de desenvolvimento social e de sensibilização para o papel ativo que todos podem e devem ter na construção de sociedades justas, a exemplo das primeiras comunidades cristãs onde todos eram e viviam como irmãos.

4. Um olhar sobre a responsabilidade social à luz da reflexão realizada

Voltando a percorrer os capítulos deste relatório, começando pela missão de educar para a responsabilidade social, percebemos a importância e a urgência da educação para a responsabilidade social, arriscando-nos a concluir que esta temática pode, deve e pretende-se que seja trabalhada nas escolas e em todos os níveis do ensino; no entanto este modo de abordar e trabalhar com os alunos as temáticas relacionadas com a vida em sociedade deve levar-nos à reflexão sobre o modo como o ensino pode proporcionar verdadeiras experiências aos alunos, de forma a entenderem o seu papel e a adquirirem conhecimentos e normas; a perceberem linhas mestras no compromisso social e a agirem, no concreto, atuando, através de vivências marcantes ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, todas elas de acordo com a maturidade e desenvolvimento dos alunos. Temos consciência de que nem sempre é fácil

desenvolver esta tarefa, e mais ainda se entrarmos no âmbito da disciplina de EMRC, uma vez que, sendo ela de carácter facultativo, ainda mais disperso pode ser o resultado.

Da análise que nos propusemos realizar gostaríamos agora de sublinhar, em forma de síntese, aquilo que de central e fulcral percebemos, tendo consciência dos limites desta análise.

Para melhor exemplificar ou visualizar a inter-relação entre as diferentes análises feitas ao programa, gostaríamos de apresentar um esquema, a Figura 5 que surgirá no fim desta reflexão, com o qual pretendemos inter-relacionar conceitos, articular termos e explanar linhas de pensamento, esquema esse que irá sendo construído à medida que esta conclusão vai sendo desenvolvida.

Conforme pretendemos revelar com a Figura 2, falar de educar para responsabilidade social em contexto de EMRC é procurar ter em atenção as diferentes áreas em que o aluno se desenvolve: área pessoal, abrangendo as diferentes dimensões do ser pessoa para a educação ser integral: «O ser humano desenvolve-se quando cresce no espírito, quando a sua alma se conhece a si mesma e apreende as verdades que Deus nela imprimiu em gérmen, quando dialoga consigo mesma e com o seu Criador. Longe de Deus, o ser humano vive inquieto e está mal» (CV, 76).

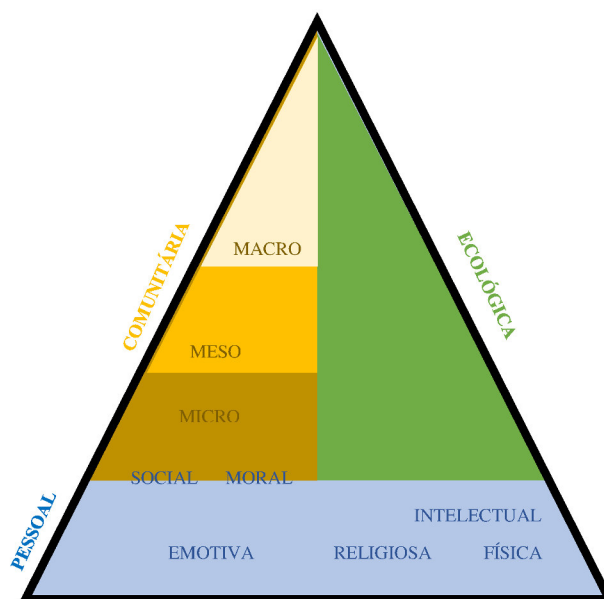


Figura 2 - Responsabilidade social em EMRC: áreas de desenvolvimento (construção própria)

Proporcionar aos alunos tempos e espaços para se autoconhecerem, perceberem o que os move, o que pensam, o que sonham, agirem e integrarem sentimentos, perceberem o seu modo

de relação com os outros, que valores seguem, construírem conhecimento e atitudes, identificarem-se com a cultura religiosa e aprenderem a relacionar-se consigo mesmos a todos os níveis.

Por outro lado, educar para a responsabilidade social é ter em atenção a área comunitária ao nível micro, através da consciencialização da força do seu agir no seio da família, junto dos amigos mais chegados ou grupos de pertença, aprender fazendo e relacionando-se, agindo no seio da família e dos grupos de pertença, crescer nas relações, aprender normas e condutas que ajudem os alunos a crescerem na responsabilidade, a tomarem decisões, a sentirem-se úteis em pequenas ações do quotidiano, a assumirem compromissos.

Nesta área comunitária, crescem, abordando também a responsabilização ao nível meso (que consideramos meio envolvente) onde estão inseridos, desde a escola (destacando-se as idades mais novas) até à comunidade envolvente como a freguesia com todas as instituições e realidades sociais com as quais se pode estabelecer relação; até mesmo à realidade município e país (destacando-se os anos do secundário). Neste nível percebe-se como fundamental a importância de ajudar os alunos a olharem a realidade que os envolve e perceber como podem ser resposta, como podem agir em prol da sua comunidade, mesmo que realizando pequenos gestos, participando em pequenas ações, envolvendo-se ativamente naquilo que é proposto, ou sendo mesmo eles agentes ativos no seu meio.

Quanto ao nível macro – realidades mais globais e mais impossibilitadas de relação concreta, mas que não deixam de ser campo de desenvolvimento e implicação com a construção do sentido de responsabilização entre todos e de todos –, um nível em que o centro do desenvolvimento pode ser o tomar consciência das consequências ao nível global ou mundial de ações realizadas no nível local, é de salientar a importância da formação da consciência acerca da universalidade dos conceitos, dos direitos e deveres, da comunhão e da fraternidade, dos valores e contravalores, para levar os alunos a agirem a favor ou contra determinadas medidas, ações ou reações. «Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a

preocupar-se com a construção de um mundo melhor. [...] e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo»²²⁶.

Por último, não negligenciar a área ecológica numa atenção pelo cuidar e salvaguardar a criação como dom oferecido e indispensável à realização total de todo e qualquer ser humano: «Não somos Deus. A Terra existe antes de nós e foi-nos dada. [...] Cada comunidade pode tomar da bondade da Terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras» (LS, 67).

Mas para se desenvolver esta área de responsabilidade social é fundamental que seja, tal como na área comunitária, uma abordagem quer ao nível mais próximo dos alunos (geográfica e afetivamente mais próximo), levando-os à tomada de consciência da realidade que os envolve, a comprometerem-se com causas reais e práticas no meio onde estão inseridos; quer numa linha de abordagem global, numa perspetiva de salvaguarda da criação ao nível mundial, conhecendo e revelando causas mundiais, questões ambientais a um nível macro, de consequências globais.

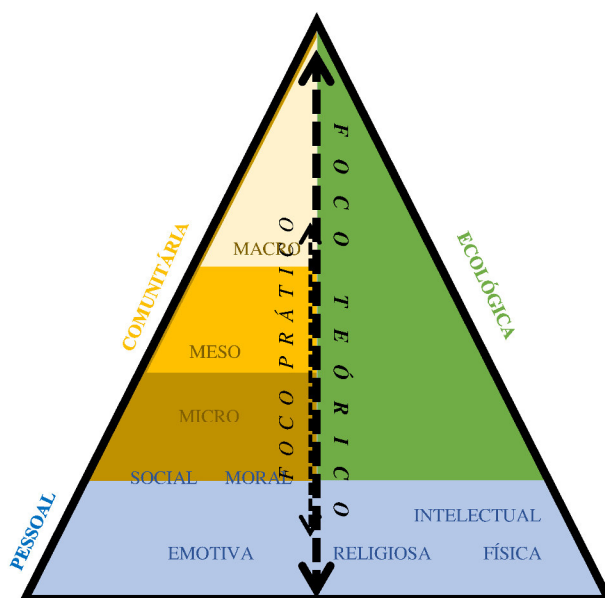


Figura 3 - Responsabilidade social em EMRC: focos de desenvolvimento (construção própria)

Dando agora um passo mais, pretendemos abordar, com a Figura 3, a relação entre as áreas de desenvolvimento e os focos de desenvolvimento da responsabilidade social. Como se

²²⁶ *Evangelii Gaudium (EG)*, n.º183.

viu na análise de conteúdo, para se potenciar a educação no sentido deste relatório é fundamental trabalhar para a educação da consciência, oferecendo conceitos, regras, normas, linhas mestras de pensamento, nas três áreas identificadas, o que é destacado na Figura 3 pela abrangência da seta do foco de desenvolvimento teórico, que toca todas as áreas. Contudo, educar para a responsabilidade social segundo as metas analisadas no programa é também levar os alunos a experimentarem, a comprometerem-se realmente e em todos os níveis do ensino através de pequenas ações, intervenções, atos em que possam sentir-se desde pequenos a agir em prol dum bem maior e do «bem comum», a perceberem que é possível unir a teoria à prática, sendo que, tal como é previsível, o foco prático seja sobretudo aplicável nas áreas mais próximas da realidade dos alunos; daí a seta do foco prático, na Figura 3, não abranger toda a área comunitária (nível macro).

Tal como na história do Povo de Egipto – «Eu vi bem a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor contra os opressores e conheço os seus sofrimentos. Desci para os libertar do poder dos egípcios» (Ex 3,7-8) –, seguindo a matriz cristã, assumir a vida como continuadores da missão de Jesus Cristo:

«Porque tive fome e deste-me de comer, tive sede e deste-me de beber, era peregrino e recolhesteme, estava nu e deste-me que vestir, adoeci e visitaste-me, estive na prisão e foste ter comigo [...] Sempre que fizeste isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizeste» (Mt 25-35-36.40).

O que foi dito neste ponto 4, até este momento, é válido para qualquer área de educação ou projeto educativo de uma qualquer escola; contudo o que pretendemos perceber é de que modo a disciplina de EMRC prevê a implementação da educação para a responsabilidade social dos alunos. Da análise efetuada ao longo deste relatório, o que sobressai na reflexão é que a base de todo o ensinamento, seja ele teórico pelo quadro conceptual que oferece, seja ele de cariz mais prático, toda a abordagem da responsabilidade social em EMRC vai beber às fontes

da Sagrada Escritura e posteriores reflexão e atualização do ensinamento de Cristo incluído nos escritos do Magistério da Igreja, de modo especial na DSI.

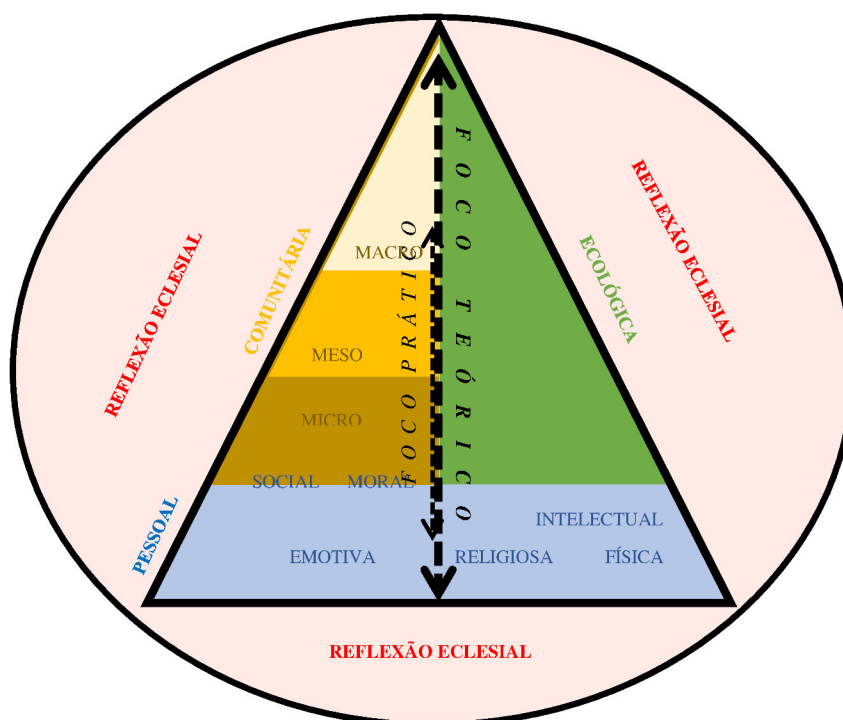


Figura 4 - Responsabilidade social em EMRC: reflexão eclesial da responsabilidade social (construção própria)

Assim, educar para a responsabilidade social em EMRC é assumir a missão de Jesus Cristo, seguindo os mandamentos da Igreja, e procurar estudar, ler, refletir e passar para a vida o que Ele ensinou, e, como tal, educar o olhar dos alunos para verem o mundo, a vida com os olhos de Cristo; educar o ouvido para escutarem os gritos e as alegrias de todos; ensinar a lerem os sinais dos tempos à luz dos ensinamentos de Cristo, atualizados pelo Magistério da Igreja; educar as mãos para o toque que cura, que constrói laços de afeto e compaixão; treinar o caminhar ao encontro dos que mais precisam; educar a voz para serem a voz dos sem voz, dos que sofrem, dos injustiçados.

Na Figura 4 estão representadas graficamente estas reflexões, colocadas como base de todas as áreas a ter em consideração no projeto educativo, exatamente para fazer sobressair este «chão» que serve de suporte à construção das linhas mestras do desenvolvimento da responsabilidade social.

Relativamente aos professores de EMRC, podemos dizer que a reflexão eclesial deve levá-los a descobrirem Jesus Cristo como Mestre, que também ensinou, que também educou no

seu tempo, a aprenderem de Jesus a arte de se relacionar, de levar os alunos a olharem a realidade que os envolve, a pensarem sobre ela, a agirem e avaliar depois o seu agir. Ter Jesus Cristo como modelo é possibilidade de sucesso no processo de ensino-aprendizagem para a responsabilidade social. Relativamente aos alunos, no processo educativo, é fundamental encontrarem figuras de referências, perceberem que existem modelos que os ensinam a agir, pontos de referências e critérios diante de tomadas de decisões, e, fundamentalmente, perceberem que a raiz cristã tem o ser humano como centro, porque este foi e é criado à imagem de Deus e tem como meta a felicidade, o «bem comum» de todos e não apenas de alguns. Perceberem como Cristo e a Igreja refletem e agem, estão atentos às realidades sociais e têm uma palavra a dizer na construção de um mundo mais justo, mais fraterno.

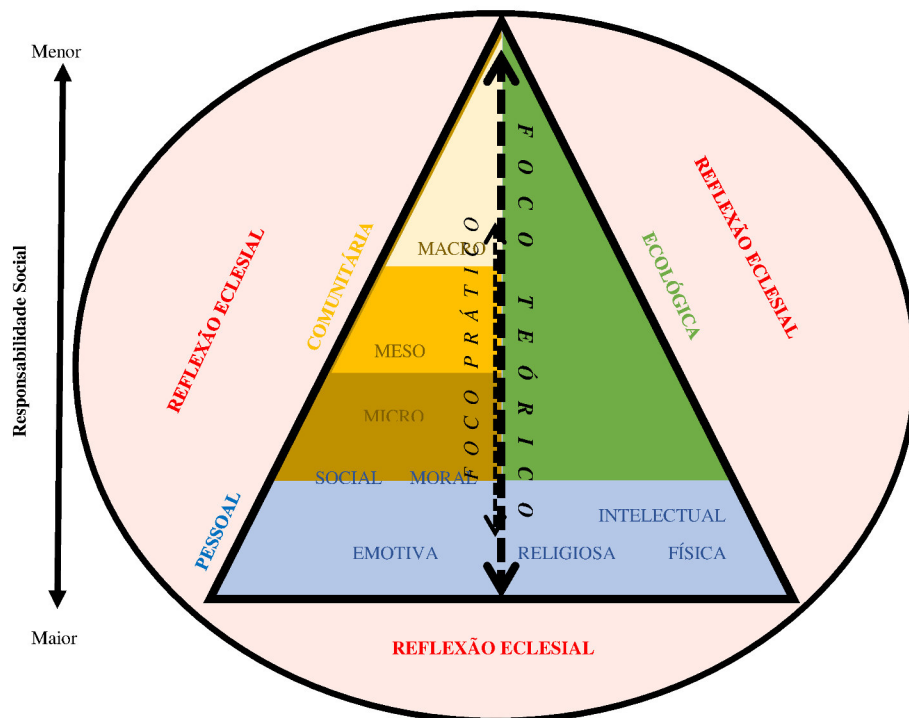


Figura 5 - Responsabilidade social em EMRC (construção própria)

Por último, deste expor graficamente a síntese da análise realizada com este estudo, apresentamos o esquema completo (Figura 5), no qual se salienta o nível de responsabilidade que consideramos poder ser identificado, na diminuição da responsabilidade, conforme a realidade se vai afastando da área pessoal.

Uma vez que cada pessoa é, sobretudo e principalmente, responsável por si e pelos seus atos, e em seguida responsável pela realidade social que lhe está mais próxima, –

nomeadamente família e laços de amizade restritos –, considera-se que a responsabilidade com as realidades ao nível macro é de menor grau; contudo, com esta distinção não queremos dizer que seja totalmente desresponsabilizada, mas simplesmente que é uma responsabilidade indireta e muito mais de foco teórico, num agir mais de sensibilização e de cariz interpelador de comportamentos e alerta de consciências para causas e problemas sociais.

CONCLUSÃO

A reflexão apresentada ao longo deste relatório final, acerca da questão da responsabilidade social como desafio à disciplina de EMRC, permite-nos sublinhar a pertinência da temática aqui desenvolvida.

Do que fomos explanando ao longo dos capítulos, permite-nos referir que este tema não é de fácil abordagem nem de conclusões muito fechadas; no entanto sentimos que é possível elaborar uma síntese final, fruto das diferentes análises realizadas ao programa e aos diferentes âmbitos com ela relacionados.

Da leitura feita sobre a pertinência deste tema no contexto educativo percebeu-se a importância da inclusão desta temática nos processos educativos com vista à formação alunos a todos os níveis. Percebeu-se também que esta é uma das prioridades nos fundamentos da educação, mesmo que em muitos casos a expressão usada para esta abordagem seja educação integral, educar para a cidadania, educar para o «bem comum», educar para a felicidade.

Percebeu-se que a escola é um dos principais locais onde este educar para a responsabilidade social deve ter lugar, e como tal é necessário que nos programas ou currículos esta temática esteja incluída e seja transversal a todo o processo, quer em termos de idade quer em termos de áreas curriculares. Olhar a escola como meio e campo de promoção da responsabilidade é hoje, mais do que nunca, uma prioridade no sistema de ensino, o que é verificável pela análise à reflexão mais recente a respeito desta área, assim como pela reflexão dos últimos documentos da DGE. Também foi possível comprovar que a sociedade está a mudar e, com ela, também a escola precisa de repensar estratégias, métodos e metodologias, de forma a que a educação para a responsabilidade social seja uma realidade e não uma meta inalcançável.

Partindo da reflexão em torno da educação para a responsabilidade social em confronto com o Magistério da Igreja e em especial da DSI, podemos concluir que, desde sempre e para

sempre, esta formação esteve e estará presente na missão da Igreja, quer pela busca de resposta à natureza humana – ser livre, ser de relação e ser em relação, e em busca de felicidade plena – quer pelo contributo da reflexão que ela pode oferecer à sociedade sobre a realidade social em que vivemos e quer pelo seu contributo no compromisso com todas as realidades sociais e campos de ação, numa colaboração que não é única mas que é complementar a outras entidades.

De toda a reflexão feita, da análise ao programa e da experiência da PES apraz-nos referir neste momento, que educar para a responsabilidade social em contexto de EMRC implica olhar a disciplina como um todo, no sistema de ensino, na especificidade de cada ciclo, no ambiente/realidade escolar, no tempo e espaço de cada aluno e suas circunstâncias; e, sobretudo, na realidade social cimentada na reflexão teológico-moral que a Igreja faz em cada tempo da história tomando sempre como base e iluminação o ensinamento de Cristo, Mestre de todos os Mestres.

Assim, como referimos na síntese do último capítulo, para se educar para a responsabilidade social em EMRC é necessário ter em conta as três áreas identificadas: pessoal, comunitária e ecológica, sempre numa articulação entre a teoria e a prática, oferecendo um quadro conceptual, mas levando cada aluno a agir no desenvolvimento dos dois focos referidos. Neste agir, ter como pano de fundo, ou «chão» de intervenção, o contributo da fé cristã pelo seu quadro de valores, pelo testemunho de vida, pelo quadro cultural e matriz de reflexão sobre a realidade social, pelo atuar nas diferentes situações do quotidiano, não numa abordagem individualista mas numa abertura ao Outro e aos outros, numa abertura ao mundo.

Da reflexão feita arriscamos dizer que educar para a responsabilidade social em contexto de EMRC pode levar-nos mais longe, na educação do olhar, do sentir, do escutar, do tocar a realidade que nos envolve, no ensinar/aprendendo dos alunos e com os alunos; numa busca de acertar caminhos, procurar respostas, encontrar valores e contravalores, agir e refletir diante de cada situação, de cada problema/desafio, arriscar ser agente ativo e transformador do meio onde cada um está inserido e agente ativo em prol dum mundo global mais de acordo com o que

Cristo disse e fez, partindo do mundo individual e particular de cada um, abrindo-se aos mundos de perto e de longe.

Educar para a responsabilidade social em contexto de EMRC talvez implique, em alguns momentos, remar contra a corrente da sociedade, mudar linhas mestras de métodos de ensino, desde que seja sempre para mais e melhor construir comunidades justas, alegres e felizes.

Educar para a responsabilidade social em contexto de EMRC poderá levar a quebras de muros individualistas dentro da escola, onde cada um olha para a «sua» disciplina, e abrir-se ao trabalho em rede, em conjunto, tal como o mundo o exige e estabelecer pontes entre mundos diversos e ao mesmo tempo complementares.

Para terminar esta reflexão, e numa linha de abertura ao futuro, gostaríamos de recordar as palavras que o Papa Francisco deixou aos membros da fundação «Gravissimum Educationis»: «é importante “fazer rede”. [...] reunir conhecimento, ciências e disciplinas, para enfrentar desafios complexos com inter e transdisciplinaridade»²²⁷. Este trabalho em rede implica repensar as nossas escolas, as nossas realidades educativas, os nossos métodos de ensino e metodologias utilizadas, pois agir em rede implica abrir portas a outros, «criar lugares de encontro e diálogo dentro das instituições educacionais e promovê-los fora, com cidadãos vindos de outras culturas, de outras tradições, de diferentes religiões»²²⁸. Esta forma de educar em rede leva-nos a mudar paradigmas educativos porque implica «fazer da escola uma comunidade educativa em que professores e alunos não só estão ligados por um plano educacional, mas por um programa de vida e experiência, capaz de educar para a reciprocidade entre diferentes gerações»²²⁹. Pois com esta viragem de paradigma pode-se «estender no espaço, a responsabilidade moral do homem de hoje [que] também é propagada através do tempo»²³⁰

²²⁷ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"», Santa Sé, 25 de junho de 2018, acedido a 25 de setembro de 2018, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180625_gravissimum-educationis.html.

²²⁸ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"».

²²⁹ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"».

²³⁰ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"».

numa educação que alimenta a esperança, já que como cristãos «somos chamados a não perder a esperança porque devemos dar esperança ao mundo global de hoje. “Globalizar esperança” e “manter a esperança na globalização”»²³¹.

A finalizar esta reflexão e diante do exposto nesta conclusão, devemos referir que com este trabalho se abriu um outro campo de estudo: encontrar as metodologias que melhor se enquadram neste campo educativo, perceber que modelos curriculares poderão ser resposta a uma educação para a responsabilidade social, seja em EMRC, seja noutras disciplinas curriculares, e sobretudo investir na formação do ensinar em parceria, em rede, como fala o Papa Francisco, colocando o aluno no centro do processo educativo, respondendo à realidade envolvente.

Com este trabalho abre-se, pois, um novo campo de investigação: como articular as áreas da responsabilidade, como investir nos focos de desenvolvimento e como enquadrar a reflexão cristã? Estará o nosso sistema de ensino preparado para tal? Estaremos a educar para a responsabilidade social dentro das nossas salas de aula?

Vimos a riqueza que o programa de EMRC apresenta com vista à educação para a responsabilidade social, mas teremos espaço e tempo para a colocar em prática, na carga letiva que temos, com o número de conteúdos e objetivos apresentados? Não teremos também que rever o programa de forma a conseguir-se chegar mais dentro dos nossos alunos em vez de investir em tantos conceitos e temas? Ficam lançadas as questões.

²³¹ Franciscus PP, «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"», Santa Sé, 25 de junho de 2018, acedido a 25 de setembro de 2018, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180625_gravissimum-educationis.html.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes e documentos

Benedictus PP. XVI. «Litterae Encyclicae: *Caritas in Veritate*». *AAS* 101/8 (2009): 642-709.

Benedictus PP. XVI. «Mensagem para o Dia Mundial da Paz». Santa Sé. 1 de janeiro de 2010, acedido em setembro de 2018. http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/«messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliii-world-day-peace.html.

Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2002.

Carvalho, Cristina de Sá, *et al.* *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC), 2014.

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

Concilium Oecumenicum Vaticanum II. «Constitutio Pastoralis de Ecclesia: *Gaudium et Spes*». *AAS* 58 (1966): 1025-1120.

Concilium Oecumenicum Vaticanum II. «Declaratio: *Dignitatis Humanae*». *AAS* 58 (1966): 929-946.

Concilium Oecumenicum Vaticanum II. «Declaratio: *Gravissimum Educationis*». *AAS* 58 (1966): 728-738.

Conferência Episcopal Portuguesa. «Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade». Conferência Episcopal Portuguesa. 27 de abril de 2006, acedido a 15 de janeiro de 2017. <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

Conferência Episcopal Portuguesa. «Finalidades de EMRC: ensino secundário». Educris. s.d., acedido a 15 de janeiro de 2017. <http://www.educris.com/v3/97-ensino-secundario/873-finalidades-de-emrc>.

Congregação da Educação Católica. «A Escola Católica no limiar do terceiro milénio». Santa Sé. 28 de dezembro de 1997, acedido a 16 de junho de 2017. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_27041998_school2000_po.html.

Conselho Pontifício «Justiça e Paz». *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Principia, 2005.

Direção Geral da Educação (DGE). «Decreto-Lei n.º240/2001». *Diário da República n.º201/2001, Série I-A de 2001-08-30*. 30 de agosto de 2001, acedido a 15 de janeiro de 2018. <https://dre.pt/application/conteudo/631837>.

Direção Geral da Educação (DGE). «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania». Direção Geral da Educação. 17 de Julho de 2018, acedido a 15 de outubro de 2018. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf.

Direção Geral da Educação (DGE). «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória». *Direção Geral da Educação*. 26 de julho de 2017, acedido a 15 outubro de 2018. www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf.

- Direção Geral da Educação (DGE). *Lei n.º46/86: Lei de Bases do Sistema Educativo*. 14 de outubro de 1986, acessado a 20 janeiro de 2018. <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1986/10/23700/30673081.pdf>.
- Franciscus PP. «Carta Encíclica: *Evangelii Gaudium*». *AAS 105/12* (2013): 1119-1137.
- Franciscus PP. «Discurso do Papa Francisco à união católica italiana de professores, dirigentes, educadores e formadores». Santa Sé. 14 de Março de 2015, acessado a 20 janeiro de 2017. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/march/documents/papa-francesco_20150314_uciim.html.
- Franciscus PP. «Discurso do Papa Francisco aos membro da Fundação "Gravissimum Educationis"». Santa Sé. 25 de Junho de 2018, acessado a 25 de setembro de 2018. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180625_gravissimum-educationis.html.
- Franciscus PP. «Discurso do Papa Francisco na entrega do Prémio Carlos Magno». Santa Sé. 6 de Maio de 2016, acessado a 8 de dezembro de 2018. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/may/documents/papa-francesco_20160506_premio-carlo-magno.html.
- Franciscus PP. «Homilía del Sr. Arzobispo, Card. Jorge Mario Bergoglio s.j., con motivo del TE DEUM del 25 de mayo». Arzobispado de Buenos Aires. 25 de mayo de 2001, acessado a 18 janeiro 2019. <http://www.arzbaires.org.ar/inicio/homilias/homilias2001.htm#Homilía del Sr. Arzobispo, Card. Jorge Mario Bergoglio s.j.>
- Franciscus PP. «Litterae Encyclicae: *Laudato Si'*». *AAS 107/9* (2015): 847-945.
- Franciscus PP. «Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios: homilia do Santo Padre Francisco». Santa Sé. 7 de julho de 2013, acessado a 2 de janeiro de 2017. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html.
- Ioannes Paulus PP. II. «Discurso do Santo Padre João Paulo II no Simpósio Internacional sobre o ensino da religião católica na escola». Santa Sé. 15 de abril de 1991, acessado em 16 de junho de 2017. http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1991/april/documents/hf_jp-ii_spe_19910415_insegnamento-religione.html.
- Ioannes Paulus PP. II. «Litterae Encyclicae: *Centesimus Annus*». *AAS 83* (1991): 793-867.
- Ioannes Paulus PP. II. «Litterae Encyclicae: *Laborem Exercens*». *AAS 73* (1981): 577-647.
- Ioannes Paulus PP. II. «Litterae: *Evangelium Vitae*». *AAS 87* (1995): 401-522.
- Ioannes Paulus PP. II. «Litterae: *Sollicitudo Rei Socialis*». *AAS 80* (1987): 513-586.
- Ioannes PP. XXIII. «Litterae Encyclicae: *Mater et Magistra*». *AAS 53* (1961): 401-464.
- Ioannes PP. XXIII. «Litterae Encyclicae: *Pacem in Terris*». *AAS 55* (1963): 257-304.
- Leo PP. XIII. «Litterae Encyclicae: *Rerum Novarum*». *AAS 23* (1890-1891): 649-662.
- Organização das Nações Unidas. «Declaração Universal dos Direitos Humanos». *Diário da República Electrónico*. 10 dezembro de 1948, acessado a 20 janeiro de 2017. <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Paulus PP. VI. «Litterae Encyclicae: *Octogesima Adveniens*». *AAS 63* (1971): 401-441.
- Paulus PP. VI. «Litterae Encyclicae: *Populorum Progressio*». *AAS 59* (1967): 257-299.

Pius PP. XI. «Litterae Encyclicae: *Quadragesimo Anno*». AAS 23 (1931): 177-228.

Salesianos de Manique-Escola. «O Sistema Preventivo». Salesianos de Manique-Escola. 2014, acessado a 30 de outubro de 2017. <http://www.manique.salesianos.pt/comunidade-salesiana/hist%C3%B3ria/pastameteducativo/o-sistema-preventivo>.

Salesianos de Manique-Escola. «Plano de Desenvolvimento Curricular». Salesianos de Manique-Escola. 2016/2017, acessado a 30 de outubro de 2017. http://www.manique.salesianos.pt/docs/default-source/default-document-library/20170212_pdc_2016_2017.pdf?sfvrsn=2.

Salesianos de Manique-Escola. «Projeto Educativo de Escola». Salesianos de Manique-Escola. 2010-2014, acessado a 30 de outubro de 2017. http://www.manique.salesianos.pt/docs/default-source/default-document-library/pee2012_14.pdf?sfvrsn=0.

Salesianos de Manique-Escola. «Proposta educativa: A Escola lugar de Educação». Salesianos de Manique-Escola. 2014, acessado a 30 de outubro de 2017. <http://www.manique.salesianos.pt/escola/proposta-educativa/a-escola-lugar-de-educacao>.

Salesianos de Manique-Escola. «Proposta educativa: O Processo Educativo na nossa Escola». Salesianos de Manique-Escola. 2014, acessado a 15 de novembro de 2017, <http://www.manique.salesianos.pt/escola/proposta-educativa/o-processo-educativo-na-nossa-escola>.

Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário*. Lisboa: SNEC, 2007.

Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC). *Sereis o meu povo: Guia do Catequista*. Lisboa: SNEC, 2011.

2. Estudos e ensaios

Ambrósio, Juan. «Dimensão Religiosa e Condição Humana». Documento Policopiado, Lisboa, Faculdade de Teologia-Universidade Católica Portuguesa, 2016.

Arends, Richard. *Aprender a ensinar*. Madrid: Mc Graw Hill, 2008.

Azevedo, Joaquim. *Cartas aos directores de escolas*. Porto: Edições Asa, 2003.

Baptista, Isabel. *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético*. Maia: Profedições, 2005.

Cabral, Francisco Sarsfield. «Liberdade e Responsabilidade Social». *Communio: Revista Internacional Católica* 28, n.º4 (1992): 496-511.

Calvez, Jean-Yves. «A vida económica e social na Doutrina Social da Igreja segundo o Compêndio». *Communio: Revista Internacional Católica* 23, n.º1 (2006): 55-62.

Carneiro, Rosário. «Uma Escola Católica aberta a todos - desafios e novos caminhos». Comunicação, Jornadas da Escola Católica *Forum Novos Desafios para Escolas católicas*, Lisboa, 25 de novembro, 2017. <http://www.educris.com/v3/escolas-catolicas/7469-direto-uma-escola-catolica-aberta-a-todos---desafios-e-novos-caminhos>.

Carvalho, Cristina de Sá. «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em Educação Moral e Religiosa Católica, edição 2014». *Pastoral Catequética* 31-32, (2015): 29-61.

Carvalho, Cristina de Sá. *Curso de Psicologia*. Lisboa: SNEC, 2004.

Costa, Jorge Adelino. *Gestão Escolar*. Lisboa: Texto Editora, 1991.

- Cury, Augusto. *Análise da Inteligência de Cristo: O Mestre dos Mestres*. Prior Velho: Paulinas, 2004.
- Delors, Jacques, coord. *Educação: Um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Ed. Asa, 1996.
- D'Hainaut, Louis. *Educação - dos fins aos objetivos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- Dias, José Ribeiro. *A Realização do Ser Humano: para a história das ideias em educação e pedagogia*. Porto: Didáctica Editora, 2000.
- Dias, José Ribeiro. *Educação o caminho da nova humanidade: das coisas às pessoas e aos valores*. Porto: Papiro Editora, 2009.
- Duque, Eduardo. *Os jovens e a religião na sociedade actual: comportamentos, crenças, atitudes e valores no distrito de Braga*. Braga: Instituto Português da Juventude, 2007.
- Durkheim, Émile. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira. «Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania». In *IV Semana Social: Cidadania Pessoal Responsabilidade Colectiva*, Conferência Episcopal Portuguesa, 153-181. Lisboa: Paulinas, 2001.
- Garcia Alonso, M^a L. «Educação (objetivos da)». In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura - Edição Século XXI - Volume IX*, ed. Jorge Colaço George Vicente, 1231-1233. Lisboa: Verbo, 1999.
- Garcia, Maria da Glória. «Despertar para o bem comum!». In *Bem Comum: público e/ou privado?*, coord. João Pato, Luisa Schmidt & Maria Eduarda Gonçalves, 43-54. Lisboa: ICS (Imprensa de Ciências Sociais), 2013.
- Gonçalves, Daniela. «Da inquietude ao conhecimento». *Saber (e)Educar* 11 (2006): 101-109.
- Keshavjee, Faranaz. «Motivação religiosa na educação para a cidadania». *Communio: Revista Internacional Católica* 20, n.º2 (2003): 179-183.
- Laporta, Antonio Aparisi. *Teoria y didáctica del Patrimonio Cultural Cristiano*. Granada: Universidad de Granada, 2006.
- Leitão, Henrique. «A Inutilidade da Educação». *Revista Inútil* (2017): 39-42.
- Maia, José Martins. «Caridade e solidariedade social». *Communio: Revista Internacional Católica* 11, n.º5 (1994): 430-440.
- Martinez, Julio L. «El bien común ordena las relaciones de la iglesia con la sociedad y el estado». *Humanística e Teología* 39, n.º1 (2018): 25-52.
- Mette, Norbert. «Formação religiosa na escola». *Revista Concilium* n.º297 (2002): 30-40.
- Müller, J. Heinz. «Doutrina Social católica. Neoliberalismo e economia social do mercado». *Communio: Revista Internacional Católica* 9, n.º6 (1992): 512-523.
- Nery, Israel José. «Educação Religiosa de Crianças e Jovens ante os desafios de um mundo em mudança». *Revista Concilium* 297 (2002): 62-70.
- Pacheco, José Augusto e Brito. *Planificação Didáctica: uma abordagem prática*. Porto: Porto Editora, 2003.
- Pedrinho, Dimas Oliveira. «Competência científica e competência educativa do professor de EMRC». *Pastoral Catequética* 21/22 (2011/2012): 21-36.

- Pereira, Jorge Augusto Paulo. «Uma perspectiva sobre o perfil do professor». *Pastoral Catequética* 5 (2006): 97-123.
- Policarpo, José da Cruz. «Cultura, Escola e Religião». *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 17-27.
- Postman, Neil. *O Fim da Educação: Redefinindo o Valor da Escola*. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.
- Ramos, Antonio Larios. «Educar para la paz. Los valores como proyecto de desarrollo personal y social». *Communio: Revista Internacional Católica* 38, n.º2 (2005): 343-351.
- Reis Ribeiro, J. M. «A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento histórico». *Communio: Revista Internacional Católica* 4, n.º3 (1987): 197-210.
- Rodrigues, Narciso. «Uma breve leitura da Doutrina Social da Igreja». *Communio: Revista Internacional Católica* 4, n.º3 (1987): 211-227.
- Roldão, Maria do Céu. *Estratégias de Ensino: o saber e o agir do Professor*. Vila Nova de Gaia: LabGraf, 2009.
- Roldão, Maria do Céu. «Tema 1: Educação Escolar e Currículo». In *Currículo: gestão diferenciada e aprendizagens de qualidade*. IV Fórum do Ensino Particular e Cooperativo. Algarve: 1999. 7-22.
- Sánchez Agudelo, Paula Vanessa. «La participación, la responsabilidad social y la vida en comunidad como ejes para abordar la intimidación escolar». *Pensamiento Psicológico* 15, n.º2 (2017): 121-132. <http://www.redalyc.org/pdf/801/80152474010.pdf>.
- Santos, António Francisco dos. «O Professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional». *Pastoral Catequética* 21/22 (2011/2012): 9-19.
- Santos, António Francisco dos. «Educação – Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos». Conferência Episcopal Portuguesa. 6 de janeiro de 2002, acedido a 15 de janeiro de 2017. www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos/.
- Tavares, José, et al. *Manual de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto: Porto Editora, 2007.
- Tedesco, Juan. «A escola total». In *O Novo Pacto Educativo – educação, competitividade e cidadania na sociedade*, ed. Juan Tedesco, 107-147. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2000.
- Teixeira, Alfredo. «Guia para o estudo de Património Religioso e Transmissão Cultural». Documento Policopiado, Lisboa, Faculdade de Teologia-Universidade Católica Portuguesa, 2017.
- Varela de Freitas, C. «Educação». In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura - Edição Século XXI - Volume IX*, ed. Jorge Colaço George Vicente, 1227. Lisboa: Verbo, 1999.
- Vayer, Pierre & Charles Roncin. *Psicologia Atual e Desenvolvimento da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ANEXOS

ÍNDICE

Anexo I (Análise de Conteúdos das Metas M, N e O).....	II
Anexo II (Caracterização da Turma).....	XIV
Anexo III (UL1_Aula 2_PPT).....	XXI
Anexo IV (UL1_Aula 2_Trabalho Individual).....	XXIII
Anexo V (UL1_Aula 4_PPT)	XXIV
Anexo VI (UL1_Aula4_Frases do Jogo de Grupos).....	XXVI
Anexo VII (UL1_Aula4_Folha síntese do jogo)	XXXVII
Anexo VIII (UL3_Aula6_Abecedário da Família)	XXXVIII
Anexo IX (UL3_Aula7_PPT).....	XXXIX
Anexo X (UL3_Aula 7_Tarefas na Família)	XLI
Anexo XI (UL4_Aula 2_PPT).....	XLII
Anexo XII (UL4_Aula 2_Videos sobre Malala e Girus da Gentileza).....	XLIII
Anexo XIII (UL4_Aula 2_Carta ao Presidente).....	XLIV

ANÁLISE DA PRESENÇA DAS METAS NOS 12 ANOS DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA

M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
2º	UL1 - Ser Amigo	3. Aprender a controlar-se para crescer na relação com os outros.	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento não é só físico, mas também se cresce aprendendo a viver com os outros e a respeitá-los; Nem tudo o que me apetece fazer é bom para mim ou para os outros; Devemos pensar antes de agir e de falar; Aprender a controlar-me faz-me mais feliz; Devemos saber escolher o bem. 	<ul style="list-style-type: none"> Relações humanas Auto-domínio
	UL2 -A Mãe de Jesus	3. Observar como Maria é uma pessoa presente e atenta.	<ul style="list-style-type: none"> Maria acompanha a vida de Jesus: <ul style="list-style-type: none"> - Jesus aos doze anos: Lc 2,41-52. - As bodas de Caná: Jo 2,1-11. - Maria junto à cruz de Jesus: Jo 19,25-27. Maria acompanha a vida dos amigos de Jesus. 	<ul style="list-style-type: none"> Exemplo de pessoa atenta
3º	UL2 - Ser Solidário	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> Ser solidário é dar-se aos outros e atender às suas necessidades. A pobreza e a exclusão resultam da injustiça; O que é a injustiça. O pobre Lázaro e o rico: Lc 16, 19-25; O que posso eu fazer, em concreto, para ser solidário: <ul style="list-style-type: none"> - Partilhar e doar os bens materiais; - Entregar os dons pessoais ao serviço do bem dos outros; - Disponibilizar o tempo pessoal para realizar obras de solidariedade; O exemplo da Rainha Santa Isabel. 	<ul style="list-style-type: none"> Solidariedade Pobreza/exclusão Injustiça Ações concretas de solidariedade
4º	UL1 - Ser Verdadeiro	1. Aprender a ser verdadeiro.	<ul style="list-style-type: none"> O que é agir com verdade: <ul style="list-style-type: none"> - Correspondência entre o que se diz e a realidade; - Entre o que se promete e o que se faz; - Entre o que se diz e o que se pensa ou se sente. Razões para se dizer a verdade: <ul style="list-style-type: none"> - O respeito por mim e pelo outro; - A minha consciência acusa-me quando minto e isso faz-me sentir mal comigo mesmo; - A mentira coloca problemas à minha relação com os outros; - Habituar-me à mentira faz de mim uma pessoa em quem ninguém pode confiar. 	<ul style="list-style-type: none"> Verdade
	UL3 - O Perdão	1. Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas.	<ul style="list-style-type: none"> A quebra de solidariedade. A inveja. A mentira. O egoísmo. O desentendimento. O conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> Relações humanas Dificuldades
		2. Compreender a necessidade de restaurar as relações através do perdão.	<ul style="list-style-type: none"> O que é errar. Porque erramos. A necessidade de pedir perdão e como se faz. Dar o perdão. Aceitar o perdão. 	<ul style="list-style-type: none"> Relações humanas Perdão

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
5º	UL3 - A Família, Comunidade de Amor	3. Promover os valores do amor na vida familiar.	<ul style="list-style-type: none"> • Comunhão de pessoas que vivem no amor: <ul style="list-style-type: none"> - Cada elemento é sujeito ativo e participante na formação dos outros e de si próprio; - Relação vivida através do acolhimento cordial, do encontro com os outros, da gratidão, do diálogo, da disponibilidade desinteressada, do serviço generoso e da solidariedade; - A reconciliação: compreensão, tolerância, perdão; - O respeito e promoção da singularidade pessoal: na saúde e na doença; na pobreza e na riqueza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações humanas • Família
6º	UL2 - Jesus, um Homem para os outros	5. Mobilizar o valor da vida na orientação do comportamento em situações do quotidiano.	<ul style="list-style-type: none"> • Que posso fazer para viver cada vez com mais qualidade e dar a vida aos outros? • Devo ser capaz de: <ul style="list-style-type: none"> - Respeitar; - Cuidar; - Ajudar; - Compreender; - Partilhar; - Amar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor da vida
8º	UL1 - O Amor Humano	2. Relacionar os dados das ciências sobre o planeamento familiar com a interpretação cristã da realidade e da pessoa humana.	<ul style="list-style-type: none"> • Noção de planeamento familiar; • Os métodos anticoncepcionais: <ul style="list-style-type: none"> - sua eficácia; - suas vantagens e desvantagens; - suas limitações éticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações humanas: planeamento familiar
	UL3 - A Liberdade	3. Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade e manipulação: <ul style="list-style-type: none"> - O que é a manipulação. - Tipos de manipulação. - Tomar consciência da manipulação de que se está a ser alvo e libertar-se dela; - Como libertar os outros da manipulação de que estão a ser vítimas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade • Manipulação
		4. Tomar consciência dos riscos das dependências.	<ul style="list-style-type: none"> • Quando a liberdade se autodestrói. • As dependências que escravizam a pessoa: <ul style="list-style-type: none"> - Álcool; - Drogas; - Jogo; - Consumo; - Sexo; - O uso constante do computador, da TV, dos Vídeo Games e do telemóvel; • Fatores motivacionais para a adesão aos comportamentos de risco: <ul style="list-style-type: none"> - a pressão dos grupos; - a dificuldade em renunciar ao prazer imediato; - ausência de um programa de vida. • O grave problema social do tráfico de droga. • O agir segundo a própria consciência e valores fundamentados. • A opção religiosa da pessoa implica viver a vida segundo princípios e valores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade • Dependências • Comportamentos de riscos
9º	UL1 - A Dignidade da Vida Humana	2. Compreender o valor da vida.	<ul style="list-style-type: none"> • A vida humana, um valor primordial mas não absoluto. • Dar a própria vida pelo outro: <ul style="list-style-type: none"> - o testemunho de Gianna Beretta; - o testemunho de Martin Luther King. • Dar a vida pela verdade libertadora, Jesus: Jo 10, 11.14-15. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor da vida

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
9º	UL1 - A Dignidade da Vida Humana	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	<ul style="list-style-type: none"> Os grupos minoritários ou «não produtivos»; A problemática da igualdade e da discriminação. Os preconceitos sociais e religiosos face a: <ul style="list-style-type: none"> Os estrangeiros e a xenofobia; ideologias racistas; genocídios; Os membros de religiões minoritárias e o fanatismo religioso; Os portadores de deficiência; Os idosos; Os doentes terminais; A falta de responsabilidade dos adultos face às crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos minoritários Injustiça social
Secundário	UL1 - Política, Ética e Religião	11. 12. Conhecer a missão da Igreja face à vida política.	<ul style="list-style-type: none"> A via da caridade. <i>Caritas in veritate</i> 6. Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus: Mc 12, 13-17. <i>Gaudium et spes</i> <ul style="list-style-type: none"> 42. O serviço da Igreja à sociedade; 44. A ajuda que a Igreja recebe do mundo. Fecundar e fermentar, com o Evangelho, a sociedade. Doutrina social, evangelização e promoção humana. Direito e dever da Igreja. <i>Evangelii gaudium</i> 239-241, 256. 	<ul style="list-style-type: none"> Magistério da Igreja Doutrina Social
	UL2 - Valores e Ética Cristã	8. Perceber como a Palavra de Deus é fundamento e inspiração para o agir cristão.	<ul style="list-style-type: none"> A palavra de Deus, fundamento e inspiração para o agir cristão: Mt 7, 24-27, Mt 25, 31-46. A Palavra de Deus, como ato criador: Gn 1,1-2,5. 	<ul style="list-style-type: none"> Palavra de Deus
		9. Compreender a reflexão cristã acerca da vida moral.	<ul style="list-style-type: none"> A vida moral segundo o cristianismo: <ul style="list-style-type: none"> Deus Pai Criador do universo e do ser humano. O Reino de Deus: anúncio da justiça e a denúncia do mal; <i>Evangelii gaudium</i>, as repercussões comunitárias e sociais do querigma: 169, 177, 181-182. O seguimento de Jesus Cristo: radicalidade e coerência de vida; amor ao próximo; compromisso com a salvação. Do legalismo à identificação com o modelo humano proposto por Jesus Cristo. Do dever de proteção dos mais frágeis e vulneráveis: <i>Evangelium vitae</i>, 3 	<ul style="list-style-type: none"> Vida moral Anúncio e testemunho cristão
		10. Refletir sobre a importância das decisões no exercício de uma vida com sentido.	<ul style="list-style-type: none"> O papel da tomada de decisões na vida: <ul style="list-style-type: none"> As circunstâncias que influenciam as decisões. As opções fundamentais e o fundamento das decisões. O projeto de vida, horizonte das decisões. A vida como sentido: <ul style="list-style-type: none"> As decisões como motor da procura e realização do sentido. Deus, sentido pleno da existência. O fundamento da ética na esperança última: <i>Spe salvi</i> 38-39. 	<ul style="list-style-type: none"> Decisão Agir cristão Sentido da Vida cristã
UL3 - Ética e Economia	3. Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> Os vários sentidos do trabalho: <ul style="list-style-type: none"> Entre as dificuldades do trabalho e a dignificação e promoção do ser humano. As diferentes dimensões do trabalho (pessoal, espiritual, familiar, social e económica). A conciliação do trabalho com a vida familiar. O valor do trabalho que decorre da organização familiar, da educação dos filhos e do cuidado dos idosos. A relação do trabalho com o descanso. Os deveres de quem trabalha: assiduidade, seriedade, compromisso, empenho. 	<ul style="list-style-type: none"> Sentido do trabalho Dimensões do trabalho 	

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL3 - Ética e Economia	3. Questionar os diversos sentidos e dimensões do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> Os direitos de quem trabalha: salário justo, descanso, condições dignificantes, reforma, associativismo laboral, respeito pela condição individual. Caritas in veritate 63-64. 	<ul style="list-style-type: none"> Sentido do trabalho Dimensões do trabalho
		12. Analisar as ameaças da atividade económica para os ecossistemas.	<ul style="list-style-type: none"> A atividade económica e o equilíbrio ecológico: <ul style="list-style-type: none"> Os sinais de um planeta em perigo: o aquecimento global. A questão social e política do consumo e do esgotamento dos recursos naturais. A reciclagem. A questão mais ampla do respeito pela criação. O cuidado do ambiente decorrente do cuidado dos seres humanos. Os beneficiários dos bens da economia: <ul style="list-style-type: none"> Egoísmo ou uma perspetiva individualista; Altruísmo ou uma perspetiva de responsabilidade para com os outros: <i>Caritas in veritate</i>, 51. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividade económica Desrespeito pela criação
	UL4 - A Civilização do Amor	10. Analisar o contributo do diálogo à escala global nas relações da Igreja com o mundo e na construção da paz.	<ul style="list-style-type: none"> Is 2, 4. <i>Gaudium et spes</i>: diálogo, caminho da Igreja no mundo e caminho para a paz. <i>Pacem in terris</i>. Discurso de Paulo VI na ONU, 4 de outubro de 1975. João Paulo II, Mensagem no XXXVIII Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 2005. O diálogo à escala global: Papa Bento XVI e Papa Francisco, sobre a guerra. Os esforços diplomáticos em prol da paz. A importância do diálogo inter-religioso nos esforços de manutenção da paz. 	<ul style="list-style-type: none"> Relação Igreja-mundo Construção da paz
	UL10 - Amor e Sexualidade	3. Verificar que a sexualidade humana é uma motivação combinada/mista.	<ul style="list-style-type: none"> A sublimação do impulso sexual. A sexualidade humana: entre o instinto e a cultura. A problemática da liberdade na vivência da sexualidade. O domínio sobre o impulso sexual. A castidade. A questão essencial da maturidade e da responsabilidade perante o ato sexual: a integração da sexualidade num projeto vital. 	<ul style="list-style-type: none"> Afetividade
		10. Re-avaliar as condições necessárias para as escolhas sexuais individuais.	<ul style="list-style-type: none"> Liberdade sexual: <ul style="list-style-type: none"> A questão ética dos limites da ação humana. Uma perspetiva de dignificação da pessoa. 	<ul style="list-style-type: none"> Liberdade sexual
		11. Refletir sobre as condições e as características do amor fecundo.	<ul style="list-style-type: none"> O ser humano é um ser relacional, criado para o amor: <ul style="list-style-type: none"> O enamoramento; O namoro; O matrimónio; O celibato. A importância da família para a pessoa e para a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Fecundidade do amor
		12. Conhecer a ética de vida aplicada à sexualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Para uma ética da vida: <ul style="list-style-type: none"> A paternidade e a maternidade responsáveis. O uso de contraceptivos. A recusa do aborto e a escolha da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Ética da sexualidade

N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
1º	UL1 - Ter um Coração Bondoso	2. Assumir atitudes de bondade para com os outros.	<ul style="list-style-type: none"> Cuidamos uns dos outros e não deixamos ninguém de lado; A parábola da ovelha perdida, Lc 15, 4-7. <ul style="list-style-type: none"> Como estar atento a quem precisa da minha ajuda; O que é e como se é prestável. 	<ul style="list-style-type: none"> Bondade
	UL3 - Crescer em Família	2. Fomentar os valores do amor, da cooperação e da entreatajuda na vida familiar.	<ul style="list-style-type: none"> As tarefas que cada criança pode desempenhar na sua família; Ajudar a minha família: ser bom filho e cumpridor das obrigações; A importância do bom relacionamento com os irmãos e outros elementos da família; A importância dos avós; Com a família, ajudar as outras pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Entreatajuda na família
2º	UL1 - Ser Amigo	1. Reconhecer o valor da amizade.	<ul style="list-style-type: none"> O que significa ser amigo; O outro de quem sou amigo é diferente de mim: aceitar a diversidade (etnia, condição social, género, ideias, modos de viver...); Ser amigo implica ser pacífico e agradável na relação com os outros; Ser amigo implica entender os outros, escutando os seus pontos de vista; Ser amigo é estar disposto a ajudá-los (solidariedade). O alicerce da amizade é a verdade. Quem é meu amigo ajuda-me a ultrapassar as dificuldades. 	<ul style="list-style-type: none"> Amizade
3º	UL2 - Ser Solidário	2. Compreender a mensagem cristã sobre a solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> Ser solidário é dar-se aos outros e atender às suas necessidades. A pobreza e a exclusão resultam da injustiça; O que é a injustiça. O pobre Lázaro e o rico: Lc 16, 19-25; O que posso eu fazer, em concreto, para ser solidário: <ul style="list-style-type: none"> Partilhar e doar os bens materiais; Entregar os dons pessoais ao serviço do bem dos outros; Disponibilizar o tempo pessoal para realizar obras de solidariedade; O exemplo da Rainha Santa Isabel. 	<ul style="list-style-type: none"> Solidariedade
5º	UL4 - Construir a Fraternidade	6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	<ul style="list-style-type: none"> Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais: <ul style="list-style-type: none"> Aceitar os erros (a revisão de vida); Estar disposto a pedir perdão; Aceitar os outros, apesar dos seus erros; Ser capaz de perdoar; Aceitar ser perdoado. 	<ul style="list-style-type: none"> Fraternidade Perdão
6º	UL3 - A partilha do Pão	7. Valorizar a atitude de voluntariado.	<ul style="list-style-type: none"> O exemplo cristão de «pão para os outros»: <ul style="list-style-type: none"> Caritas; Conferências Vicentinas de S. Vicente de Paulo; Comunidade Vida e Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> Voluntariado
7º	UL4 - A Paz universal	4. Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa.	<ul style="list-style-type: none"> Diálogo, perdão e reconciliação; Prémios Nobel da Paz: critérios de escolha dos premiados; Instituições de promoção da paz no mundo: <ul style="list-style-type: none"> União Europeia; Organização das Nações Unidas; Tribunal Internacional dos Direitos do Homem. 	<ul style="list-style-type: none"> Paz Perdão

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL3 - Ética e Economia	9. Compreender a necessidade de globalizar a solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> Os riscos da Globalização: <ul style="list-style-type: none"> - A circulação ilimitada de capitais, de tecnologia e de mão de obra; - A criação artificial de necessidades de consumo; - A fragilização da fiscalização do movimento de capitais e da evasão fiscal. - <i>Caritas in veritate</i> 35-42. O agravamento do desequilíbrio entre povos e grupos sociais desenvolvidos e em vias de desenvolvimento: CIC 2426; <i>Gaudium et spes</i> 63-72; Sobre o desenvolvimento dos povos: <i>Populorum progressio</i>. A solidariedade na perspectiva cristã aplicada à economia: <ul style="list-style-type: none"> - A responsabilidade pessoal perante o desafio da globalização. - A necessária globalização da solidariedade. - A economia social e o comércio justo. - O contributo dos migrantes para as economias locais. ! 	<ul style="list-style-type: none"> Riscos e fragilidade da Globalização Solidariedade e economia responsável
		14. Mobilizar as capacidades e as competências pessoais em ordem à construção de uma economia mais justa.	<ul style="list-style-type: none"> O cristianismo propõe o dever de cultivar os talentos: <ul style="list-style-type: none"> - A parábola dos Talentos: Mt 25, 14-30. - Competências, capacidades e talentos pessoais ao serviço da comunidade. - O compromisso com a construção da história. A realização da vocação pessoal no mundo do trabalho, uma síntese programática: <ul style="list-style-type: none"> - Direito ao trabalho. - Direito ao desenvolvimento pessoal. - A conciliação do trabalho com a vida familiar. - A necessidade do lazer. - A dimensão espiritual da vida conciliada com as obrigações laborais. - <i>Laborem exercens</i>, 18 <i>Caritas in veritate</i>, 63 	<ul style="list-style-type: none"> Competências pessoais Dom do trabalho
	UL5 - A Religião como Modo de Habitar e Transformar o Mundo	21. Questionar-se acerca do papel dos cristãos num mundo plural e globalizado.	<ul style="list-style-type: none"> Os cristãos num mundo plural e globalizado: <ul style="list-style-type: none"> - O Concílio Vaticano II como expressão de uma cultura do diálogo. - O testemunho de Assis. - A necessidade de uma ética partilhada face aos dinamismos da globalização. - Act 2: a narrativa do Pentecostes como expressão do universalismo/ecumenismo cristão. 	<ul style="list-style-type: none"> Papel dos cristãos no mundo
		22. Sublinhar a importância da coresponsabilidade cristã na construção do bem comum universal.	<ul style="list-style-type: none"> A ideia de coresponsabilidade cristã na construção do bem comum universal: <i>Gaudium et spes</i>, Capítulo V, Parte II. 	<ul style="list-style-type: none"> Coresponsabilidade
	UL6 - Um Sentido para a Vida	9. Desenvolver atitudes gratuitas e fundamentadas, no dom de si, como construtoras de sentido.	<ul style="list-style-type: none"> Dar sentido à vida: <ul style="list-style-type: none"> - Acima de tudo, o amor: 1 Cor 13, 1-12. - O perdão e a reconciliação: cf. Ez 36, 26-27; Lc 11, 4; CIC 1439. - A solidariedade: <i>Sollicitudo rei socialis</i>, 45-49 - A promoção dos outros: <i>Gaudium et spes</i>, 32, 39. - A misericórdia: <i>Evangelii gaudium</i>, 44. - A diversidade de carismas: 1 Cor 12, 7. - A alegria: <i>Evangelii gaudium</i>, 1-3, 9. - 1 Cor 9, 16. O sentido da vida para o crente cristão: <ul style="list-style-type: none"> - Lc 18, 18-22; Fl 1, 21; Gl 2, 20. 	<ul style="list-style-type: none"> Sentido da Vida

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL6 - Um Sentido para a Vida	9. Desenvolver atitudes gratuitas e fundamentadas, no dom de si, como construtoras de sentido.	<ul style="list-style-type: none"> • Toda a vida tem sentido; • O sentido da vida precária ou frágil; • A problemática do comportamento desviante; • A recusa das «soluções finais»: <i>Evangelium vitae</i>, Cap. I. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentido da Vida

O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
1º	UL4 - Cuidar da Natureza	2. Promover atitudes de respeito pela vida na Terra.	<ul style="list-style-type: none"> • Devemos amar e admirar a Terra: o exemplo de S. Francisco de Assis. • As atitudes que se podem tomar em prol da vida na Terra: <ul style="list-style-type: none"> - Consumir os recursos naturais de forma equilibrada (a água, a energia); - Não maltratar os animais, proteger as plantas; - Não sujar o ambiente; - Reciclar os materiais de desperdício. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito pela Criação
3º	UL1 - A Dignidade das Crianças	3. Identificar a ação que as crianças podem ter no mundo.	<ul style="list-style-type: none"> • O papel das crianças junto dos pais, dos avós e dos vizinhos: <ul style="list-style-type: none"> - Receber e dar amor; - Prestar colaboração; - Escutar e fazer companhia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel da criança na Família
4º	UL2 - Crescer na Diversidade	1. Tomar consciência da experiência humana da diversidade.	<ul style="list-style-type: none"> • O nosso mundo está repleto de diversidade: diversidade animal; diversidade no mundo vegetal. • Os seres humanos também são diferentes uns dos outros: cor da pele, sexo, língua, religião, mentalidade, origem social, atividade profissional, nível de estudos. • As diferenças complementam a natureza e a pessoa e dão beleza à vida. • Nem tudo o que é diferente é necessariamente bom. • Somos todos iguais em dignidade. • Os cristãos reconhecem que a dignidade do ser humano vem de Deus criador e é por isso inalienável: Sl 8,4-7. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade no mundo
6º	UL1 - A Pessoa Humana	7. Promover as condições para que cada um viva como a pessoa que é.	<ul style="list-style-type: none"> • Como “ser pessoa” e dar condições para que todos sejam “pessoas”: <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações cordiais e verdadeiras; - Escutar; - Partilhar; - Ser atento e amável; - Comunicar bem; - Respeitar os outros; - Defender os direitos humanos; - Cumprir os seus deveres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser pessoa • Dimensões da pessoa humana
	UL3 - A partilha do Pão	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	<ul style="list-style-type: none"> • A alimentação: <ul style="list-style-type: none"> - a refeição; - a refeição como festa e experiência de encontro; - o ritual da preparação da refeição e a sua expressão cultural. • O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição. • O pão, o azeite, o vinho, a água, o cordeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação/Refeição
6º	UL3 - A partilha do Pão	2. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens.	<ul style="list-style-type: none"> • A produção e o comércio dos alimentos. • A fome e a subnutrição; • A pobreza, a distribuição injusta dos bens de primeira necessidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Injustiça • Fome/pobreza
		3. Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições nacionais e internacionais vocacionadas para acabar com a fome: <ul style="list-style-type: none"> - FAO (Organização da Agricultura e Alimentação); - Bancos Alimentares Contra a Fome. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições em prol da justiça
6º	UL3 - A partilha do Pão	4. Reconhecer o valor da solidariedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade e voluntariado. • Fraternidade, amor partilhado. • A vida em comum e a partilha dos bens nas comunidades dos primeiros cristãos: Act 2, 42-47. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
7º	UL1 - As Origens	6. Assumir comportamentos responsáveis em situações vitais no quotidiano que implicam o cuidado da criação.	<ul style="list-style-type: none"> • Como se colabora com Deus na obra da criação: <ul style="list-style-type: none"> - cuidado e respeito por todas as coisas criadas; ! - respeitar os seres vivos, de acordo com a sua condição; ! - usar os recursos com parcimónia, só enquanto são necessários à vida humana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidado com a Criação
	UL3 - Riqueza e sentido dos Afetos	1. Compreender que a pessoa humana cresce e se desenvolve.	<ul style="list-style-type: none"> • O ciclo de vida: da infância à terceira idade; • A adolescência é a idade em que nós estamos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Clico de vida humana
		2. Identificar a etapa da adolescência como relevante na formação da personalidade e no desenvolvimento da vocação pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> • Na adolescência fazem-se escolhas relevantes para o resto da nossa vida: estudos, trabalho, estado de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vocação
		3. Conhecer as várias dimensões da personalidade humana.	<ul style="list-style-type: none"> • A personalidade humana: identidade, continuidade, totalidade. • As dimensões da personalidade: <ul style="list-style-type: none"> - Motivacional; - Intelectual; - Social; - Emocional; - Sexual; - Moral; - Religiosa. • O crescimento e as mudanças na personalidade: o desenvolvimento da pessoa e a adolescência (compreender quem sou e o que quero fazer com a minha vida). 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensões da pessoa humana
UL4 - A Paz universal	2. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais relacionados com a falência da paz.	<ul style="list-style-type: none"> • A falência da paz: <ul style="list-style-type: none"> - A rutura das relações interpessoais e das relações entre Estados, povos, etnias, culturas; - A violência: a ilusão de uma solução para os problemas; ! - A guerra: causas e consequências; ! - O negócio da venda de armas; ! - A utilização de crianças e jovens na guerra; ! - O terrorismo: causas e consequências; ! - O genocídio: causas e consequências; ! - A absolutização da economia como único valor político. ! 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de paz 	
8º	UL1 – O Amor Humano	5. Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Ser responsável, antecipando as consequências dos próprios atos. • O respeito pelo corpo, os sentimentos próprios e os dos outros. • A importância da fidelidade e da doação no amor e na sexualidade. • Podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade
	UL4 - Ecologia e Valores	4. Reconhecer o contributo do cristianismo no cuidado da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Dn 3,57-82: Todas as criaturas, bendizei o Senhor! • O exemplo de S. Francisco de Assis e a irmã Natureza; • Como viver com empenho pessoal o criar das condições de habitabilidade no mundo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ecologia
Secundário	UL1 - Política, Ética e Religião	1. Explorar o conceito de política.	<ul style="list-style-type: none"> • Etimologia: "POLITIKOS". • Definição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Política
		2. Identificar as condições para uma relação entre política, ética e religião.	<ul style="list-style-type: none"> • A especificidade dos âmbitos da ética, da política e da religião como condição para o diálogo entre estas três dimensões do agir humano. • Elementos da história da relação entre política, ética e religião que evidenciam as dificuldades inerentes a esse processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Política-Religião

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL1 - Política, Ética e Religião	3. Compreender quais são as várias concretizações do conceito de política.	<ul style="list-style-type: none"> As formas e as origens do poder: económico, ideológico, político e religioso. O sistema político: <ul style="list-style-type: none"> - Estado; - Propriedade; - Sistema Judicial; - Sistema Legislativo; - Sistema Executivo. 	<ul style="list-style-type: none"> Conceito de política
		4. Enunciar os vários tipos de experiência política.	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas do exercício do poder político: <ul style="list-style-type: none"> - aristocracia; - democracia; - monarquia; - oligarquia; - república; - teocracia; - timocracia. Regimes totalitários e regimes democráticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas políticos
		13. Determinar quais são os deveres do cristão perante a vida política.	<ul style="list-style-type: none"> <i>Gaudium et spes</i>: <ul style="list-style-type: none"> - 74. Natureza e fim da comunidade política; - 75. A colaboração de todos na vida política; - 76. A comunidade política e a Igreja; - 88-90. O dever dos cristãos na ajuda internacional. - 93. «Nisto reconhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» (Jo 13, 35): «servir sempre com maior generosidade e eficácia os homens do mundo de hoje.» A ética da gratuidade: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Evangelii gaudium</i>, 205 - <i>Caritas in veritate</i>, 34 - <i>Deus caritas est</i>, 28 	<ul style="list-style-type: none"> Compromisso cristão na política
	UL2 - Valores e Ética Cristã	1. Questionar-se sobre o significado dos conceitos de «ética» e de «moral».	<ul style="list-style-type: none"> Significado de «ética» e de «moral». Complementaridade ou oposição entre «ética» e «moral» Ética e moral: da etimologia aos conceitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ética e moral
		2. Compreender o que é um valor moral.	<ul style="list-style-type: none"> O que são os valores. Tipologias de valores. Definição de valor moral. 	<ul style="list-style-type: none"> Valor moral
		3. Identificar as principais características dos valores morais.	<ul style="list-style-type: none"> Características dos valores morais: <ul style="list-style-type: none"> - Enraizamento na pessoa; - Perfeibilidade; - Indispensabilidade; - Bipolaridade; - Relatividade e historicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Características do valor moral
		4. Organizar uma hierarquia de valores.	<ul style="list-style-type: none"> A necessidade de hierarquizar os valores. Hierarquização de valores e relativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Hierarquia de valores
		5. Identificar as principais tipologias da ética.	<ul style="list-style-type: none"> Tipologias de ética: <ul style="list-style-type: none"> - Éticas deontológicas (Kant). - Éticas teleológicas (eudemonismo, hedonismo, utilitarismo). - Virtualidades e limites de cada tipologia: <i>Veritatis splendor</i>, 71-82. 	<ul style="list-style-type: none"> Tipos de ética

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL2 - Valores e Ética Cristã	6. Compreender a emergência dos valores no sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • A emergência dos valores na pessoa humana: <ul style="list-style-type: none"> - Por conaturalidade. - Por contágio. - Por recusa. - Por conhecimento. - A partir de uma conceção antropológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor da pessoa humana
	UL3 - Ética e Economia	7. Reconhecer a existência de desigualdades sociais e da pobreza no mundo.	<ul style="list-style-type: none"> • A desigualdade e a pobreza: <ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento tecnológico, o desemprego e a escassez de trabalho. ! - Um mundo desigual e maioritariamente pobre. ! - A pobreza não é uma fatalidade. ! - As causas do empobrecimento. ! - Os esforços para conseguir a eliminação da pobreza a nível mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdades sociais
		8. Desenvolver uma atitude de denúncia acerca da pobreza.	<ul style="list-style-type: none"> • A denúncia e a luta contra a pobreza é um dever dos cristãos. • <i>Rerum Novarum</i>: a defesa do trabalhador contra a exploração. • <i>Quadragesimo Anno</i>: as crises económicas e os seus terríveis efeitos. • A defesa da justiça social e da repartição dos bens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude de denúncia
	UL4 - A Civilização do Amor	1. Conhecer o significado do conceito «civilização».	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de «civilização»: <ul style="list-style-type: none"> - Civilização como cosmovisão; - Civilização como cultura. • Breve perspectiva histórica sobre algumas das grandes civilizações: <ul style="list-style-type: none"> - Que princípios valores presidiam à sua organização. - Que finalidades pretendiam alcançar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Civilização
	UL5 - A Religião como Modo de Habitar e Transformar o Mundo	11. Descrever os elementos nucleares de uma tradição religiosa.	<ul style="list-style-type: none"> • Os elementos nucleares de uma tradição religiosa: <ul style="list-style-type: none"> - crença e valor; - norma e transgressão; - exemplaridade, heroicidade, santidade; - memória e transmissão; - origem e destino; - escrituras e sabedorias; - alianças, fraternidades e solidariedades; - gestos e práticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tradição religiosa
	UL6 - Um Sentido para a Vida	6. Compreender que há opções fundamentais na vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Opções fundamentais e realização pessoal: <ul style="list-style-type: none"> - Quais são as opções fundamentais: estado de vida, profissão, compromisso religioso. - Quais as suas implicações para o sentido da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização pessoal
7. Verificar a importância da fidelidade às opções fundamentais na procura do sentido da vida.		<ul style="list-style-type: none"> • Opções fundamentais e coerência de vida: <ul style="list-style-type: none"> - Discernimento; - Responsabilidade; - Autoavaliação; - Compromisso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coerência de vida 	
Secundário	UL8 - A Comunidade dos Crentes em Cristo	11. Destacar a edificação do Reino de Deus e a construção da história como consequência da identidade e missão da Igreja.	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja, identidade e missão: <ul style="list-style-type: none"> - O anúncio do Reino de Deus e a sua presença na história. - Ao serviço da humanização do mundo (<i>Populorum progressio</i>, 13). 	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja: vida e missão

Ano de escolaridade	Unidade Letiva	Objetivo	Conteúdos	Palavras chave
Secundário	UL10 - Amor e Sexualidade	8. Discutir a problemática da erotização da sociedade e a sua influência nas escolhas sexuais pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> • A erotização da sociedade: <ul style="list-style-type: none"> - na publicidade; - no cinema e na televisão; - nos jogos; - nas artes plásticas; - na música; - na literatura. • Consequências da erotização da sociedade na compreensão do que é a sexualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Amor/sexualidade/erotização da sociedade
	UL10 - Amor e Sexualidade	9. Identificar comportamentos e situações de exploração sexual.	<ul style="list-style-type: none"> • A sexualidade vista como negócio, consumo, entretenimento, jogo, sem conexão com a relação pessoal. • A degradação da pessoa pela sexualidade: <ul style="list-style-type: none"> - Adultério; - Pornografia; - Prostituição; - Pedofilia; - Violação, abuso e violência; - Tráfico humano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade e desvios

Anexo II (Caracterização da Turma)

Plano de turma
5.º C
Reunião intercalar 1.º período
18/10/2017
1. Caracterização da turma (indicar os aspetos mais relevantes)
1.1. Idade e sexo dos alunos
1.1.1. Distribuição por sexos

A turma é constituída por 27 alunos.

Sexo	Masculino	Feminino
Nº	13	14
%	48%	52%

1.1.2. Distribuição por idades

Idade	10 anos	11 anos
Nº	26	1
%	84%	16%

1.2 DADOS FAMILIARES
1.2.1 Escolaridade do pai

	2ºciclo	3ºciclo	10ºano	11ºano	E. Secund.	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Não responde
Nº	1	4	2	2	7	1	6	1	3

1.2.2 Escolaridade da mãe

	1ºciclo	9ºano	11ºano	12ºano	Bacharelato	Licenciatura	Não responde
Nº	1	2	1	9	1	11	2

1.2.3 Número de irmãos

Nº de irmãos	Nº de alunos
0	3
1	14
2	6
3	1

1.3. percurso escolar
1.3.1 Retenções

Nº11, ██████████, repetiu o 2ºano:

Nº 21, ██████████, repetiu o 2º ano;

1.5 Ocupação dos tempos livres

Televisão

Documentários – 3 alunos
Telenovelas – 3 alunos
Concursos – 3 alunos
Desenhos animados – 24 alunos
Futebol – 4 alunos
Outros desportos – 5 alunos
Telejornal – 3 alunos
Filmes – 12 alunos

Computador

Internet – 13 alunos
Trabalhos – 12 alunos
Jogos/programas didáticos – 10 alunos
Jogos de diversão – 18 alunos

Outros

Sair com amigos – 4 alunos
Prática religiosa – 4 alunos
Ajudar os pais – 15 alunos
Ler – 10 alunos
Brincar – 25 alunos
Ouvir música – 13 alunos
Desporto - 15

1.5.1 Hábitos de leitura

	Nº de alunos
Sim	15
Não	10

1.5.2 Prática desportiva regular

	Nº de alunos
Sim	17
Não	8

Modalidades

N.º	Nome	Modalidade
1	██████████	Futsal
4	██████████	Surf e Natação
5	██████████	Natação
6	██████████	Surf e Natação

7	██████████	Futsal
9	██████████	Hip Hop
10	██████████	Ballet
11	██████████	Ginástica Acrobática
13	██████████	Patinagem artística
15	██████████	Pilates e Dança Jazz
17	██████████	Natação
18	██████████	Ginástica
21	██████████	Pilates e Dança Jazz
23	██████████	Futebol
24	██████████	Karaté
27	██████████	Futebol

2. Diagnóstico da turma – aproveitamento

2.1. Alunos abrangidos pelo DL n.º 3/2008, de 7 de janeiro

n.º	nome	medidas
5	██████████	Artigo 17º/20º APP Ficha A Despenalização do erro Duração da prova Valorização da componente mais forte
11	██████████	Artigo 17º/20º APP Ficha A Despenalização do erro Alteração, leitura e duração da prova Valorização da componente mais forte
12	██████████	Artigo 17º/20º APP Ficha A Despenalização do erro Leitura e duração da prova Valorização da componente mais forte
21	██████████	Artigo 17º/20º APP Ficha A Despenalização do erro Duração da prova Valorização da componente mais forte

2.2. Alunos abrangidos pelo DN n.º 7/2006, de 6 de fevereiro (PLNM)

n.º	nome	nível de proficiência linguística
	---	---

2.3. Alunos com Retenções anteriores (referir também as do 1.º ciclo):

n.º	nome	ano de escolaridade
11	██████████	2º
21	██████████	2º

2.4. Alunos com avaliação insuficiente (ano letivo anterior – só 5.º ano):**Português**

n.º	nome

Matemática

n.º	nome

2.5. Dificuldades demonstradas/capacidades a desenvolver

- Diferenciação de ritmos de trabalho
- Cumprimento das regras estabelecidas.

**3. Medidas de promoção do sucesso educativo
DN n.º 1-F/2016 de 5 de abril (art.º 32º)****3.1. Planos de promoção do sucesso educativo - turma****3.1.1. Apoio ao estudo (AE), projeto ensinar a aprender
(estratégias/atividades a implementar)**

-

3.2. Planos de promoção do sucesso educativo individuais**3.2.1. Alunos com plano de promoção do sucesso educativo**

n.º	nome	disciplinas

3.2.2. Atividades de apoio ao estudo (AE)**Português e História e Geografia de Portugal**

n.º	nome	A	R
14		X	X
22		X	X

Matemática e Ciências Naturais

n.º	nome	A	R
14		X	X
22		X	X

Educação Visual e Educação Tecnológica

n.º	nome	A	R
14		X	X
22		X	X

Inglês

n.º	nome	A	R
14		X	X
22		X	X

A – Acompanhamento da realização de trabalhos (toda a semana);

R – Reforço do apoio nas disciplinas com maiores níveis de insucesso (diário).

3.2.3. Aulas de acompanhamento e consolidação de conteúdos (ACC – só para 5.º ano)**Português**

n.º	nome

Matemática

n.º	nome

3.2.4. Planos individuais tutoriais

n.º	nome

3.2.5. Outras medidas de promoção do sucesso educativo

Reforço do controlo sobre as regras estabelecidas;

Não permitir intervenções sem autorização;

Penalizar o incumprimento das regras através de uma comunicação à diretora de turma;

Promover o cumprimento das tarefas escolares presenciais e não presenciais;

Incentivar e valorizar métodos de trabalho e organização dos materiais escolares;

Informar e solicitar a intervenção dos Encarregados de Educação, sempre que necessário.

4. Diagnóstico da turma – Comportamento**4.1. Comportamento individual (situações particulares observadas pelo Conselho de Turma)**

n.º	nome	observações

4.2. Alunos com medidas disciplinares**Corretivas**

n.º	nome	observações

Sancionatórias

n.º	nome	observações

4.3. Comportamento geral da turma

Satisfaz

5. Projeto interdisciplinar

disciplinas	breve descrição
Port; EV; ET; EM; EF; ING	Os alunos farão pequenas representações teatrais às turmas “vizinhas” de algumas fábulas aprendidas em português e inglês. Os alunos ensaiarão com a professora de português e Educação Física (movimento). Estas representações terão refrões musicais ensaiados em EM e os alunos terão máscaras feitas em EV e ET.

6. Formação

7. Atividades de complemento curricular

disciplina	atividades
Interdisciplinares	Dá uma tampa à indiferença
	Dia das ciências experimentais, exatas e tecnologias
Inglês	Christmas around the world
	Thanksgiving
Educação Musical	Festa de Natal (7 de dezembro)
Educação Física	Corta-mato interno (22 de novembro)
Educação Moral Religiosa e Católica	Banco Alimentar Contra a Fome (BACF)
	Concurso presépios de Natal

8. Relatórios psicológicos, médicos ou outros

n.º	nome	tipo de relatório	data

9. Situações de assiduidade irregular

n.º	nome	observações

10. Alunos transferidos

n.º	nome	data

11. Alunos novos (no caso do 6.º ano)

n.º	nome	data

12. Outras observações

Manique, 19 de outubro de 2017

Diretor de turma

Anexo III (UL1_Aula 2_PPT)

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<ul style="list-style-type: none">• <u>Lição nº 1</u> 19 de Setembro de 2017 <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação.

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<ul style="list-style-type: none">• <u>Lição nº 2</u> 26 de Setembro de 2017 <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Materiais. Estrutura do portefólio.

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<ul style="list-style-type: none">• <u>Lição nº 3</u> 3 de Outubro de 2017 <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaboração do portefólio.

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<ul style="list-style-type: none">• <u>Lição nº 4</u> 10 de Outubro de 2017 <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação da Unidade Letiva “Viver Juntos”- Diálogo com os alunos sobre as mudanças nas suas vidas, exteriores e interiores.- Visualização de um filme sobre Abraão, um modelo de pessoa que viveu em mudanças e crescimento interior.

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<ul style="list-style-type: none">• <u>Lição nº 5</u> 17 de Outubro de 2017 <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Trabalho individual sobre os meus grupos.- Diálogo com os alunos sobre a importância de se viver em grupo.

UL 1	VIVER JUNTOS
Salesianos de Manique	 <p>2. Os meus grupos</p>

UL 1	2. Os meus grupos
Salesianos de Manique	

UL 1	VIVER JUNTOS					
Salesianos de Manique	Nome do grupo	Como conheci o grupo	Características	O que aprendo ou faço no grupo (objetivos)	Regras do grupo	O que mais gosto no grupo

UL 1	VIVER JUNTOS		
Salesianos de Manique	Nome do grupo	Características	Nº de alunos da Turma

Trabalho individual

1.º período

Unidade letiva 01: Viver juntos

Nome:**Número:** **Ano:** 5.º **Turma:**

Nome do grupo	Como conheci o grupo	Características	O que aprendo ou faço no grupo (objetivos)	Regras do grupo	O que mais gosto no grupo

Anexo V (UL1_Aula 4_PPT)

UL 1	Sumários
Salesianos de Manique	<p>•Lição nº 7 30 de Outubro de 2017</p> <p>Sumário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Continuação da aula anterior.- Jogo sobre a importância de viver em grupos e ter regras.- Entrega da matriz da ficha de avaliação.

UL 1	VIVER JUNTOS
Salesianos de Manique	  <p>2. Os meus grupos</p>

UL 1	2. Os meus grupos
Salesianos de Manique	

UL 1	2. Os meus grupos
Salesianos de Manique	<p>“Quem entra neste grupo tem que ter bom ouvido... é preciso escutar!”</p>

UL 1	2. Os meus grupos
Salesianos de Manique	

UL 1	2. Os meus grupos
Salesianos de Manique	

UL 1

2. Os meus grupos

Salesianos de Manique



UL 1

2. Os meus grupos

Salesianos de Manique

“Estamos aqui para derrubar todos os colegas que virmos da camisolas azuis!”

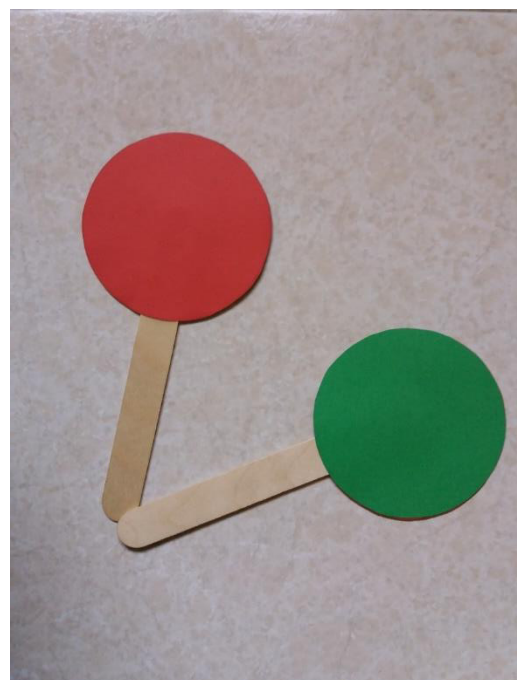
Nome	Constituição	Objetivos	Regras

UL 1

2. Os meus grupos

Salesianos de Manique

Um grupo é um conjunto de pessoas que partilha objetivos comuns e estabelece entre si relações de amizade.



“Rapazes que gostam de jogar futebol.”

“Jovens para quem a violência é lema.”

“Adolescentes que estudam na mesma escola.”

“Raparigas que gostam de dança hip-hop.”

“Jovens que gostam da natureza.”

“Emprestar o material aos colegas.”

“Ajudar a cuidar dos animais e brincar com eles.”

“Ajudar os colegas que mais precisam.”

“Realizar atividades de limpeza de rua.”

“Deixar as mochilas arrumadas
para que ninguém tropece e caia.”

“Ter sempre uma atitude positiva e encorajar os colegas para fazerem o mesmo.”

“Não respeitar o treinador.”

“Respeitar os amigos, escutá-los e prestar atenção ao que cada precisa.”

“Falar cada um de cada vez, colocando o braço no ar.”

“Jogar todos ao mesmo tempo e o mais depressa possível.”

“Ser pontual e assíduo nos treinos.”

“Falar muito alto para que se ouçam bem, principalmente se alguém está a falar também.”

“O Escuta é amigo de todos e irmão de todos os outros Escutas.”

“Pessoas com quem compartilham pensamentos e sentimentos comuns.”

“Ser um aluno preguiçoso.”

“Respeitar a opinião dos colegas e professor.”

“Festejar as vitórias e as derrotas.”

“Ir ao jogo de futebol só quando
for os amigos jogarem.”

“Deitar o lixo ao chão.”

“Ouvir o que a professora diz antes
de começar a dançar.”

“Dar o meu melhor para que o espetáculo corra bem.”

“3 vezes por semana fazer competição para ver quem é o melhor no boxe.”

“Colaborar e ajudar na coreografia da dança.”

“Bater até que o outro caia no chão.”

“Críticar sempre que uma colega se engana nos passos da dança.”

“Aprender a ganhar e a crescer só com as vitórias.”

“Aprender a dançar hip-hop.”

“Aprender a cuidar da natureza e dos animais.”

“Chamar atenção sempre que se vir alguém a desrespeitar a natureza e os animais.”

“Crescer com a violência e assim fazer amigos.”

“Estudar, aprender e crescer como pessoas autênticas.”

“Treze rapazes e catorze raparigas.”

5°C

Sport Clube D. Bosco

Dancy e Bosco

Exploradores de
D. Bosco

Gang Bosco

Síntese do Trabalho de Grupo: Escolher os grupos

1.º período

Unidade letiva 01: Viver juntos

Nome:
Número: **Ano:** 5.º

Turma:

Nome	Constituição	Objetivos	Regras	Avaliação
5ºC	<ul style="list-style-type: none"> - Treze rapazes e catorze raparigas. - Adolescentes que estudam na mesma escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar, aprender e crescer como pessoas autênticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Emprestar o material aos colegas. - Ajudar os colegas que mais precisam. - Deixar as mochilas arrumadas para que ninguém tropece e caia. - Ter sempre uma atitude positiva e encorajar os colegas para fazerem o mesmo. - Respeitar os amigos, escutá-los e prestar atenção ao que cada precisa. 	
Sport Clube D. Bosco	<ul style="list-style-type: none"> - Rapazes que gostam de jogar futebol. 	<ul style="list-style-type: none"> — Aprender a ganhar e a crescer só com as vitórias. 	<ul style="list-style-type: none"> — Ir ao jogo de futebol só quando for os amigos jogarem. — Não respeitar o treinador. — Jogar todos ao mesmo tempo e o mais depressa possível. 	
Exploradores de D. Bosco	<ul style="list-style-type: none"> - Jovens que gostam da natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender a cuidar da natureza e dos animais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudar a cuidar dos animais e brincar com eles. - Realizar atividades de limpeza de rua. - Chamar atenção sempre que se vir alguém a desrespeitar a natureza e os animais. 	
Gang Bosco	<ul style="list-style-type: none"> — Jovens para quem a violência é lema. 	<ul style="list-style-type: none"> — Crescer com a violência e assim fazer amigos. 	<ul style="list-style-type: none"> — Bater até que o outro caia no chão. — 3 vezes por semana fazer competição para ver quem é o melhor no boxe. 	

Anexo VII (UL1_Aula4_Folha síntese do jogo)

ABECEDÁRIO DA MINHA FAMÍLIA

FAMÍ LIA	A —	B —	C —	D —
E —	F —	G —	H —	I —
J —	L —	M —	N —	O —
☺	P —	Q —	R —	S —
T —	U —	V —	X —	Z —

Nome: _____

UL 3 Valorizar a participação de todos na vida em família

Salesianos de Manique



UL 3 Valorizar a participação de todos na vida em família

Salesianos de Manique

- Compreensão
- Ser Tolerante
- Saber Perdoar



UL 3 Valorizar a participação de todos na vida em família

Salesianos de Manique

RECONCILIAÇÃO



Anexo X (UL3_Aula 7_Tarefas na Família)

Trabalho individual

3.º período

Unidade letiva 03: Família, Comunidade de Amor

Nome:**Número:** **Ano:** 5.º **Turma:** C**MEU QUADRO DE TAREFAS**

<u>Tarefas</u>	<u>2f</u>	<u>3f</u>	<u>4f</u>	<u>5f</u>	<u>6f</u>	<u>Sab</u>	<u>Dom</u>
Fazer a cama							
Lavar a loiça							
Guardar o calçado							
Despejar o lixo							
Tomar conta dos irmãos mais novos							
Ajudar a preparar o jantar							
Cuidar dos animais de estimação							
Varrer a casa							
Cuidar das plantas							
Arrumar as compras							
Limpar o pó							
Limpar os móveis							
Arrumar o quarto							
Preparar pequenas refeições							
Limpar a garagem							
Aspirar o chão							
<u>Colocar roupa na maquina de lavar</u>							
<u>Arrumar a roupa</u>							
<u>Limpar as janelas</u>							
<u>Arrumar a loiça</u>							
<u>Limpar as casas de banho</u>							
<u>Colocar a roupa suja no cesto</u>							
<u>Preparar o lanche para a escola</u>							
<u>Apanhar a roupa lavada</u>							
<u>Arrumar os brinquedos dos irmãos mais</u>							
<u>Cuidar do jardim da casa</u>							
<u>Preparar a mesa para as refeições</u>							

Anexo XI (UL4_Aula 2_PPT)

UL 4	Sumários	UL 4	VIVER A FRATERNIDADE
Salesianos de Manique	<p>•Lição nº 27 8 de Maio de 2018</p> <p>Sumário: - Trabalho individual sobre a responsabilidade pelo Bem Comum.</p>	Salesianos de Manique	<p>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM</p> <p><i>Artigo 1.º</i></p> <p><i>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.</i></p>

UL 4	VIVER A FRATERNIDADE	UL 4	VIVER A FRATERNIDADE
Salesianos de Manique		Salesianos de Manique	

UL 4	VIVER A FRATERNIDADE
Salesianos de Manique	Carta

Filme sobre a Malala

Resumo: Em homenagem à Malala Yousafzai, vencedora do Prêmio Nobel da Paz 2014, mais de 40 meninas ao redor do mundo reproduziram seu discurso mais famoso pela educação de todas as meninas.

“Queridos amigos, em 9 de outubro de 2012, os talibãs atiraram no lado esquerdo da minha testa, eles atiraram nas minhas amigas também. Eles acharam que aquelas balas nos silenciariam, mas falharam! No lugar do silêncio vieram milhares de vozes. Então, aqui estou. Uma menina, entre outras. Eu falo, não por mim, mas para que as que não têm voz possam ser ouvidas. Aquelas que lutaram pelos seus direitos. Pelo direito de viver em paz. Pelo direito de ser tratada com dignidade. Pelo direito à igualdade de oportunidades. Pelo direito à educação.

Nós percebemos a importância da luz quando vemos a escuridão. Nós percebemos a importância da nossa voz quando somos silenciadas.

Hoje, estou focada nos direitos das mulheres e na educação das meninas porque elas são as que mais sofrem. Pedimos a todos os governos que garantam educação gratuita e obrigatória em todo o mundo para todas as crianças. Não podemos triunfar enquanto metade de nós está sendo impedida. Pedimos a nossas irmãs ao redor do mundo que sejam valentes. Para abraçarem a força dentro delas e se darem conta de seu pleno potencial. Se quisermos alcançar nosso objetivo, então temos que nos fortalecer com a arma do conhecimento, e temos que nos proteger com unidade e união.

Por isso, vamos travar uma batalha gloriosa contra o analfabetismo, a pobreza e o terrorismo. Vamos pegar nossos livros e nossas canetas. Estas são nossas armas mais poderosas. Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo. A educação é a única solução. Obrigada.”

<https://www.youtube.com/watch?v=A6SD8vph8-8>

Filme “Virus da Gentileza”

Resumo: Este vídeo mostra que é possível com pequenas atitudes mudarmos, fazermos um mundo melhor. É impressionante que funciona contágia toda gente. A sua mensagem central prende-se com o facto de se queremos um mundo melhor, temos que ser pessoas melhores. Se esperamos que os outros mudem, precisamos ser nós os primeiros a mudarmos. Da mesma forma que o vírus de uma gripe contágia, a negatividade, a falta de educação, o desrespeito, se somos contagiados com coisas más, somos da mesma forma contagiados por pensamentos, atitudes, gestos de bondade, gentileza, educação, ou seja pelas coisas boas. A instituição que criou o belíssimo vídeo, chama-se LifeVest e promove projetos educacionais.

<https://www.youtube.com/watch?v=nexOPbgQkHk>

